

Marta Sofia Ferreira Melo

O papel do intérprete-tradutor na construção noticiosa — Reflexões sobre o exercício do jornalismo de língua portuguesa, em Macau

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, orientada pelo Doutor João José Figueira da Silva, apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

O papel do intérprete-tradutor na construção
noticiosa – Reflexões sobre o exercício do
jornalismo de língua portuguesa, em Macau

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	O papel do intérprete-tradutor na construção noticiosa – Reflexões sobre o exercício do jornalismo de língua portuguesa, em Macau
Autor	Marta Sofia Ferreira Melo
Orientador	João José Figueira da Silva
Identificação do Curso	2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo
Área científica	Comunicação e Jornalismo
Data	2013

Agradecimentos

Uma longa viagem começa sempre com um pequeno passo, e ao longo desta caminhada muitas são as pessoas que, de Macau a Portugal, me têm acompanhado e me têm dado alento para seguir em frente.

Começo por me referir aos meus pais, pelo carinho e incentivo constante para nunca desistir. São eles a minha âncora, o meu porto seguro que, à distância, nunca deixaram de partilhar comigo as tristezas e as alegrias, as vitórias e as derrotas. São o meu exemplo e é a eles que devo a minha vida.

À minha família e em especial à Rita, pela alegria que trouxe às nossas vidas.

Ao Pedro Cheganças e à Rita Chedas, a minha família de Macau, pela sinceridade, pela amizade, pelo apoio e pelo carinho. E sobretudo pela paciência em todos os momentos difíceis.

À Sofia Jesus, pelo companheirismo e pelas horas divididas em paralelo nos últimos anos. Pelas palavras de coragem durante a realização deste trabalho.

Ao Gilberto Lopes, pela amizade e pela paciência ao longo dos últimos sete anos. Pelos ensinamentos que me têm permitido crescer profissionalmente.

Aos meus amigos de Macau.

Aos meus amigos de Portugal, pela amizade que permanece apesar da distância.

A Macau.

Ao João Figueira, por mais uma vez estar presente.

À Universidade de Coimbra, pelo orgulho que tenho em pertencer a esta casa.

Resumo

O presente trabalho tem como propósito refletir sobre o papel do intérprete-tradutor como mediador, na construção da notícia na Região Administrativa Especial de Macau. Uma região sob administração da República Popular da China onde o português é, a par com o chinês, língua oficial. Pretende-se igualmente dar a conhecer a forma como o jornalismo em língua portuguesa permanece vivo, não obstante a mudança política ocorrida em 19 de dezembro de 1999.

Para perceber o jornalismo de Macau começa-se por uma breve resenha histórica sobre a imprensa, alargando, depois, esse olhar às teorias do jornalismo. Porém, num contexto bilingue como é o de Macau, a interpretação e a tradução estão diretamente associadas ao jornalismo. Sem o intérprete-tradutor o jornalismo em português seria impossível. A interpretação e a tradução são atos subjetivos que implicam, não apenas a transposição de palavras de uma língua para outra, mas igualmente a transmissão de fatores culturais inerentes a essa mesma língua. Neste processo há óbvias perdas de informação, especialmente quando nos referimos à interpretação. Um processo entendido, neste trabalho, à luz das teorias desenvolvidas por Christiane Nord (2005) na área dos estudos da tradução em geral, considerando que a tradução se realiza a partir de um texto, tido como o original, para se transformar num outro, ambos veiculados a determinados contextos sociais, e cuja concretização não é completa sem ter sido recebido por um leitor.

Em Macau, a tradução é a principal fonte de informação para o jornalista português, não isento de erros e falhas devido a eventuais falhas na tradução. Para sustentar a dificuldade do trabalho jornalístico baseado na tradução analisar-se-ão três casos, focando dois géneros do jornalismo e os comunicados emitidos pelo Gabinete de Comunicação Social.

Palavras-chave: Macau. Imprensa. Jornalismo. Tradução. Interpretação. Chinês. Português.

Abstrat

This paper aims to reflect on the role of interpreter-translator as mediator in the construction of news in Special Administrative Region of Macau. A region under the administration of People's Republic of China and where Portuguese is like the Chinese an official language. With this paper we also want to present how journalism in Portuguese language remains alive, despite the policies changes in December 19, 1999. To understand journalism in Macau we present a brief of today's existing press, in Portuguese and in English, focusing also on the journalism theories, as applied to the local context.

In a bilingual context as Macau, the interpretation and the translations are completely related to journalism. Without the interpreter-translator Portuguese journalism cannot exist. The interpretation and the translation are subjective acts involving not only the transposition of some words from one language to another, but also a process involving the transmission of cultural aspects linked to a language. In this process there is some loss of information, especially when we talk about interpretation. We try, in this paper, to understand the proposal of the translation process in light of the theories by Christiane Nord (2005) in the studies of translation, in general, considering that translation is the transformation of a text, the original, into a new one, both related to a particular social context.

In Macau, the Portuguese journalists have translation as the main source of information, and this may be the cause of some of the mistakes and flaws found in the Portuguese press. To support the understanding of translation-based difficulties in journalism we propose the analysis of threes cases, focused on two types of journalistic pieces of journalism and communications issued by the Government Information Bureau.

Key-words: Macau. Press. Journalism. Translation. Interpretation. Chinese. Portuguese.

O papel do intérprete-tradutor na construção noticiosa – Reflexões sobre o exercício do jornalismo de língua portuguesa, em Macau

1. Introdução.....	6
2. Macau: uma região, duas línguas.....	10
3. A imprensa de Macau.....	12
3.1. O aparecimento da imprensa em português e chinês.....	12
3.2. A atualidade da imprensa em língua portuguesa.....	13
3.3. A Teledifusão de Macau – TDM.....	18
3.3.1. A televisão.....	20
3.3.2. A Rádio Macau.....	21
3.4. A imprensa em língua inglesa.....	23
3.5. A imprensa institucional.....	25
3.6. A sobrevivência dos meios de comunicação de Macau.....	27
3.6.1. Os subsídios	27
3.6.2. A ausência de um mercado publicitário.....	30
3.7. A deontologia e o estatuto do jornalista.....	32
4. A construção da realidade.....	37
4.1. Os elementos para a elaboração da agenda	37
4.2. Os valores notícia e os critérios noticiosos.....	39
4.3. A construção da notícia	43
4.4. As fontes como fundamento da notícia.....	45
5. O intérprete-tradutor e a construção da notícia.....	48
5.1. A diversidade de sistema linguístico chinês.....	48
5.2. A tradução em Macau.....	49
5.3. A tradução como um ato de comunicação.....	53
5.3.1. A interpretação como vertente do ato de tradução.....	58
5.4. A tradução jornalística.....	59
5.5. A relação de dependência entre o tradutor-intérprete e o jornalista.....	64

6. Os jornalistas e as notícias – análise de três casos.....	70
6.1. A notícia e o tradutor.....	71
6.1.1. A Rádio e o som.....	74
6.2. Comunicados de imprensa e o caso do Sr. Hutchison	74
6.3. Paralelo 22: a dificuldade da reportagem.....	79
7. Conclusão.....	83
8. Bibliografia.....	87
9. Anexos.....	103
Anexo 1 – Tabela dos apoios concedidos à imprensa de Macau.....	i
Anexo 2 – “Regulamento pode ser ilegal” – <i>Ponto Final</i> 25/02/2011.....	vii
Anexo 3 – “Macau casino 'crime watchdog' is shut down” – <i>South China Morning Post</i> , 16/09/2012.....	viii
Anexo 4 – “Casinoleaks terá sido pressionado” – <i>Ponto Final</i> , 17/09/2012.....	x
Anexo 5 – “Edifício Cheng I vai disponibilizar 650 fracções” – <i>Rádio Macau</i> , 5/11/2012.....	xi
Anexo 6 – “Novos tetos concluídos” – <i>Hoje Macau</i> , 6/11/2012.....	xiv
Anexo 7 – “Govt to miss Target for public housing” – <i>Business Daily</i> , 6/11/2012.....	xv
Anexo 8 – “Participação da Comitiva do Governo da RAEM na Sessão do Exame das Políticas Comerciais no contexto da Organização Mundial do Comércio” – <i>Gabinete de Comunicação Social</i> , 27/05/2013.....	xvi

1. Introdução

Em Macau ouviu-se o hino português pela última vez a 19 de dezembro de 1999, no dia em que o território viu sair do Palácio de Santa Sancha o último governador nomeado por Lisboa (general Rocha Vieira). Desde então Macau é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China. Quase tudo mudou desde essa altura, porquanto a utilização das línguas chinesa e portuguesa – garantida na Declaração Conjunta assinada nos anos 80 do século passado pelos governos de Lisboa e de Pequim – constitui uma realidade que vai manter-se, pelo menos nos documentos e sessões oficiais, até 2049.

O português é hoje falado por uma minoria de residentes – entre a população total estimada em cerca de 500 mil habitantes – sendo que é, sobretudo, no campo do Direito (de matriz portuguesa), que o uso do português mais se faz sentir.

Para quem chega a Macau e pressupõe que pode comunicar em português o sentimento pode ser de desilusão. A realidade linguística é complexa e o simples ato de apanhar um táxi pode revelar-se complicado uma vez que os taxistas não falam sequer inglês.

Neste contexto o tradutor é uma figura extremamente importante no ato da comunicação. Não que este mediador nos dê, ou possa dar, uma perceção geral e precisa do que se passa, mas ainda assim ajuda-nos a perceber o que está a acontecer. E digo que ajuda a perceber porque, reconheço, o nosso conhecimento sobre o que nos rodeia nunca é total.

É sobre o papel do tradutor na construção da notícia e enquanto elemento indissociável da prática jornalística de Macau que me proponho refletir nas próximas páginas. Este trabalho surge da necessidade pessoal de investigação e aprofundamento de conhecimentos, de um certo repensar e analisar a (minha) prática jornalística, após quase uma década de exercício profissional, quase em exclusivo em Macau. Daí este regresso à Universidade e, em especial, à Faculdade de Letras, onde fiz a minha licenciatura. Paralelamente, representa, também, uma feliz oportunidade para me debruçar e dar a conhecer uma realidade simultaneamente pouco estudada e muito desconhecida em Portugal.

Quanto ao panorama da comunicação social, não deve haver outra região no mundo tão pequena (cerca de 30 km quadrados) onde coexistam tantos meios de comunicação numa língua apenas falada por uma minoria: três jornais diários e um semanário em língua portuguesa, para além dos canais de rádio e de televisão. Nunca, nem mesmo durante a longa administração portuguesa, a imprensa teve a expressão que apresenta atualmente. Por cá, dir-

se-ia, que são as especificidades de Macau. Especificidades que ora são um desafio, ora representam um obstáculo.

As especificidades ou, dito de outro modo, as diferenças entre a realidade portuguesa que conhecemos e nos está próxima, e a realidade longínqua e distinta da Região Administrativa Especial de Macau – que neste trabalho designaremos por Macau – justificam estas breves notas de abertura, sob pena de alguma da informação que iremos abordar não poder ser devidamente percebida. Explica-se, por isso, que iniciemos esta dissertação com uma retrospectiva da história da imprensa em Macau, focada, no período pós transferência de Administração.

Depois de 1999, em língua portuguesa, apenas foi criado um novo jornal – *Hoje Macau*. Os outros dois diários – o *Jornal Tribuna de Macau* e o *Ponto Final* – foram fundados ainda durante os anos 90 do século passado. O jornal mais antigo é *O Clarim*, um semanário de índole católica que foi criado em 1943. Na história da comunicação social de Macau é a Rádio que tem a mais longa tradição. Foi fundada em 1933 e marcou a independência informativa face a Hong Kong, território que até 1997 esteve sob administração inglesa. A primeira emissão da estação de televisão só aconteceu a 13 de maio de 1984 e, durante alguns anos, os portugueses e chineses partilharam o mesmo canal que transmita alternadamente em português e chinês.

O desenvolvimento económico de Macau proporcionou, por outro lado, o aparecimento de vários jornais em língua inglesa. A primeira publicação data de 2004 e hoje o território conta com dois jornais diários generalistas – *Macau Post Daily* e *Macau Daily Times* – e um económico – *Business Daily* –, a que acrescem mais três revistas mensais: *Macau Business*, *Essential* e *Macau Closer*.

Macau conta ainda com uma imprensa que está sob a alçada do Governo. Trata-se de uma revista – *Macau* – fundada ainda durante a administração portuguesa. Inicialmente era da responsabilidade do Gabinete de Comunicação Social mas a partir de 1992 foi adjudicada a privados, num modelo que ainda se mantém. A revista *Macau* tem edições distintas e autónomas nas línguas chinesa, portuguesa e inglesa, com uma periodicidade bimensal.

Num território tão pequeno como Macau importa perceber como conseguem sobreviver tantos meios de comunicação social. Como forma de ajudar a imprensa de Macau o Governo criou subsídios que, face a um mercado publicitário deficiente e insuficiente, ajudam a suportar os custos de produção. Estes subsídios abrangem somente a imprensa portuguesa e chinesa.

Os media têm como principal missão informar e dar a conhecer uma realidade baseada em fatos, dos quais o jornalista foi ou não testemunha. A conduta do profissional da comunicação deve, no entanto, pautar-se de acordo com regras previamente estabelecidas pela classe, os chamados códigos deontológicos e o estatuto (do jornalista). Em Macau, e face às diferenças culturais entre chineses e portugueses, nunca se conseguiu chegar a um consenso sobre padrões comuns que regulassem a profissão.

O jornalismo não é porém uma profissão despida de intencionalidade. Os fatos não são relatados porque simplesmente acontecem. Pode-se falar por isso de uma construção da realidade. O jornalista tem por base de trabalho uma compilação dos acontecimentos – a agenda – que, de acordo com a linha editorial e o próprio público, são sujeitos a um processo de seleção. Neste processo há critérios que determinam se o acontecimento é suscetível de ser notícia. Neste âmbito tomámos como referência os valores-notícia definidos por Nelson Traquina.

Definidos que estão os princípios que regem o trabalho de rotina dos jornalistas focamo-nos no tema central deste trabalho. O tradutor enquanto mediador na construção da notícia.

Neste trabalho, e pelo contexto bilingue de Macau, achamos pertinente fazer uma breve resenha do que é a diversidade linguística da China. País onde embora se fale chinês não há uma unidade linguística. A par com o mandarim, a língua oficial, coexistem vários outros dialetos que, de alguma maneira, retratam a complexidade e diversidade social e cultural da China. A língua do País do Meio foi, e continua a ser de uma forma geral, um mistério para o Ocidente.

Em Macau, o tradutor foi desde sempre o principal mediador entre portugueses e chineses. Uma missão que se inicialmente esteve a cargo de missionários e também de macaenses, hoje está entregue a profissionais.

A tradução, estando no âmbito das ciências humanas, requer técnicas muito específicas e não pode apenas cingir-se a uma transposição de palavras de uma língua para outra, esquecendo as características culturais inerentes a cada língua. Com base no modelo da académica alemã Christiane Nord propomo-nos abordar o processo da tradução, que, entende a autora, está sujeito a fatores externos e internos não perdendo o leitor nunca do seu horizonte, uma vez que será ele a concretizar o ato da tradução. Para que o texto seja compreendido ele deve adequar-se à cultura, aos valores e às crenças do recetor.

Mas falar de tradução não é o mesmo que falar de interpretação. Se a tradução remete para um texto, a interpretação pressupõe um discurso. A interpretação é um ato de

tradução realizado em tempo real e conseqüentemente sujeito a adversidades que podem influenciar negativamente esse trabalho.

A tradução e a interpretação são, pelo contexto bilingue, a principal fonte do trabalho do jornalista de Macau. Seja através dos textos que nos chegam do Gabinete de Comunicação Social, quer através das interpretações feitas durante eventos públicos, como sejam as conferências de imprensa.

O jornalista como tradutor é também uma realidade em Macau. O inglês como língua franca é usado preferencialmente como alternativa ao chinês e ao português. A tradução jornalística, como adaptação de um texto a uma nova realidade cultural, implica estratégias de expansão, omissão ou mesmo de reformulação com a finalidade de tornar o texto mais compreensível.

Neste trabalho propomo-nos a exemplificar a dificuldade diária do jornalista que trabalha com traduções e interpretações com base em três casos.

No primeiro caso refletimos sobre duas notícias distintas elaboradas com base na mesma conferência de imprensa. No segundo caso olhamos para as traduções de textos escritos e as más traduções a que temos acesso e que põem em causa o trabalho do jornalista. Por fim, considerando a reportagem como o género nobre dentro do jornalismo e com características muito próprias, tomamos alguns exemplos para demarcar as diferenças culturais e as dificuldades sentidas.

Acreditamos estar inseridos num contexto muito especial e nem sempre muito fácil de explicar para um leitor que não conhece a realidade de Macau. Esse é o desafio a que, humildemente, me proponho, com base na experiência de sete anos de trabalho na *Rádio Macau*.

2. Macau: uma região, duas línguas

A Região Administrativa Especial de Macau localiza-se na costa meridional da República Popular da China, a oeste do rio das Pérolas. A sua posição geográfica foi, outrora, um fator de atração para navegadores (não só para os portugueses) com fortes interesses comerciais nesta zona do mundo. A partir de 1557 os portugueses estabeleceram-se com permanência em Macau constituindo, inicialmente, “uma mera comunidade de mercadores” que, mais tarde, evoluiria para “uma comunidade politicamente organizada” (PEREIRA, 1995, 17).

A afirmação da supremacia territorial sobre Macau só foi “acolhida pela primeira constituição portuguesa, a Constituição de 1822, que consagrou o princípio de que o estabelecimento de Macau era parte integrante do território português” (IDEM, 31). A criação de condições para que se consolidasse a soberania em Macau só viria a acontecer nos anos 40, na sequência da proclamação de Hong Kong como colónia britânica. A província de Macau foi apenas criada pelo Decreto de 22 de setembro de 1844, com o fim da relação que existia face ao Estado da Índia.

A administração portuguesa nunca se vergou ao uso de outro idioma que não o português. Embora sem uma política forte de ensino (ao contrário do que aconteceu em Hong Kong e talvez justifique que só uma minoria de residentes domine o idioma) o português foi a língua que Portugal, sem legislar o seu uso, tomou como oficial. Uma situação que fez de Macau, do ponto de vista cultural, um território complexo: “Não se pode afirmar que nele existam nem uma, nem duas culturas identificáveis. Esta complexidade cultural é estruturada por dois eixos – um étnico, o outro linguístico” (CABRAL e LOURENÇO, 1993, 19).

A realidade de Macau é, hoje, tal como no passado, feita a duas velocidades. Por um lado, a realidade de quem fala chinês, por outro, a de quem fala português. O tradutor é, e foi, o elo de ligação entre estas duas faces de Macau. “Macau é oficialmente bilingue desde 1991, mas enquanto que até 20 de dezembro de 1999 a administração ‘falou’ português, a partir daí passou a ‘falar’ chinês. Apesar de todos os atos administrativos e oficiais serem ainda bilingues (chinês/português), o fato é que as necessidades de tradução e interpretação tendem a diminuir com a saída de parte da comunidade de língua portuguesa e que não dominava a outra língua oficial” (PAIVA, 2004, 49).

O português continuará a ser língua oficial até 2049. A Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a

Questão de Macau¹, assinada em 1987, define, no ponto 5, que “além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais da Região Administrativa Especial de Macau”. A Lei Básica, a lei fundamental de Macau em vigor desde 20 de dezembro de 1999, definiu mais claramente o seu estatuto. O artigo 9 estabelece que “além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial”.

O certo é que, nos últimos catorze anos de Macau enquanto Região Administrativa Especial da República Popular da China, os líderes do governo, quer Edmundo Ho, o primeiro Chefe do Executivo, quer Fernando Chui Sai On, o atual governante, têm repetido a importância dos portugueses e da língua de Camões como fator de diferenciação de Macau.

A importância da língua portuguesa em Macau é, aliás, uma das bandeiras do Governo Central, em Pequim, que constantemente sai em defesa da língua portuguesa, o idioma das relações económicas com a Lusofonia. Neste campo, Macau é oficialmente a “plataforma” entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

¹Acordo que define a forma como se realiza a administração de poderes em dois períodos grandes: entre 1987 e 1999, altura em que se preparou a transferência de soberania para a República Popular da China; e entre 1999 e 2049 em que Macau, embora sendo um território chinês, tem autonomia, exceto nas relações externas e na defesa. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, foi atribuído a Macau poderes executivo, legislativo e judicial independente incluindo o de julgamento em última instância.

3. A imprensa de Macau

3.1 O aparecimento da imprensa em português e chinês

A Revolução de 1820, em Portugal, propiciou o aparecimento da imprensa em português de Macau. O jornal *A Abelha na China* foi o primeiro jornal de língua portuguesa publicado no pequeno território e em toda a China. O jornal, com apenas quatro páginas, saiu pela primeira vez para as bancas a 12 de setembro de 1822, tendo-se assumido, claramente, como defensor dos ideais progressistas da revolução liberal do Porto. Fundado pelo chefe local do Partido Constitucional, tenente-coronel Paulino da Silva Barbosa, e editado pelo dominicano Frei António S. Gonçalo de Amarante, o jornal tinha como principal “inimigo” o ouvidor Miguel de Arriaga (que tem uma rua com o seu nome em Macau) da ala conservadora.

A Abelha da China tem, porém, uma vida curta. Em junho de 1823, o vice-rei da Índia enviou tropas para reprimir o “movimento liberal” de Macau e o jornal acabaria por fechar meses depois. O último número data de 28 de agosto de 1823, quando, conta o Padre Manuel Teixeira (cit. NEVES, 1999), biógrafo do ouvidor Arriaga, o jornal foi “por ordem do governo provisório, judicialmente queimado em público às portas da Ouvidoria” (72).

O jornal *A Abelha da China* seria substituído, em janeiro de 1824, pelo jornal *Gazeta de Macao*, que teve publicação regular durante dois anos.

A imprensa em língua portuguesa de Macau vive, depois, oito anos de silêncio, quebrados apenas em 1835. A década seguinte é tida como de “ouro” com o nascimento de vários jornais, num “surto nunca antes visto”, como nota Ricardo Pinto (MACAU, 08/1993), num artigo sobre história da imprensa de Macau. Entre os títulos deste período citamos o surgimento dos jornais *Chronica de Macau* (1835), *O Macaista Imparcial* (1837-1838), *O Portuguez na China* (1840), *O Commercial* (1841) *A Aurora Macaense* (1843-1844) e *O Procurador dos Macaistas* (1844-1845).

É por esta altura, nos anos 40 do século XIX, que a imprensa chinesa dá os primeiros passos, com a publicação do jornal *Ou Mun San Man Zhu* (Jornal de Notícias de Macau), liderado por Lin Zexu, um Comissário Imperial da Dinastia Qing que dirigia a campanha de proibição do ópio em Cantão. O desenvolvimento da imprensa chinesa de Macau só acontece depois da Revolução de 1911, ano que marca o fim das dinastias na China, com a fundação de vários jornais, entre eles o *Ao Men Times* (Tempo de Macau), o *Hao Jing Wan Bao*

(Vespertino Espelho do Mar), o *Ao Men Tong Bao* (Jornal Informação) e o *Hao Jing Ri Bao* (Jornal Espelho do Mar).

Ao longo de quase dois séculos a imprensa portuguesa e a chinesa têm coexistido de forma pacífica, à semelhança com o que acontece a outros níveis. “Para que diferentes povos possam manter durante longos períodos, amizade, paz e colaboração mútua, não são fatores únicos o ambiente geográfico, os usos e costumes ou interesses económicos comuns, nem para tanto os acordos assinados por governos de duas nações (...). Podemos dizer que é devido ao respeito mútuo que os portugueses e chineses de Macau têm conseguido viver conjunta e pacificamente nesta terra durante esse longo período de tempo” (ALVES, 1985-1986, 39).

A predominância da imprensa em chinês é inquestionável. Atualmente existem nove jornais diários em língua chinesa – “com uma tiragem total de mais de 100 mil exemplares” (MACAU 2012, 462) – e quinze publicações semanais. Em língua portuguesa o território conta com três jornais diários e um semanário, e os canais de rádio e de televisão.

O desenvolvimento económico de Macau proporcionado com a liberalização do setor do jogo, em 2003, foi crucial para o surgimento da imprensa em língua inglesa. Hoje existem três jornais diários (dois generalistas e um financeiro), uma revista mensal na área da economia e ainda duas revistas de lazer.

3.2 A atualidade da imprensa em língua portuguesa

Os jornais em língua portuguesa existentes hoje em Macau foram fundados, na maioria, ainda sob a bandeira portuguesa. Exceção feita para o jornal *Hoje Macau* que é publicado pela primeira vez a 5 de setembro de 2001.

O conceito do jornal não foi propriamente novo, uma vez que o *Hoje Macau* surge como sucessor do jornal *Macau Hoje*, encerrado, em agosto de 2001, devido a problemas financeiros. Na fundação dos dois jornais esteve João Severino, que ainda diretor do *Macau Hoje* foi condenado, em 2000, por duas vezes, pelo crime de abuso de liberdade de imprensa. Na última edição do *Macau Hoje*, com o título “Este jornal acabou”, o diretor justificava o encerramento do diário com a situação financeira que tinha atingido um “ponto inadmissível devido às muitas e continuadas multas e indemnizações”, confessando que as suas “forças físicas e anímicas esgotaram-se em proporção às dificuldades e aos problemas” (MACAU HOJE, 31/08/2001).

Mas ainda assim não desistiu e abraçou o novo projeto, o jornal *Hoje Macau*, propriedade da empresa Fábrica de Notícias, LDA. Sob a direção de Carlos Morais José, lia-

se, no editorial, que, apesar das dificuldades da imprensa portuguesa em Macau, “ficou provado que é possível fazer aqui um jornalismo sério, desassombrado, honesto e destemido” (HOJE MACAU, 05/09/2001).

O jornal assume-se, no estatuto editorial ainda em vigor, como “independente de qualquer poder político ou económico, assumindo como sua missão o dever de informar a população da Região Administrativa Especial de Macau, bem como espelhar as suas opiniões e anseios, no mais estrito respeito pela deontologia da imprensa e pela ética profissional dos jornalistas” (IDEM).

Em 2001, a equipa do *Hoje Macau*, que tal como hoje é publicado de segunda a sexta-feira, era bastante reduzida, com Carlos Morais José como diretor, Ana Bela Martins da Cruz a diretora-adjunta e João Costeira Varela, o redator.

A 2 de maio de 2008 o *Hoje Macau* integra o suplemento *Tai Chun Pou, em Português*, que existia desde 10 de setembro de 2007, publicado na edição chinesa do jornal com o mesmo nome.

O projeto em língua portuguesa tinha como filosofia editorial oferecer “uma leitura complementar dos jornais já existentes”, sem competir com essas publicações, indo “para além da agenda política”, lembrava Luís Ortet, diretor do *Tai Chun Pou, em Português*, na edição de 22 de abril de 2008. E acrescentava: “Surge pois como natural que tenha sido aproveitada a oportunidade entretanto surgida de o Suplemento passar a integrar um dos jornais previamente existentes, tornando assim o seu conteúdo mais acessível. Fica deste modo resolvida uma dificuldade com que nos debatíamos desde o primeiro número e que dizia respeito à distribuição” (TAI CHUN POU, 22/04/2008).

Esta fusão permitiu ao *Hoje Macau* aumentar o número de jornalistas e o número de páginas, mas também a variedade de temas abordados, com especial foco nas reportagens. No editorial da primeira edição após a fusão, Carlos Morais José lembrava que nada tinha mudado na linha editorial, apenas a capacidade de produção. “O *Hoje Macau* apresenta-se, agora com outra capacidade de realização, como um jornal para todos. Ou seja, uma publicação, que não se destina a um público específico, mas que procurará abranger o número maior de leitores e de interesses diversificados. Para nós isto não é novo. A novidade reside na nossa atual capacidade e, sobretudo, apresentando textos de qualidade, cuja abrangência chegará, esperamos, a um maior número de leitores, na medida em que apresentaremos temas bem mais variados” (HOJE MACAU, 02/05/2008).

Em setembro de 2009 terminou a parceria com o *Tai Chun Pou* e o *Hoje Macau* era alvo de “reformulação”, devido à crise que, reconhecia o diretor Carlos Morais José, “batia à

porta” do jornal. O *Tai Chun Pou* desaparecia. O *Hoje Macau* reduzia o número de páginas diárias para dezasseis, exceção feita para a sexta-feira, em que o jornal se apresenta “com mais páginas, de pendor cultural e analítico” (HOJE MACAU, 01/09/2009).

O suplemento cultural é igualmente uma das apostas, à sexta-feira, do jornal *Ponto Final*, com o *Parágrafo*. A apresentação de um suplemento é uma prática comum ao longo da história do jornal. Desde que foi relançado, em setembro de 1992, o jornal, ainda com edição semanal, teve como política chegar a outros públicos, começando por editar, semanalmente, um suplemento em língua inglesa com várias notícias locais, regionais e internacionais. Tratavam-se de textos de agências ou traduções de outras notícias publicadas no jornal. Nos últimos anos, o suplemento do jornal centrou-se em temas culturais.

O jornal *Ponto Final*, propriedade da empresa Praia Grande Edições, saiu pela primeira vez para as bancas a 18 de dezembro de 1991, com um formato A5. A poucos anos da transferência de administração, considerava-se que os portugueses, com uma história no território, deviam, para lá de 1999, ainda marcar presença na cidade. “Uma presença económica, política e, sobretudo, cultural. Sem preconceitos, nem falsas culpabilidades. Até porque estas não existem. Os macaenses do futuro precisarão de nós, da nossa memória, para marcar a diferença. Não nos devemos eximir a esta responsabilidade. Esta será a nossa política. Defender todas as ações que visem a consolidação das posições portuguesas, com sentido de futuro e responsabilidade pelo passado. (...) Este é um jornal lusófono, lusófilo, para não dizer lusómano”, lia-se no Estatuto Editorial (PONTO FINAL, 18/12/1991).

A missão a que o *Ponto Final*, na fase inicial, se comprometeu, durou até 1 de agosto de 1992: “Este é o último número do *Ponto Final* tal como o agora conhecemos. Assim desaparece uma voz que marcou uma tal presença em Macau, que teve de ser silenciada. Não se sabe bem por quem. Também não interessa, porque assim a culpa recai um pouco sobre todos” (PONTO FINAL, 01/08/1992). Ao mesmo tempo que se anunciava o fim do jornal, era igualmente feito o anúncio do regresso. “O *Ponto Final* vai renascer das cinzas com novos proprietários, uma nova estrutura redatorial e uma nova linha de rumo. Ou seja: não nos limitaremos a receber um testemunho – criaremos outra fase de existência deste título” (IDEM). Num texto assinado pela empresa proprietária, a decisão de mudar era justificada com os desafios trazidos pela “progressiva complexidade do período de transição e a constante exigência do público” (IBIDEM).

O número um do renovado *Ponto Final*, agora numa versão semanal, saiu para as bancas em outubro de 1992, embora antes, a 25 de setembro, o jornal tivesse tido sido publicado, numa edição zero, no que se pretendia ser um “ensaio destinado a afinar o jornal”.

Com uma equipa de dez pessoas, entre chefe de redação e colaboradores, o jornal apresentava-se como “um órgão de comunicação escrita, em língua portuguesa, de periodicidade semanal, independente, informativo crítico, atento às questões que respeitam a Macau e aos problemas relativos às diversas comunidades que a integram e que nela coexistem e cooperam” (PONTO FINAL, 25/09/1992).

A 18 de fevereiro de 2002, a direção do jornal opta por regressar ao formato de diário, de segunda a sexta-feira. “Com esta iniciativa, pensamos nós, iremos permitir aos nossos leitores um acompanhamento das questões muito mais atual e atualizado, ao mesmo tempo que nos esforçaremos, na medida das nossas possibilidades, por oferecer no fim de semana um produto mais consentâneo com a tradição dos últimos dez anos. Isto é, um jornal que não tenha necessariamente que ser lido em escassos minutos”, assegurava o diretor Ricardo Pinto (PONTO FINAL 08/02/2002).

Do conjunto de jornais com publicação diária falta apresentar o *Jornal Tribuna de Macau* (JTM), criado em junho de 1998, e que resulta da fusão de outros dois jornais: *Jornal de Macau* (diário vespertino) e *Tribuna de Macau* (semanário), ambos fundados em 1982.

Quando sai para as bancas, o JTM traçava assim os seus objetivos: “Assegurar a continuidade da publicação em Macau, de um jornal em língua portuguesa, muito para além de 20 de dezembro de 1999, possibilitando que os falantes de língua portuguesa no território mantenham o direito a ser informados com verdade, rigor e isenção, contribuindo para que se mantenham vivas as ligações entre as sociedades de Portugal e a futura Região Administrativa Especial de Macau e difundindo os eventos locais pelos milhões de falantes portugueses, incluindo as comunidades macaenses espalhadas pelo mundo” (JORNAL TRIBUNA DE MACAU, 01/06/1998).

O jornal foi o único, entre os órgãos portugueses, que alargou a publicação aos sete dias da semana. Daí que o jornal tenha adotado, entre junho de 2006 e agosto de 2009, o lema “o verdadeiro diário”. As exigências de uma “verdadeira periodicidade diária” obrigaram a terminar com a medida: “foi uma iniciativa, desde o início arriscada, pois obrigava a trabalho extra de toda a equipa sem contrapartida publicitária assegurada e que, passados uns anos, se revelou não ter tido o impacto que se desejava entre os leitores” (JORNAL TRIBUNA DE MACAU, 26/07/2009). O jornal opta por uma publicação de segunda-feira a sábado, que duraria até janeiro de 2012. Desde então o jornal segue o princípio da “generalidade dos jornais locais, de línguas não chinesa” (JORNAL TRIBUNA DE MACAU, 30/12/2011), sendo publicado apenas durante a semana.

À sexta-feira está nas bancas o único semanário em língua portuguesa, *O Clarim*, que está ligado à Diocese de Macau. Foi fundado pelo Padre Manuel Teixeira, em junho de 1943. Inicialmente numa versão de revista, *O Clarim*, daria, cinco anos depois, lugar ao formato de jornal. A 2 de maio de 1948, o título saía para as bancas, como um suplemento semanal, sob o lema “Por Deus, pela Pátria”, e com cabeçalho do pintor russo, George Smirnoff, que ao tempo vivia em Macau.

O jornal apresentou-se, na primeira edição, como um “órgão retintamente católico” que “professa a sua incondicional independência da orientação que lhe der a Autoridade Eclesiástica, representada nesta Diocese de Macau pelo Ilustre Prelado, ou por delegado seu” (O CLARIM, 02/05/1948). Entre as missões do jornal estava a necessidade de colmatar uma lacuna que existia, “no meio tradicionalmente católico de Macau”, e levar, todas as semanas, “a todos os lares não apenas as notícias de ordem genérica ou, seguindo a orientação das agências, as que por estas são lançadas aos quatro ventos, mas e sobretudo o que devem pensar os católicos sobre semelhantes acontecimentos” (IDEM).

A mudança de administração em Macau não trouxe mudanças em termos religiosos – a liberdade religiosa está consagrada na Lei Básica de Macau – e *O Clarim* prosseguiu a sua missão de, como jornal católico, ser, diz o estatuto editorial, “uma voz da Igreja em Macau, através da informação sobre as diversas atividades por ela desenvolvidas localmente, seja de caráter pastoral propriamente dito, seja de caráter educacional ou assistencial, nas quais a Igreja tem uma ação preponderante”.

O jornal esteve, no verão de 2010, envolto numa polémica que levou a mudanças editoriais. A Diocese de Macau resolveu que o jornal devia retomar a “doutrina social da Igreja”, centrado em temas religiosos, desporto e cultura, deixando de publicar notícias sobre política local. A mudança, sem ser referida no jornal, teve projeção na imprensa escrita local, com o Bispo de Macau, D. José Lai, em entrevista ao *Jornal Tribuna de Macau* (08/09/2010), a assumir essa nova linha editorial.

Os jornais de Macau contam com redações reduzidas. *O Clarim* é o que tem a redação mais pequena, contando com apenas três jornalistas. *O Hoje Macau* tem uma equipa de seis jornalistas, entre eles o editor e um profissional de origem chinesa. A redação do *Ponto Final* é constituída por sete jornalistas, contabilizando o diretor e uma profissional falante de chinês. O *Jornal Tribuna de Macau* conta igualmente com sete jornalistas, incluindo um de origem chinesa e o diretor executivo do diário. Do conjunto de vinte e três profissionais a trabalhar na imprensa escrita de língua portuguesa de Macau, sete são licenciados em jornalismo pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

3.3. A Teledifusão de Macau – TDM

A TDM, S.A. é a empresa concessionária do serviço de rádio e televisão de Macau. A empresa foi criada em outubro de 1982, por ordem do governador português Vasco Almeida e Costa, com efeitos a partir de janeiro do mesmo ano, com o nome de Empresa Pública de Teledifusão de Macau – TDM, E.P. (doravante designada de TDM).

O Decreto-Lei n.º 56/82/M previa que o serviço de radiodifusão, existente desde 1933, e a televisão, ainda por criar, estivessem sob a tutela da mesma empresa. No preâmbulo do diploma, lia-se que a criação da empresa abria caminho à “reestruturação dos moldes de funcionamento do serviço de radiodifusão do Território, cobrindo agora outros meios de comunicação social”. O documento ditava ainda a extinção da Emissora de Radiodifusão de Macau, cuja gestão, até 31 de dezembro de 1981, tinha estado assegurada pela Radiotelevisão de Portugal (RTP), e a consequente anexação do serviço de rádio à nova empresa.

A empresa, cujo estatuto demorou cinco anos a ser redigido, ficaria definida como “pessoa coletiva de direito público, que reveste a natureza de empresa pública”, com “autonomia administrativa, financeira e patrimonial”, estando “sujeita à tutela do governador” (Decreto-Lei n.º 9/87/M).

No que respeita às emissões a assegurar, o diploma, previa que a TDM tinha de estabelecer emissões de radiodifusão sonora e televisiva, cumprindo parâmetros mínimos: a rádio teria de ter “uma ou mais emissões em língua portuguesa e uma ou mais emissões em língua chinesa” e a televisão “uma emissão em língua portuguesa e uma emissão em língua chinesa” (IDEM).

No final da década de 80 do século XX, a empresa passaria por momentos conturbados. O Governo decide pela extinção, em 1988, da Empresa Pública de Teledifusão de Macau – TDM, E.P, e consequente criação de uma empresa de capitais privados. Uma mudança no estatuto da empresa que foi justificada, pelo governador Carlos Melancia com “a necessidade de introduzir uma nova dinâmica na prestação do serviço público de radiodifusão, em especial na sua componente televisiva, incrementando a participação de outras entidades com larga experiência no sector” (Decreto-Lei n.º 7/88/M).

A medida não foi pacífica. Em julho de 1988, uma reportagem do semanário português *Expresso*, publicada no semanário *Tribuna de Macau*, resumia assim os acontecimentos: “Eis a vertiginosa sucessão de episódios: o governador anula um concurso para concessionar a TDM, empresários portugueses e internacionais são convidados a tomar conta da empresa TDM, E.P.; é extinta e cria-se, em seu lugar, a TDM, SARL; o presidente e

um vogal da TDM, SARL, são detidos às ordens da Justiça, porque haveria irregularidades no processo de transformação; o administrador - liquidatário da TDM, EP, resigna alegando falta de condições para levar a cabo a tarefa; dois altos funcionários do departamento de Justiça são inquiridos por terem exercido alegadas pressões sobre o juiz instrutor do processo, vindo a ser exonerados apesar do arquivamento dos autos, o membro do Governo que os afastara, põe, por seu lado, o cargo à disposição, denunciando a atuação do governador e vindo a ser, também ele, demitido; o juiz inquire à esquerda e à direita e manteve teimosamente o presidente da TDM na cadeia, apesar de o Ministério Público dizer que é ilegal” (TRIBUNA DE MACAU, 9/7/1988).

A Empresa Pública de Teledifusão de Macau – TDM, E.P deu lugar à Teledifusão de Macau – TDM, SARL, e a gestão da empresa é aberta, em 1989, a investidores privados. O Governo de Macau passou a deter 50,5 por cento das ações, enquanto os restantes 49,5 por cento eram detidos por privados, nomeadamente a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), de Stanley Ho, ligada também ao setor do jogo, com uma participação de 19,5 por cento.

O fim da participação de investidores privados no capital social da TDM dá-se já depois de 2000, quando os acionistas particulares reembolsaram, a título gratuito, as quotas à TDM. A empresa, que passou a designar-se TDM – Teledifusão de Macau, S.A., é, deste então, detida em 99,8 por cento pelo Executivo de Macau e os restantes 0,2 por cento por entidades públicas com autonomia financeira.

Com esta mudança na estrutura da empresa, o Governo decide, em 2006, alterar o modo de financiamento da TDM. Os subsídios que eram proporcionais às quotas com base nos resultados de operações são substituídos por apoios financeiros em função do orçamento de despesas de operação para o ano seguinte apresentados pela empresa.

Mas as polémicas em torno da empresa, hoje financiada apenas pelo Governo, continuam agora sobre o seu estatuto e o modelo. Em 2010, o Governo decidiu criar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Estratégico da TDM — Teledifusão de Macau, S. A., com o objetivo de, num prazo de seis meses, estudar e definir um modelo de desenvolvimento estratégico para o serviço público de rádio e teledifusão. Nas conclusões, o grupo de trabalho entendeu que TDM tinha necessidade de “esclarecer o seu posicionamento, rever os estatutos, aperfeiçoar a gestão e reforçar a fiscalização, com vista à implementação dum

estabelecimento de serviço público de radiodifusão em Macau, que é normalizado, transparente, de elevada eficiência e qualidade”².

Quanto ao modelo de financiamento da empresa, entendeu o grupo que, “no futuro, quando as condições estiverem maduras, o Governo poderá considerar em convidar empresas baseadas em recursos naturais e empresas internacionais para participarem na TDM, com vista à abertura de novos mercados no interior da China e na Ásia, expandindo, deste modo, o espaço do seu desenvolvimento”³.

Face às conclusões do relatório, o chefe do governo decidiu criar, em novembro de 2010, um novo grupo de trabalho para acompanhar e orientar a transição da TDM para um serviço público. Um trabalho que, em 2013, está ainda por concluir.

De notar que a TDM, além dos canais de televisão e rádio em português e chinês, tem vindo a expandir o leque de oferta na área da televisão. Desde outubro de 2009 a empresa conta, para além dos canais generalistas, com mais quatro canais digitais: um canal em alta definição de conteúdo generalista; o canal Desporto; o canal Vida, com programas locais sobre o quotidiano de Macau; e o canal Satélite que visa servir de plataforma entre a China e os países de língua portuguesa e os chineses ultramarinos, com emissões em mandarim, cantonense, português e inglês.

3.3.1. A televisão

A televisão só chegou a Macau nos anos 80 do século passado. Às 19h30 do dia 13 de maio de 1984 estava no ar o primeiro telejornal em língua portuguesa. Inicialmente, os portugueses e os chineses dividiam o mesmo canal. A emissão das 18h00 às 21h00 era em chinês e entre as 21h00 e as 24h00 em língua portuguesa. A partilha do mesmo canal prolongou-se até setembro de 1990, quando a empresa resolve criar o Canal 1 e o Canal 2, em português e chinês, respetivamente.

As emissões televisivas arrancaram com limitações técnicas e de pessoal. Numa reportagem publicada no semanário *Tribuna de Macau*, dias depois de a televisão ter começado a emitir, Faria de Almeida, responsável pela produção da TDM, reconhecia as dificuldades: “por enquanto não há condições de ir além dos cinco por cento de produção

² Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Estratégico da TDM – Teledifusão de Macau, S.A., pp. 83

³ IDEM, pp. 48.

local, que, com 35 por cento de informação e 60 de material importado, dão o tempo da emissão” (TRIBUNA DE MACAU, 19/05/1984).

As emissões do canal português – hoje designado de Canal Macau – têm sido, ao logo destes anos, sustentadas pelas emissões da RTP Internacional que, desde 1993, chegam a Macau. O Canal Macau vai intercalando, ao logo do dia, a produção local com a programação da RTP Internacional. A título de exemplo, às 13h30 é emitido o telejornal das 20h00 da RTP, do dia anterior, e até cerca das 19h00 a emissão está em cadeia com a RTP Internacional. A emissão própria do Canal Macau prolonga-se, sensivelmente, até à meia-noite.

O Canal Macau, com uma equipa de onze jornalistas (dois dos quais licenciados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), emite todos os dias um noticiário – com uma duração de trinta minutos – e semanalmente tem a seu cargo a produção de um jornal de desporto – *TDM Desporto* –, um magazine cultural – *A Montra do Lilau* – e uma entrevista – *TDM Entrevista*.

Uma das apostas dos últimos quatro anos do Canal Macau foi o reforço do serviço informativo em língua inglesa, criado em maio de 2003, e que está inserido na programação em português. Inicialmente uma equipa de três pessoas produzia um telejornal de segunda a sexta-feira com a duração de dez minutos, mas, em 2009, o serviço ganhou autonomia. A equipa conta hoje com sete jornalistas e dois editores (licenciados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), de língua materna chinesa, portuguesa e inglesa, que além do telejornal diário, com a duração de meia hora, é responsável pelo *Talk Show*, um programa semanal de entrevistas.

3.3.2. A Rádio Macau

A história da rádio é bem mais longa do que a da televisão. A primeira emissora foi instalada, em 1933, na torre do relógio do edifício dos Correios de Macau, no centro da cidade. O momento marcou, definitivamente, o fim da dependência informativa do território vizinho de Hong Kong.⁴ A rádio de Macau – designada de *CQN-Macau* – não era apenas a primeira emissora do pequeno território como a primeira rádio ultramarina a conseguir fazer chegar o sinal até à Austrália, Timor-Leste e Indonésia.

⁴ A atual Região Administrativa Especial de Hong Kong está situada a cerca de 60 quilómetros de Macau, e até 1997 esteve sob administração inglesa.

Nos primeiros anos de existência a rádio não evitou interrupções devido a prejuízos acumulados e a problemas técnicos. A 2 de maio de 1938, a *CQN-Macau*, que tinha somente uma emissão de duas horas por dia, era extinta, por falta de técnicos e apoios financeiros. Daria, no entanto, lugar à *CRY-9-Macau* que, por sua vez, seria encerrada em 1941. Macau não ficou, porém sem emissora, com o Governo a criar o *Rádio Clube de Macau*.

A concorrência era por estes anos, e ao contrário do que acontece hoje, forte, em especial no segmento do entretenimento. O *Rádio Clube de Macau* coexistia com a *Rádio da Polícia*, criada pela P.S.P., e a *Rádio Vila Verde*, fundada em 1952 por Pedro José Lobo, uma figura proeminente da sociedade macaense. Esta última, com emissões em português e chinês, era a mais forte das concorrentes. Embora sem informação própria, limitando-se a ler os comunicados oficiais, era, um dos polos de animação cultural, dispondo mesmo de uma orquestra.

Na tentativa de dar um novo fôlego ao serviço de rádio, em 1962 a administração cria a ERM – Emissora de Radiodifusão de Macau. O serviço estava, inicialmente integrado nos Serviços Autónomos dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), tendo, em 1976, passado para a tutela do Centro de Informação e Turismo.

A grande mudança acontece em 1979, quando, e mais uma vez devido à falta de meios técnicos e humanos, o governador Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio permite que a Radiotelevisão Portuguesa, E.P., assumisse a gestão da ERM. Os moldes desta gestão prolongam-se até 1982, quando o serviço de radiodifusão passa a ser tutelado pela recém criada Empresa Pública de Teledifusão de Macau – TDM, E.P., a única empresa concessionária dos serviços de rádio e televisão de Macau.

A *Rádio Macau*, como hoje se designa, tem atualmente uma emissão de 24 horas com produção própria durante treze horas diárias, de segunda a sexta-feira, entre as 7h00 e as 20h00. Aos fins de semana e feriados a emissão da *Rádio Macau* começa apenas às 8h00. Todos os dias, a partir das 20h00, a emissão entra em cadeia com a emissora pública portuguesa RDP - Antena 1. A exceção é para o domingo, dia em que, das 20h00 às 21h00, emite um programa de música em bahasa, a língua indonésia.

Com uma equipa de nove jornalistas (dois dos quais licenciados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), a *Rádio Macau* produz, aos dias de semana, onze noticiários – um deles dedicado ao desporto e outro à economia e finanças – e quatro sínteses noticiosas durante a manhã que incluem as revistas de imprensa dos jornais de Macau (em português, inglês e chinês) e jornais de Hong Kong em língua inglesa.

A *Rádio Macau* emite semanalmente um programa de debate de desporto – *Bola ao Centro*; um outro de debate sobre a atualidade de Macau, da China e do Mundo – *Contraponto*, com um painel de oito comentadores, que agora é também transmitido na televisão. Todas as semanas a *Rádio Macau* emite um programa de entrevistas – *Rádio Macau Entrevista* – e um magazine de informação – *Paralelo 22* – com grandes reportagens. Estes programas são retransmitidos pela Rádio Internacional da China, no serviço de língua portuguesa.

Desde abril de 2011, a *Rádio Macau* tem uma página de internet renovada onde passou a disponibilizar todas as notícias locais.

3.4. A imprensa em língua inglesa

A liberalização do setor do jogo, em 2003, proporcionou um desenvolvimento económico substancial a Macau. O Produto Interno Bruto⁵ passou de 52,332 milhões de patacas (4,919 milhões de euros⁶) em 2001, para os 82,294 milhões em 2005 (7,735 milhões de euros), fixando-se, em 2012, nos 348,2 mil milhões de patacas (32,273 milhões de euros). O *boom* económico tem proporcionado uma grande diversificação populacional, com a chegada de mais estrangeiros, levando ao aparecimento da imprensa em língua inglesa.

A primeira publicação em inglês a surgir é a *Macau Business*, uma revista mensal, sem uma redação própria, lançada em maio de 2004, dedicada a temas económicos. A publicação pertence ao grupo De Ficção – Multimédia Projects, do português Paulo A. Azevedo. Na primeira edição da *Macau Business*, com o título de capa “*The Time is Now*” (“O momento é agora”), o diretor e fundador, Paulo A. Azevedo, justificava o momento do lançamento da publicação: “O futuro de Hong Kong permanece sombrio, mas esta RAE [Região Administrativa Especial] pelo menos parece no caminho para a prosperidade, o que, nós acreditamos, garante o lançamento desta revista de negócios, a primeira de sempre em Macau produzida pelo setor privado e completamente em inglês. Empresários, políticos e comentadores são unânimes em nos dizer que este é o momento certo para tal iniciativa” (MACAU BUSINESS, 05/2004).

No estatuto editorial a revista apresentava como principal foco o “desenvolvimento económico e financeiro, em particular da Região do Delta das Pérolas”. A publicação

5 Dados da Direção dos Serviços de Estatística e Censos.

6 Taxa de Câmbio de 10/04/2013: 1 Euro= 10.52 Patacas.

sustentava não querer limitar-se a um só público, mas chegar a uma diversidade de públicos incluindo “políticos, economistas, *managers*, banqueiros, empresários e a sociedade civil” (IDEM).

O ano de 2004 fica marcado ainda pelo aparecimento de um outro título em língua inglesa, mas desta vez um jornal diário. O *Macau Post Daily*, fruto de uma *joint venture* entre media locais chineses e portugueses, justificava, no primeiro número, a aposta no inglês com a chegada de cada vez mais residentes estrangeiros ao território, como consequência do desenvolvimento económico de Macau.

O jornal, com edição de segunda a sexta-feira, no estatuto editorial mostrava o apoio ao princípio ‘um país, dois sistemas’ previsto na Lei Básica de Macau, definindo como objetivo “servir Macau agindo como um jornal interativo com a comunidade” (MACAU POST DAILY, 27/08/2004).

A concorrência direta ao *Macau Post Daily* chega apenas a 1 de junho de 2007 com a fundação do *Macau Daily Times*, inicialmente com edição sete dias por semana.

Sob a direção de Rodolfo Ascenso, o jornal apresenta-se com o objetivo de “servir Macau durante este crescente desenvolvimento económico e as inevitáveis mudanças sociais” e vocacionado não só para “os expatriados” mas para todos os que “em Macau falam a mais comum língua internacional” (MACAU DAILY TIMES, 1/6/2007).

Confrontado com a falta de um código de ética e deontológico em Macau, e face à necessidade de estabelecer regras para uma redação internacional, o jornal marca a diferença e cria o próprio código de redação. É “baseado em códigos internacionais” (MACAU DAILY TIMES, 01/06/2007), com treze pontos, e prevê, entre outras questões, o dever de defender a liberdade de imprensa, a obtenção de informação de forma honesta, a confidencialidade das fontes e o dever de não plagiar.

A periodicidade de sete dias por semana do jornal mantém-se até 1 de dezembro de 2011, altura em que passa a ter publicação apenas cinco dias por semana. A mudança é, na altura, justificada com a necessidade de reformulação do jornal e da página na internet de forma a “garantir uma publicação mais dinâmica e interessante para atender às necessidades dos leitores atuais” (MACAU DAILY TIMES, 28/11/2011).

A imprensa em língua inglesa ganha novo fôlego em 2012 com o aparecimento do primeiro jornal diário económico, o *Business Daily*. A publicação, do grupo De Ficção – Multimédia Projects (o mesmo que detém o título *Macau Business*), surge nas bancas a 2 de abril com a imagem de um cavalo marinho ladeado por calçada portuguesa que, entendem o

responsáveis, é “o símbolo do passado multicultural do território e de boa sorte” e uma imagem que se pretende ser um “bom presságio” (BUSINESS DAILY 02/04/2011).

Paulo A. Azevedo, fundador do jornal, escrevia que, este novo produto, queria ser um “complemento” às outras publicações, numa resposta mais rápida e de análise aos fatos que marcam o dia-a-dia. O crescimento económico de Macau e o aumento de empresários e residentes estrangeiros a viver no território são os motivos invocados para o lançamento do jornal num momento em que o diretor, Tiago Azevedo, considera o “ideal”, tomando como “vantagem o explosivo crescimento da economia de Macau” (IDEM).

O grupo De Ficção – Multimédia Projects, a que pertence o jornal *Business Daily* e a revista *Macau Business*, é responsável também pela edição da *Essential Macau*, uma revista mensal focada no lazer e em produtos de luxo, com publicação bilingue, em inglês e chinês. Este é um produto de nasce de uma parceria entre a empresa de Macau e a portuguesa Open Media. A revista é editada desde março de 2011, e destina-se a “leitores com capacidade financeira acima da média, que têm o prazer em experimentar ou deter o melhor que existe no mercado, seja em Macau, na Ásia ou na Europa” (JORNAL TRIBUNA DE MACAU, 30/03/2011).

A *Essential Macau* não é, porém, a primeira revista do género *lifestyle*, em língua inglesa, em Macau. Em 2007 tinha sido lançada a *Macau Closer*. Trata-se de uma aposta do grupo que detém igualmente o jornal *Ponto Final*, e como quem mantém uma relação próxima publicando, com alguma frequência, textos já editados pelo jornal. Com uma periodicidade mensal, a revista apresenta-se numa edição bilingue, em inglês e chinês e que “pretende retratar a alma cosmopolita de Macau, um bem que tem vindo a fortalecer-se” (MACAU CLOSER, 02/2007).

3.5 A imprensa institucional

Embora Macau seja, hoje, uma região da China a liberdade de imprensa e de expressão é uma garantia respeitada. Não obstante, o Governo tem a sua própria publicação. A revista *Macau* é uma publicação do Gabinete de Comunicação Social (designado por GCS) do Governo de Macau publicada em chinês, português e inglês, que está adjudicada a empresas privadas distintas.

A primeira edição em língua portuguesa data de maio de 1987. “Divulgar informação, opinião e perspetivas sobre as realidades locais, as suas problemáticas políticas, institucionais, económicas, sociais, culturais – constitui um objetivo desta Revista, integrado

no projeto político da Administração Portuguesa, de modo a contribuir, na medida da sua influência, para que o futuro possa estar nas mãos dos que constituem as comunidades de Macau” (MACAU, 05/1987).

Em maio de 1992, e depois de um concurso público, a *Macau* passa a estar sobre a responsabilidade da editora Livros do Oriente. Com esta mudança a edição da revista ficou a cargo de uma empresa privada, embora continuasse a ser propriedade do GCS, que nomeia os seus representantes para a direção das três revistas.

Em 1992, numa breve apresentação dos objetivos da publicação, Rogério Beltrão Coelho, responsável pela editora, sublinhava a opção da Administração, ainda portuguesa, de “um distanciamento tutelar que confere ao editor toda a liberdade de ação e reflete uma abertura inteligente e uma perspetiva lúcida de divulgação da realidade de Macau” (MACAU, 05/1992).

O estatuto editorial, que foi publicado em todas as edições ao longo de mais de dez anos, era claro na posição da revista que “recusará a forma de propaganda – pessoal ou partidária – o que não exclui a hipótese de referir positivamente ações de relevo (na perspetiva de Macau) de entidades públicas e privadas” (IDEM).

Com uma periodicidade mensal até 2004, a revista assumia-se como instrumento de ligação entre os macaenses a viver na diáspora.

A partir de maio de 2005, na sequência de um concurso público lançado pelo Governo, a Delta Edições passou a ser responsável pela edição e publicação da revista. Com a *Macau* a ser publicada trimestralmente manteve-se a vocação de promoção e divulgação da “realidade de Macau, na singularidade do seu estatuto de Região Administrativa Especial da República Popular da China e de ponto de encontro de culturas” (MACAU, 12/2005). Desde 2005 que a revista passou a ser distribuída em todos os países de língua oficial portuguesa. Em 2013 começou a ser publicada a cada dois meses.

A versão inglesa da revista, *Macao*, está, desde 2009, adjudicada à empresa Macaulink, com uma periodicidade bimensal.

Quer na versão em língua inglesa, quer na portuguesa, as reportagens são da responsabilidade de jornalistas externos, na maioria de Macau, sem qualquer vínculo às empresas.

3.6. A sobrevivência dos meios de comunicação social

3.6.1. Os subsídios

Macau pode ser considerado um caso raro na forma como convivem tantos jornais em língua portuguesa para uma comunidade tão pequena de falantes. Os números não enganam. O último estudo demográfico, o Censos 2011, mostrava que, a 31 de agosto de 2011, nos cerca de 30 quilómetros quadrados de Macau, viviam 552 mil e 503 habitantes, tendo-se verificado um aumento de mais de 117 mil pessoas face a 2001, data do anterior estudo. Do total da população, 226 mil e 127 pessoas – ou seja, 40,5 por cento – são naturais de Macau. A população natural de Portugal representa apenas 0,3 por cento da população total, ou seja mil e 835 pessoas.

Em 2011, a população com nacionalidade portuguesa representava 0,9 por cento da população total, tendo registado uma descida de 1,1 pontos percentuais face à realidade observada dez anos antes. Em sentido descendente está igualmente o domínio da língua portuguesa. A língua de Camões é agora menos falada por comparação com outras línguas, nomeadamente com o inglês. No domínio da língua, 21,1 por cento do total dos habitantes falam inglês, contra 2,4 por cento dos que falam português (Quadro 1).

Quadro 1 – Domínio das línguas

Língua	Língua corrente			Outra língua que sabe falar		
	2001	2011	Diferença (pontos percentuais)	2001	2011	Diferença (pontos percentuais)
Total	100	100
Cantonês	87,9	83,3	-4,6	94,4	90,0	-4,4
Mandarim	1,6	5,0	3,4	26,7	41,4	14,7
Dialecto Fujian	4,4	3,7	-0,7	7,3	6,9	-0,4
Outros dialectos chineses	3,1	2,0	-1,1	10,4	8,8	-1,6
Português	0,7	0,7	-	3,0	2,4	-0,6
Inglês	0,7	2,3	1,6	13,5	21,1	7,6
Outra	1,7	3,0	1,3	4,3	7,2	2,9

Fonte: Direção dos Serviços de Estatística e Censos – Censos 2011

Com uma população tão reduzida de portugueses como pode a imprensa sobreviver em Macau? A imprensa, quer a chinesa, quer a portuguesa, foi sempre altamente financiada pelo Executivo, numa ajuda essencial para a sua sobrevivência, num território onde o número de títulos é elevado para um número de leitores exíguo. Não podendo excluir, ainda, a forte concorrência da imprensa de Hong Kong, escrita e audiovisual.

Em 1986, o governador Pinto Machado estabeleceu um sistema de apoio a todos os órgãos de comunicação social em língua portuguesa. No Despacho n.º 17/SAAS/86 lê-se: “compete à comunicação social de expressão portuguesa especiais responsabilidades como veículo de formação e de informação dos valores culturais portugueses”. Sendo a comunidade portuguesa “numericamente muito inferior à de expressão chinesa, com todas as implicações daí resultantes, os órgãos de comunicação social de expressão portuguesa têm mais limitações e dificuldades que os congéneres chineses, situação particularmente mais grave no que se refere à imprensa, porque privada” (IDEM).

Assim fica determinado que o Gabinete de Comunicação Social passa a fornecer, gratuitamente, os serviços que tiver contratado com agências noticiosas, trabalho fotográfico para além de um subsídio mensal. Passaram também a ser comparticipadas, com a devida apresentação de faturas, “cinquenta por cento do total de despesas com telex, telefone, eletricidade e gastos em papel necessário à impressão do jornal”, não excedendo o valor de dez mil e quinhentas patacas (mil e 104 euros) por mês. O apoio era apenas prestado aos jornais publicados “ininterruptamente há, pelo menos, três anos”.

A ajuda do Governo permitiu “revitalizar as empresas jornalísticas (suspeita-se que até de que, num ou outro caso, as salvou do encerramento), por outro significou que a situação das publicações em geral não seria particularmente brilhante” (SILVA, 1991, 81).

Em 1987, o governador Carlos Melancia viria a estabelecer um novo esquema de apoio à imprensa portuguesa e chinesa do território com os apoios a serem estendidos aos meios de comunicação com publicação “há pelo menos um ano” (Despacho 111/GM/87). A ordem do governador prevê que, além de um contrato com a Agência Lusa, os “serviços públicos do território passarão a celebrar, a partir de 1988, com os órgãos de Imprensa de expressão portuguesa e chinesa, contratos anuais de publicidade e de divulgação de campanhas de interesse público”, até dez mil patacas (mil e 52 euros) por mês.

Os apoios governamentais à imprensa estão, aliás, previstos no artigo n.º 58 da Lei de Imprensa, que regula o exercício da liberdade de imprensa e do direito à informação em Macau. As medidas, diz a lei, têm como “objetivo contribuir para o reforço da independência do direito à informação face, designadamente, aos poderes político e económico”.

As políticas de apoio viriam a ser mudadas novamente em 2000, com o Chefe do Executivo, Edmund Ho, a aprovar medidas extraordinárias para apoiar a imprensa informativa periódica de Macau, que, dizia, “tem enfrentado dificuldades várias, que se prendem, quer com a estagnação da economia local, quer com o aumento da concorrência por parte de órgãos de imprensa das regiões limítrofes”.

O Despacho n.º 210/2000, publicado em novembro, ditava que o sistema de incentivos tinha como objetivo aumentar a competitividade, através de incentivos diretos, e destinava-se a apoiar o financiamento de projetos nas áreas da “reconversão tecnológica, ações de formação profissional, intercâmbio, aquisição de material informativo e outras ações” com o montante a ser determinado em função da envergadura do órgão de imprensa e do plano de investimento proposto.

Esta política de subsídios concedidos à imprensa viria a ser prorrogada por um ano e a ser alvo de nova revisão em 2002. A entrada em vigor das novas regras publicadas em julho (Despacho do Chefe do Executivo n.º 145/2002) permitiu às publicações periódicas beneficiar de uma comparticipação financeira direta, “destinada à cobertura dos encargos de produção”, para além de incentivos diretos “destinados a apoiar o financiamento de projetos no âmbito da modernização, inovação, formação e qualificação profissional e outros de interesse relevante na área da comunicação social”.

Os apoios financeiros passaram a ser atribuídos a entidades proprietárias ou editoras de publicações periódicas em língua chinesa e portuguesa, e os valores começaram a ser fixados anualmente pelo Chefe do Executivo. A legislação prevê, agora, que têm comparticipação financeira direta as publicações com periodicidade nos cinco anos anteriores.

Desde 2000, de uma forma geral, os apoios concedidos à imprensa tem vindo a aumentar. Em doze anos o valor dos apoios concedidos pelo Gabinete de Comunicação Social mais do que triplicou, passou dos dois milhões e novecentas e dez mil patacas (cerca de 276 mil e 615 euros) em 2000, para os dez milhões e 875 mil patacas (pouco mais de um milhão de euros) no ano passado (Vide Anexo 1).

A dependência destes apoios poderia ser considerada fator condicionante da liberdade de expressão. Porém em sete anos de jornalismo em Macau nunca senti qualquer pressão por parte da entidade empregadora, ou de outros, para escrever o que quer que fosse contra ou a favor do Executivo. A prova da autonomia e da liberdade da imprensa de Macau pode, nesta altura, ser visível, por exemplo, com o programa de debate da *Rádio Macau, Contraponto*, em que são discutidos os mais variados temas da semana e onde poucas são as vezes em que não se ouvem críticas às políticas do Governo ou à atuação dos governantes.

3.6.2. A ausência de um mercado publicitário

Em Macau, os jornais, à semelhança do que acontece na generalidade dos países, não conseguem viver exclusivamente das vendas em banca. Além do mercado ser pequeno, não é de esquecer as limitações linguísticas. Os dados sobre as tiragens e as vendas em banca não são, porém, do conhecimento público. A Lei de Imprensa estipula apenas, no artigo 14º, que só as publicações não periódicas são obrigadas a conter “o número de exemplares da edição”. A título de exemplo, a revista *Macau*, em língua portuguesa, tem uma tiragem por edição de cerca de três mil exemplares, mas tem distribuição em Macau e em outros países de expressão portuguesa.

Embora os números não sejam conhecidos não será difícil de adivinhar que os jornais portugueses não sejam uma fonte aliciante para o mercado publicitário. Os números mostram que em Macau, pouco mais de treze mil pessoas dominam a língua portuguesa e nem todos serão leitores de jornais. Um mercado que não será por isso muito aliciante quando comparado com o chinês.

A falta de um mercado publicitário não é de hoje. Henrique Rola da Silva (1991) notava, a propósito da imprensa chinesa, que sendo o anúncio um negócio, é lógico que se procure o mercado que mais convém, face ao potencial de consumidores, e nesse caso Hong Kong, com mais de sete milhões de habitantes, apresenta-se ao negócio com melhores perspectivas de lucro. Apenas a título de exemplo o *South China Morning Post*, o jornal de referência do território vizinho em língua inglesa, com distribuição também em Macau, teve, no primeiro semestre do ano passado, uma tiragem média de 108 mil e 047 exemplares.

Ao folhear os jornais de língua portuguesa a maioria dos anúncios é de caráter institucional, não sendo visível anúncios de grande marcas ou mesmo páginas de classificados. As exceções são em determinados períodos do ano, como por exemplo, o aniversário da criação da RAEM ou a abertura de um novo empreendimento ligado ao jogo, em que há anúncios de felicitações. Pelo contrário, os jornais chineses têm páginas de classificados e anúncios publicitários, seja a ourivesarias, por exemplo, restaurantes ou algumas marcas.

É, porém, comum na imprensa portuguesa a publicação de editais dos tribunais, que é tida como uma importante fonte de receitas. A possibilidade de essa publicação deixar de ser obrigatória gerou receios, em 1999, quando foi revisto o Código de Processo Civil. José Rocha Dinis, no editorial do *Jornal Tribuna de Macau* a 9 de novembro de 1999, mostrava-se contra a revisão, por considerar que seria uma “machadada” para a imprensa portuguesa: “é

que, até agora, toda a publicidade judicial era obrigatoriamente publicada em, pelo menos, um jornal de língua chinesa e um jornal de língua portuguesa, o que proporcionava uma soma considerável aos jornais portugueses de Macau, cujo mercado de vendas é, reconhecidamente, diminuto”.

José Rocha Dinis (que continua a dirigir o jornal) ia mais longe: “mais do que o texto, a preocupação do legislador em alterar o articulado anterior (para o que terão contribuído pressões chinesas no GLC [Grupo de Ligação Conjunta luso-chinês] só pode ter o entendimento de que, conhecedores da importância desta publicidade para a sobrevivência da imprensa de língua portuguesa em Macau, houve o deliberado propósito de acabar com ela” (JORNAL TRIBUNA DE MACAU, 9/11/1999).

O que é certo é que a imprensa portuguesa continua, hoje, a publicar estes editais. O Código de Processo Civil estipula, no artigo 194º, no ponto 1, que “a citação edital determinada pela incerteza do lugar em que o citando se encontra é feita pela afixação de editais e pela publicação de anúncios, na língua oficial em que se presume que o citando se expressa”. No ponto 2 do mesmo artigo diz-se que “os anúncios são publicados em dois números seguidos de um jornal de língua portuguesa ou de um jornal de língua inglesa, ou em ambos, conforme os casos, dos mais lidos jornais de Macau”.

Mas será a televisão um meio privilegiado para publicidade? “Nenhum telespetador paga diretamente pelo telejornal ao qual assiste; custeia, sim, o produto anunciado em seus intervalos. É esse o chamado “consumo secundário”, que não está diretamente ligado ao conteúdo veiculado pelos media. O que faz com que o telejornal seja transmitido é o fato de o anunciante conseguir vender seus produtos” (MARTINS, 2008, 9). Mas mais uma vez, em Macau, essa é uma lógica que não se aplica.

Nos canais da rádio e televisão em língua portuguesa da TDM os anúncios são, na maioria, institucionais. Os dois canais estão, no entanto, limitados pelo contrato de concessão que diz que a publicidade “não pode ser superior a dez por cento do total de horas de emissão semanal”, nem que durante a exibição de um filme pode “haver mais de três intervalos por hora para exibição de publicidade, não podendo cada um deles ter duração superior a cinco minutos”.

A concessionária não pode fazer publicidade a bebidas alcoólicas entre as 19h00 e as 21h00 e está “proibida qualquer forma de publicidade ao tabaco”. O contrato de concessão prevê ainda que “a publicidade a jogos de fortuna ou azar não poderá tomar o jogo como alvo essencial da mensagem publicitária e não poderá ser emitida entre as sete e as vinte e uma horas”.

3.7. A deontologia e o estatuto do jornalista

A liberdade de expressão e o direito à informação são dois fundamentos básicos de uma sociedade e em Macau surgem consagrados na Lei Básica e também na Lei de Imprensa de 1990. Apesar da região ser hoje território integrante da República Popular da China, conhecida pelo controlo à imprensa, Macau é regido pelo segundo sistema, onde vigoram princípios democráticos. Os jornalistas, recorda Fontcuberta (1999, 109), devem ser “os primeiros a comprometerem-se com a salvaguarda daqueles princípios; para isso contam com as leis e a sua própria consciência, segundo os princípios deontológicos do jornalismo profissional”.

As regras que devem reger a profissão, e que ganharam forma com os códigos deontológicos, nada mais são do que uma forma de regular a atividade para minimizar os conflitos entre o interesse das notícias e os direitos pessoais dos cidadãos. Os códigos deontológicos visam a “formulação de regras profissionais praticáveis” (CORNU, 1994, 42) e tem como objetivo principal a defesa da reputação do jornalismo. Enquanto instrumentos da liberdade e responsabilidade da informação, os códigos deontológicos procuram assegurar a função social da informação perante um público. Sara Pina (2000, 26) entende que a norma jornalística surge “a meio caminho entre a Moral e o Direito”, com a deontologia jornalística a assumir, de forma precoce, formas de juricidade.

Em Macau, ao contrário do que acontece na generalidade dos países, sobretudo na Europa, onde os primeiros códigos deontológicos surgiram no século XX, não existem normas ou regras que regulem a atividade dos profissionais da comunicação. À exceção do jornal *Macau Daily Times*, que, como já foi referido, criou o seu próprio código de ética. De resto, os jornalistas de origem portuguesa, cerca de 65⁷, regem a sua conduta profissional, ainda que de forma informal e sem normas que assim o determinem, pelo Código Deontológico português.

Será essa ausência um fator limitador ou fraturante? O fato de os jornalistas portugueses, que trabalham na imprensa lusa e também na inglesa, terem como regras máximas as que se aplicam em Portugal, de algum modo, conseguem colmatar a ausência de um código local. Esses valores permitem-nos assumir um compromisso no nosso modo de atuar diariamente. Os códigos deontológicos não servem para um reforço da cooperativo da

7 Número divulgado durante o Congresso de Jornalistas realizado em Macau em 2011 por Gilberto Lopes, jornalista radicado há 23 anos em Macau e vice-presidente da Associação de Imprensa em Língua Portuguesa e Inglesa de Macau (AIPIM).

profissão, antes a sua “motivação última deve ser sempre prestar um melhor serviço à sociedade, cujos membros são acima de tudo os titulares do direito à informação que dá a razão ao jornalismo” (AZNAR, 1999, 37). Segundo ainda Aznar (1999, 37) “ao não existir uma relação direta profissional–cliente o público está especialmente sozinho na hora de por si reclamar certos mínimos éticos mas também de conhecer quais são esses mínimos”.

Comparando com a imprensa chinesa o fato de os jornalistas portugueses terem um ponto de referência é um elemento diferenciador. Embora não esquecendo as diferenças culturais, igualmente extensíveis às abordagens jornalísticas, há imagens que, claramente, aos olhos de um ocidental são completos abusos das regras deontológicas. É comum, por exemplo, imagens de acidentes chocantes, ou, como já aconteceu, ouvir os jornalistas chineses a questionarem porque não podem tirar fotografias dentro de uma ambulância.

“A deontologia do jornalismo assume-se como uma área da deontologia profissional que procura enquadrar as exigências do processo de industrialização dos media, as garantias de liberdade de expressão e a maximização da informação à luz e um corpo normativo praxiológico, no intuito de assegurar a responsabilidade da atividade jornalística” sustenta Marco Antunes (2010, 8). De uma forma geral, um pouco por todo o mundo, os vários códigos tendem a focar certos princípios aceites pela comunidade: o respeito pela verdade e pelo direito do público à verdade; o direito a críticas e comentários justos; reportagem objetiva e baseada em fatos; o uso de métodos justos para obter informações; o respeito à confidencialidade das fontes.

Nos últimos anos apenas um caso envolvendo um jornalista chegou aos tribunais. Tratou-se de uma queixa-crime de Susana Chou, antiga presidente da Assembleia Legislativa (o equivalente à Assembleia da República em Portugal) contra dois jornalistas do diário *Ponto Final*, tendo por base um artigo publicado em 2007, sobre o escândalo de corrupção que envolveu o antigo secretário para os Transportes e Obras Públicas, o equivalente ao cargo de ministro, Ao Man Long. Ambos os jornalistas foram constituídos arguidos pelo crime de difamação através de meios de comunicação social.

Em 2000, outros dois jornalistas, João Severino e Pedro Correia, tinham sido condenados pelo crime de abuso de liberdade de imprensa pelo Tribunal Judicial de Base de Macau. Em sede de processo criminal, foram condenados por crime de difamação a 160 dias convertíveis no pagamento de 24 mil patacas (cerca de dois mil e 281 euros), enquanto em sede de processo cível os dois arguidos e o jornal *Macau Hoje* foram condenados ao pagamento de 30 mil patacas (cerca de dois mil e 851 euros) por danos patrimoniais.

No âmbito da autorregulação, os Conselhos de Imprensa podem ser entendidos como uma outra forma de regular a atividade, mas, embora previstos na Lei, nunca foram constituídos. A Lei de Imprensa, de 1990, prevê a sua criação e estipula as suas competências:

Artigo 26.º

(Competências)

Compete ao Conselho de Imprensa:

- a) Emitir parecer sobre as matérias das suas atribuições, por iniciativa própria ou mediante solicitação do Governador, do Presidente da Assembleia Legislativa ou de três deputados;*

- b) Apreciar as queixas formuladas por jornalistas, diretores, editores ou proprietários de publicações ou quaisquer pessoas, relativamente a condutas que contrariem o disposto na presente lei;*

- c) Apreciar as queixas formuladas pelas pessoas que se sintam prejudicadas nos seus direitos;*

- d) Pronunciar-se, com carácter consultivo, sobre iniciativas normativas referentes a matérias das suas atribuições;*

- e) Apresentar propostas e formular recomendações no âmbito das suas atribuições;*
- f) Solicitar a diretores ou proprietários de empresas jornalísticas, editoriais ou noticiosas esclarecimentos atinentes a matérias sobre que deva pronunciar-se;*

- g) Deliberar a constituição de comissões de inquérito para averiguação de fatos relacionados com as suas atribuições e competências;*

- h) Elaborar anualmente um relatório sobre a situação da imprensa no Território;*

- i) Pronunciar-se sobre matérias de deontologia e de respeito pelo sigilo profissional.*

A lei estipula ainda quais são as suas funções e o valor dos seus pareceres:

Artigo 27.º

(Irresponsabilidade)

Os membros do Conselho de Imprensa não são responsáveis civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitam no exercício das suas funções.

A Lei de Imprensa prevê igualmente a criação de um Estatuto do Jornalista que devia ter entrado em vigor “no prazo de cento e oitenta dias” depois da entrada em vigor da Lei de Imprensa, promulgada a 7 de julho de 1990. Mas a classe de jornalistas nunca foi capaz de avançar com a sua concretização.

Estas são lacunas que José Rocha Dinis, diretor do *Jornal Tribuna de Macau*, associou à realidade local. “Quando apareceu há vinte anos a Lei de Imprensa, o governo nessa altura tinha tido capacidade para resolver o assunto todo. Mas, como todos sabemos, jornalismo e governos, são duas faces de uma moeda que nunca se tocam. E ainda bem, porque nem os jornalistas devem governar nem os governantes devem preocupar-se com o jornalismo. Nessa altura – no tempo do Melancia – havia gente com bons princípios, que importou a Lei de Imprensa de Portugal, e podiam ter garantido a sua implementação. Mas também não quiseram ir contra o sentido chinês, que tem sido sempre contra essa implementação. E os governos a seguir não tiveram para ter chatices com os jornalistas. Nessa altura, também não havia condições dentro da classe para promover a autorregulação” (PONTO FINAL, 30/10/2012).

O fato de a maioria dos jornalistas atualmente em atividade ter já uma formação académica e de a competitividade por audiências ser menor em Macau são elementos que, entendendo, contribuem para uma maior consciencialização e rigor no exercício das funções.

Mas quem deve regular o setor é uma pergunta se impõe. Hugo Aznar (1999b) entende que não deve ser nem o mercado nem o Estado a regular os meios de comunicação, antes devem ser os próprios jornalistas e regular-se a si próprios. Embora esta não seja, só por si, a única solução a ser considerada.

Hoje, os meios de comunicação, porque tendem a fazer parte de grandes grupos económicos, estão mais focados nos lucros e nas audiências como forma de sobrevivência acabando por desvirtuar a informação. “Se o meio tem êxito (e conseqüentemente aumenta os lucros) é porque satisfaz a procura da sociedade, o que significa que dá ao público o que este quer ou deseja. Satisfazer o interesse do público (que se determina mediante os índices de audiência e tiragens, e nada tem de ver com o interesse público) converte-se na justificação comum do comportamento dos media” (AZNAR, 1999b, 36). Nesta visão, porque o público é

tido como um cliente, torna-se evidente a insuficiência do mercado como mecanismo regulador.

O Estado como regulador único pode, por sua vez, ter um efeito coercivo. “É frequente a tendência do poder político em querer controlar os meios públicos e querer convertê-los em mecanismos mais ou menos encobertos de propaganda dos seus interesses partidários ou governamentais, financiados, isso sim, com fundos públicos” (AZNAR, 1999b, 36). Uma tentativa que nos dias de hoje será mais facilmente condenada ao fracasso, face ao reconhecimento das liberdades de expressão e de informação.

É, por isso, aos jornalistas a quem deve caber, fundamentalmente, a função de autorregulação e essa função pode, defende Hugo Aznar (1999b, 42) ser concretizada através de “códigos deontológicos, códigos internos, livros de estilo, estatutos de redação, provedores, conselhos de redação”. Estas soluções não serão a panaceia para todos os males da profissão, mas podem “apresentar-se como uma iniciativa consciente dos seus limites, e se bem que ao mesmo tempo necessária; finalmente, como uma obrigação e uma responsabilidade de toda a sociedade” (IDEM, 57).

A regulação do setor em Macau foi um tema que voltou a estar na ordem do dia, porque o Governo resolveu decidiu avançar com a revisão das Leis de Imprensa e de Radiodifusão. O tema não gera, no entanto, consenso entre jornalistas portugueses e chineses, com formas distintas de abordar a profissão e o desempenho da profissão. Se os primeiros defendem a autorregulação, os segundos temem-na, estando apenas de acordo quanto à necessidade de excluir dos Conselhos de Imprensa qualquer representante do Governo. Um ponto que, aliás, depois de um estudo deliberativo feito pelo Governo, será excluído da Lei de Imprensa.

Apesar das diferenças que separam os profissionais da comunicação poderão estar para breve regras éticas e deontológicas que ajudem a mediar a profissão do jornalistas de Macau. A Associação de Imprensa em Português e Inglês de Macau, a par com outras associações da comunicação social, participa numa comissão que tem como objetivo criar condições para a criação de um Conselho de Imprensa, um código de conduta e um mecanismo de credenciação dos profissionais do setor.

4. A construção da realidade

4.1. Os elementos para a elaboração da agenda

A velha imagem do repórter que corre atrás da notícia é um mito. A base de qualquer meio de comunicação é a agenda, com uma boa organização e planeamento dos acontecimentos, ao ponto de poderem ser preparados com antecedência, e por isso, ter um tratamento jornalístico elaborado e cuidado.

Idealmente a gestão do serviço de agenda deveria estar alocada a uma pessoa ou a uma equipa própria que se preocupasse apenas em recolher e calendarizar acontecimentos que, conhecidos *a priori*, podem fazer parte da agenda do dia. Donald Shaw, um dos pioneiros na elaboração da teoria do agendamento, demonstrou que os media têm uma forte capacidade de projetar os acontecimentos na opinião pública, ao realçar ou negligenciar alguns elementos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. A teoria do *agenda setting* não implica que os media pretendam persuadir mas, ao descrever a realidade, apresentam uma “lista daquilo sobre o que é necessário ter opinião e discutir” (Shaw cit. WOLF, 1999, 144).

Eduardo Meditsch (1999, 101) considera que “o planeamento é cada vez mais valorizado na atividade jornalística de todos os meios devido à complexidade de recursos que esta atividade movimenta em sua dimensão industrial”. Em Macau, o tamanho reduzido das redações dos meios de comunicação social não permite formar equipas que trabalhem na agenda do meio de comunicação, ao contrário do que acontece em Portugal. Na *Rádio Macau*, o trabalho da agenda compete à pessoa que exerce as funções de secretário e que vai sendo apoiado pelos jornalistas. A experiência mostra que quanto mais estruturada, organizada e completa for a agenda melhor será o trabalho dos jornalistas.

A agenda do eventos do dia-a-dia dos media de Macau é feita, na sua generalidade, com base no que é divulgado pelo Gabinete de Comunicação Social (GCS), um organismo que serve de plataforma entre os serviços governamentais e órgãos de comunicação social. O GCS foi criado em 1979, por Decreto-Lei n.º 27-E/79/M, sob a tutela da Direção dos Serviços de Turismo, e dois anos mais tarde viria a tornar-se um gabinete autónomo. O artigo 3.º estabelecia as seguintes competências em relação à comunicação social:

Artigo 3.º

(Competência)

(...)

Quanto à comunicação social:

- a) Promover, através dos canais que servem os órgãos de comunicação social, a divulgação dos fatos mais relevantes da vida local e de tudo quanto possa contribuir para um melhor conhecimento das realidades do Território;*
- b) Assegurar o intercâmbio de notícias entre o Território e Portugal, com vista à correta informação da opinião pública;*
- c) Promover o esclarecimento da opinião pública e o adequado exercício da função informativa;*
- d) Pronunciar-se sobre todos os assuntos da comunicação social de interesse para o Território;*
- e) Superintender sobre os órgãos de comunicação social oficiais.*

O organismo dispõe, nas duas línguas oficiais, de um serviço de notícias, de um agendamento de eventos, bem como de um banco de fotografias. Todos os eventos e conferências de imprensa agendados pelos vários departamentos governamentais, como sejam, por exemplo, a apresentação dos dados da criminalidade pelos Serviços de Segurança, uma sessão plenária na Assembleia Legislativa, ou uma visita do Chefe do Executivo, são divulgados na página da internet do GCS, num serviço de acesso exclusivo aos meios de comunicação.

O GCS pode considerar-se como a principal fonte de informação local dos media de Macau o que resulta numa quase homogeneização da informação. Não é raro constatar que os temas tratados pelos meios de comunicação são, diariamente e na generalidade, os mesmos, apenas variando a forma de abordagem à luz da linha editorial de cada órgão.

Para a formação da agenda dos jornalistas, há, obviamente, um outro tipo de meios de divulgação de informações que não podem ser descuradas como são o fax e o correio eletrónico. Estes são métodos que, geralmente, são utilizados por associações ou organizações não-governamentais para fazerem chegar a informação de eventos aos jornalistas. Aqui também devido à barreira linguística, nem sempre os media portugueses são contactados.

A escolha em Macau do que pode ou não ser notícia depende da disponibilidade ou não de tradução. Não é raro o jornalista ser enviado para um evento e ser confrontado com a impossibilidade de comunicar porque nenhum dos intervenientes domina outro idioma que não o chinês.

4.2. Os valores notícia e os critérios noticiosos

Toda a informação que chega ao jornalista tem de ser tratada. Nem tudo pode ser notícia. Mas o que é que leva um profissional a escolher determinado acontecimento em detrimento de outro? Gaye Tuchamn (cit. TRAQUINA, 2007), no estudo sociológico sobre jornalistas, concluiu que a maneira de agir dos jornalistas está intimamente ligada ao saber do procedimento. “Os jornalistas têm uma enorme dificuldade em explicar objetivamente quais os critérios que utilizam, precisamente devido a uma maneira de agir que privilegia a ação. A maneira de agir dos jornalistas está intimamente ligada ao saber do procedimento” (Tuchamn cit. TRAQUINA, 2007, 155). A conclusão de Tuchamn pode não estar muito longe da realidade. A rotina do dia-a-dia acaba por moldar o jornalista na hora de decidir o que é notícia e o que não é. As decisões dos jornalistas surgem com a prática e de uma forma intuitiva: “fazem-no frequentemente, por acumulação de práticas e por transmissão oral de saberes no quadro de *culturas de redação*, que envolvem jornalistas, editores, fontes e também os próprios textos produzidos: é um saber descrito na gíria como ‘tarimba’” (PONTE, 2004, 71).

A teoria do *gatekeeper*, avançada na década de 1950 por David White, diz respeito ao processo de escolha de informação que, segundo este teórico, “tem de passar por diversos *gates*, isto é, ‘portões’ que não são mais do que áreas de decisão às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não” (White cit. TRAQUINA, 2007, 77).

Neste processo de decisão, o *gatekeeper* tem critérios de seleção que o levam a tratar e a rejeitar determinados acontecimentos. A escolha do que é notícia tem critérios inerentes, assumindo-se que a notícia é regida por três fatores: interesse, atualidade e verdade. Mas há outros fatores, ou linhas guia, descritos por académicos, que justificam a escolha do que é notícia ou não, ou seja, critérios de noticiabilidade. Tratam-se de valores, reconhecidos pela comunidade jornalística, que “determinam se um acontecimento ou assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em material noticiável, por isso, possuindo valor-notícia (*news-worthiness*)” (TRAQUINA, 2007, 173).

Johan Galtung e Mari Holmbie Ruge, em 1965, num estudo sobre a estrutura de notícias estrangeiras, elegeram doze critérios: 1) a frequência ou intervalo de tempo (numa alusão à duração do acontecimento); 2) a amplitude (quanto maior é o acontecimento mais importância tem); 3) a clareza (ou falta de ambiguidade); 4) a significância (relacionada com a proximidade cultural e/ou social; 5) a consonância (introduzir um elemento novo numa velha ideia); 6) o inesperado (o que não é esperado tem mais possibilidade de ser notícia do que uma ocorrência agendada); 7) a continuidade (se um acontecimento tiver sido definido como de interesse noticioso, cria-se uma necessidade de continuar a acompanhar a evolução); 8) a composição (equilíbrio na diversidade de assuntos); 9) as referências a nações de elite (países com mais poder têm mais destaque); 10) as referências a pessoas de elite; 11) a personalização (interesse humano do acontecimento); 12) a negatividade (*bad news is a good news – as más notícias são as melhores*).

Nesta matéria, não podemos descurar a importância de um estudo de Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan. Para estes investigadores canadianos, os valores-notícia são “múltiplos, entrecruzados, e difíceis de classificar” (cit. TRAQUINA, 2007, 182). Ainda assim, os teóricos identificam os seguintes valores-notícia: 1) a simplificação; 2) a dramatização (frequentemente ligada à personalização); 3) a continuidade; 4) a consonância; 5) o inesperado; 6) a infração.

Não esquecendo todos estes critérios de noticiabilidade, Nelson Traquina destaca a teoria de Mauro Wolf sobre a distinção estabelecida entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Se os primeiros, lembra Traquina (2007, 186), “se referem aos critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato à sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento”, os segundos remetem para “as qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas guias para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que ser prioritário nessa construção”.

As teorias dos seus pares conduzem Nelson Traquina (2007, 187-201) à elaboração dos seus próprios valores-notícias. Por um lado, o académico considera que há dois tipos de valores-notícia de seleção – os critérios substantivos e os contextuais – e os valores-notícia de construção.

Para Traquina o acontecimento mais comum e que maior consenso gera entre a comunidade é a morte e “onde há morte, há jornalista”. Mas tudo depende da notoriedade de cada um, sendo, por isso, fator preponderante “o nome e a posição da pessoa” envolvida.

Outro valor fundamental é a proximidade, sobretudo em termos geográficos, mas também culturais. Olhando para o caso de Macau, é de sublinhar a importância que as notícias de Portugal, tão distante fisicamente, têm, não somente pela relação afetiva, como cultural e económica. Há também que ter em consideração o impacto que determinados acontecimentos podem ter na vida das pessoas. Neste caso falamos igualmente do valor de relevância, ou seja, a necessidade de responder “à preocupação de informar o público dos acontecimentos importantes, porque tem impacto sobre a vida das pessoas”.

O jornalista tem tendência para se interessar sobre o que é novidade e o que há de novo num fato, sendo menos provável “voltar a assuntos sem novos elementos”. O fator tempo é outro valor-notícia como “forma da atualidade” ou de “efeméride”, numa espécie de “cabide” para voltar a abordar determinado assunto.

Outro valor crucial é a notabilidade no sentido de ‘ser visível’. Este valor “alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está sobretudo virado para a cobertura de acontecimentos e não tanto para problemáticas”. Traquina entende que há diversos registos da notabilidade e entre eles está a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve ou a inversão, no sentido de que é contrário ao normal. O autor fala ainda do registo do insólito, da falha e do excesso ou da escassez.

Os acontecimentos inesperados e que surpreendem são também importantes na cultura jornalística.

Outro valor-notícia é o conflito ou a controvérsia, no sentido de acontecimentos que envolvem violência física ou, eventualmente, uma disputa verbal entre políticos.

A fechar o capítulo dos valores de seleção, Nelson Traquina lembra o papel do jornalista como ‘cão de guarda’ das instituições democráticas elegendo o escândalo como critério de noticiabilidade.

Os critérios contextuais são os que se referem ao contexto de produção, com a disponibilidade a ser tomada como o fator primeiro. Isto é, a facilidade com que é possível fazer a cobertura de um acontecimento. A noticiabilidade está, no entanto, relacionada igualmente com o equilíbrio e a quantidade de notícias que se fizeram sobre determinado acontecimento. A disponibilidade de imagens, o fato de haver ou não elementos visuais capazes de ilustrar o acontecimento, pode condicionar a atenção dada a um evento.

A concorrência é outro valor tido em conta por Nelson Traquina. Nenhum meio de comunicação existe sozinho, e os jornalistas procuram sempre a situação de exclusividade, ou, na gíria, a chamada *cacha*. Por último, outro critério determinante para a seleção é o dia

noticioso, isto é, a quantidade de notícias e eventos previstos para o dia, porque “há dias ricos e pobres em acontecimentos”.

A informação é “uma realidade que pode ser teoricamente medida pelo cálculo de probabilidades, sendo o valor informativo de um acontecimento inversamente proporcional à sua probabilidade de ocorrência: quanto menos for a probabilidade de um acontecimento ocorrer quanto maior será o seu valor informativo, e quanto maior for a probabilidade de ocorrer, tanto menor será o seu valor informativo” (RODRIGUES, 1994, 20-21). Por isso Traquina fala de valores-notícia de construção, ou seja, “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia” (TRAQUINA, 2007, 196).

O primeiro valor nesta categoria é a amplificação e quanto “mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, seja pela amplificação do ato, do interveniente ou das supostas consequências do ato”. A relevância é outro critério a considerar nesta categoria, competindo ao jornalista “tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar como ele tem significado para elas”.

A personalização, tal como já fora ressaltada por outros autores como sejam Galtung e Ruge, Baranek e Chan, é também um elemento crucial. A lógica é valorizar os envolvidos nos acontecimentos por forma a agarrar o leitor. Se o presidente de um país estiver, pressupõe-se, no lançamento de um livro infantil, este acontecimento ganha relevo não pelo livro mas porque na apresentação estará uma figura relevante da sociedade. Nesta categoria é incluída ainda a dramatização entendida como o reforço do lado mais emocional dos fatos ou a sua natureza conflitual.

Outro valor-notícia de construção, que já fora sublinhado por Galtung e Ruge, é a consonância, no sentido de “quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais a possibilidade a notícia tem de ser notada”.

Estes são valores-notícia partilhados pela comunidade jornalística de forma generalizada, mas, lembra Traquina, “a política editorial da empresa jornalística pode influenciar diretamente o processo de seleção dos acontecimentos por diversas maneiras” (TRAQUINA, 2007, 201).

Os acontecimentos que mais ganharem “pontuação” nesta lista de valores-notícia, são aqueles que, recorda Hall et al., (1999, 224) no artigo “*A produção social das notícias: o mugging dos media*”, acabam por ter “mais potencial do que os outros”. Mas os valores-notícia têm de ser entendidos como um todo e numa relação de complementaridade. “Na seleção dos acontecimentos a transformar em notícias, os critérios de relevância funcionam

conjuntamente, ‘em pacotes’: são as diferentes relações e combinações que se estabelecem entre diferentes valores/notícia, que ‘recomendam’ a seleção de um fato. Um segundo aspeto geral é que os valores/notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção; isto é, não estão presentes apenas na seleção das notícias, participam também nas operações posteriores, embora com um relevo diferente” (WOLF, 1999, 195).

4.3 A construção da notícia

Da rádio à imprensa, o jornalismo pretende-se claro e objetivo. “Para atingir um público heterogéneo, a linguagem jornalística deve possuir certos traços que vão no sentido de ser compreensível: a) frases curtas; b) parágrafos curtos; c) palavras simples (evitar polissílabos); d) sintaxe direta e económica; e) concisão; f) utilização de metáforas para incrementar a compreensão do texto” (TRAQUINA, 2007, 156). Características “como a concisão, a desejável clareza e a rapidez, são imprescindíveis ao cumprimento da sua função informativa” (FONTCUBERTA, 1999, 78).

Se ao editor cabe a tarefa de decidir o que deve ser alvo de reportagem, é ao jornalista, que assistiu aos acontecimentos, que cabe a filtragem do que deve ser abordado e o que deve ficar de fora, à luz dos valores-notícias anteriormente analisados. “As notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a perceção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) num produto (as notícias)” (TRAQUINA, 1999, 169).

A notícia é uma forma de ver, perceber e conceber a realidade. Nas palavras de Fontcuberta (1999) a notícia lança muitas pistas sobre o mundo que nos cerca e um indivíduo desinformado acaba por não ter opinião. Mauro Wolf (1999, 244) acrescenta que a informação também é um processo de contextualização e descontextualização, pois se num primeiro processo se descontextualiza “os fatos do quadro social, histórico, económico, político e cultural em que acontecem e em que são interpretáveis”, num segundo movimento “recontextualizam-se esses acontecimentos mas num quadro diferente, dentro do formato dos noticiários”.

Daí que se possa dizer que a notícia é uma representação social da realidade e que se manifesta na construção de um mundo possível. Embora com um carácter objetivo e parcial, a notícia não é isenta de subjetividade. O jornalista é fortemente influenciado pelas suas experiências e os seus valores, ou como considera Pierre Bourdieu (2001, 12), os “óculos” de cada um. Para o francês os jornalistas “partilham estruturas invisíveis que organizam o percecionado, determinando o que vemos e não vemos”. E acrescenta: “os jornalistas têm os

seus “óculos” particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e vêm de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (IDEM).

Os jornalistas, considera Nelson Traquina (1999, 168), não são “simplesmente observadores passivos mas participantes no processo da construção da realidade”. E continua: “As notícias não podem ser vistas como emergindo naturalmente dos acontecimentos do mundo real; as notícias *acontecem* na conjugação de acontecimentos e de textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia também cria o acontecimento” (IDEM).

O produto final não pode ser, no entanto, visto como uma produção individual. “A criação de notícias é sempre uma interação entre o repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da sala de redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem pensar”, considerou Michael Shudson (cit. CORREIA, 1997, 133) na análise que fez sobre as razões que levam um jornalista a escolher determinada notícia, em prol de outra.

“Toda a gente precisa de notícias”, dizem Molotch e Lester (1999, 34), como forma de aceder ao que não se assiste, com as notícias a serem “o resultado dessa necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos media”.

Em Macau, e porque a agenda dos meios de comunicação social é sobretudo institucional, a notícia tem um lugar mais recorrente, enquanto género jornalístico, do que a reportagem. As redações são constituídas por um número mínimo de jornalistas que apenas permite, regra geral, garantir a cobertura dos eventos do dia-a-dia. Desenvolver um trabalho que possa ir para além das perguntas básicas de uma notícia – quem, o quê, quando, onde, como e porquê – requer tempo e meios técnicos aos quais os meios de comunicação social nem sempre têm capacidade de dar resposta.

O mediatismo dos acontecimentos e a necessidade voraz de ser melhor que a concorrência, ou, no mínimo, ser primeiro, acaba por contribuir para a homogeneização da informação. Não é raro pensar-se que se não se der esta notícia a concorrência vai dá-la. Pierre Bourdieu (2001, 19) fala de uma espécie de “jogo de espelhos” nos meios de comunicação social que se refletem mutuamente produzindo um efeito de “encerramento, de enclausuramento mental”. Umberto Eco (1998, 88) apela, por isso, à imprensa e ao mundo político a “olhar mais para o mundo e menos para o espelho”.

4.4 As fontes como fundamento da notícia

As fontes são essenciais para a construção da notícia porque “a maioria dos jornalistas não é testemunha presencial dos fatos que relata” (FONTCUBERTA, 1999, 46). As fontes podem ser pessoas, instituições e organismos que, por um lado, sustentam a notícia e, por outro, fornecem dados essenciais para a elaboração da mesma. As citações de declarações das fontes são importantes porque não só dão um maior grau de credibilidade à notícia, como reforçam o papel do jornalista como mediador entre o ator do acontecimento e o público.

A relação entre jornalistas e fontes é essencial mas não nos podemos esquecer, como sublinha Philip Schlesinger (cit. GOMES 2009, 35) que a “prática jornalística favorece, de algum modo, os interesses das fontes que possuem autoridade e peso, nomeadamente as que estão inseridas no seio do estado” pondo, no entanto, em evidência “a importância das fontes não oficiais e dos grupos de pressão na elaboração dos conteúdos noticiosos”.

São várias as teorias sobre as fontes de informação e os jornalistas. Harvey Molotch e Marilyn Lester introduziram o conceito da necessidade de acontecimentos por parte dos promotores e dos jornalistas. Os autores, lembra Rui Miguel Gomes (2009,) definiram, em relação aos promotores (os jornalistas), a intencionalidade na promoção ou prevenção de ocorrências de forma a noticiá-las, enquanto da parte da fonte existe a necessidade de promover o acontecimento, com ou sem intenção.

Qualquer pessoa pode ser uma fonte para o jornalista. É importante que o jornalista saiba cultivar as suas fontes, numa relação que, para Nelson Traquina (2007, 115), é “sagrada”. “O desenvolvimento da relação com a fonte é um processo habilmente orientado, com paciência, compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns, até formar um clima de confiança. Às vezes, o jornalista pode cultivar a fonte invertendo o processo normal, isto é, dando informação à fonte” (TRAQUINA, 2007, 116). Neste processo de relação é importante prestar atenção à credibilidade e à autoridade da fonte.

Rui Miguel Gomes (2009, 42) tem em consideração vários tipos de fontes: as oficiais, as não oficiais, as especializadas e as anónimas.

As fontes oficiais são, por exemplo, membros do Governo, que têm como preocupação que “o processo de cedência de informações seja positivo para os seus interesses, daí a necessidade de escolher adequadamente o meio e o jornalista mais benéfico para a sua estratégia” (GOMES, 2009,43).

Já as fontes não oficiais, diz Gomes (2009, 43), “constituídas por associações ou empresas de pequena dimensão, grupos cívicos e organizações não-governamentais, têm menor acesso ao campo jornalístico e frequentemente menor credibilidade”. E continua: “este tipo de fontes atua de modo distinto das fontes oficiais, apesar de também procurar notícias favoráveis e de, inclusive, obter acesso noticioso em momentos específicos” (IDEM).

As fontes especializadas apresentam um conhecimento específico sobre determinada material e acabam por estabelecer, considera Rui Miguel Gomes, com o jornalista uma relação com base científica.

As fontes anónimas, embora a deontologia pressuponha a identificação, acabam por não ter um estatuto de reconhecimento público, sendo uma forma de “proteger a sua identidade do conhecimento público, quer por segredo profissional quer por eventuais constrangimentos que possam surgir à própria fonte em caso de exposição pública” (GOMES, 2009, 45).

Na generalidade a maioria das fontes utilizadas em Macau são as oficiais, devido, sobretudo, às limitações linguísticas a que os jornalistas estão sujeitos. Mas o recurso à fonte anónima é também muito comum e não apenas na chamada “catcha” ou “furo jornalístico”. As fontes anónimas são recorrentes, em especial na imprensa escrita, às vezes em artigos simples de análise de um diploma ou das consequências de determinada medida. Veja-se, neste caso, o artigo “Regulamento pode ser ilegal”, publicado a 25 de fevereiro de 2011 no jornal *Ponto Final* (ANEXO 2). Em causa está uma proposta do Governo sobre o regime de atribuição do subsídio de invalidez e as classificações sobre deficiências e quem tem poder para determinar as normas que vão regular esses subsídios. As propostas foram apresentadas pelo Governo e votadas na Assembleia Legislativa. A comissão que analisa o diploma teve dúvidas que o jornal procurou perceber se tinham fundamento, junto de juristas, que preferiram não ser identificados.

O que legitima o uso destas fontes anónimas? “Os jornalistas usam-nas porque confiam minimamente nelas, porque as suas informações são muitas vezes úteis para confirmar suspeitas, introduzir novos elementos na informação, orientar investigações ou cruzar informações” (SOUSA, 2002, 7).

O jornalista sabe quais são os interesses das fontes, mas deve saber avaliar esse interesse e saber quais os limites. Nelson Traquina (2007) elege três critérios para avaliar a fiabilidade da fonte: autoridade, a produtividade e a credibilidade. Quão maior for o cargo ou a posição da fonte, maior será a confiança, da mesma maneira que quanto maior for a informação obtida menos necessidade tem o jornalista de recorrer a outras fontes. Importante

é também o grau de credibilidade: “as fontes devem ser tão credíveis que a informação exija o mínimo possível de controlo” (TRAQUINA, 2007, 117).

A limitação de fontes é um dos problemas observados em Macau, não só por uma questão de língua mas também pela limitação geográfica. As fontes são geralmente as mesmas e abordam, algumas vezes, os mais diversos assuntos e situações devido aos cargos que ocupam. A título de exemplo, José Pereira Coutinho fala aos jornalistas tanto como membro da comunidade macaense, como deputado da Assembleia Legislativa, como presidente da Associação dos Trabalhadores da Função Pública de Macau e como conselheiro das comunidades portuguesas.

O fato de a cidade e a comunidade serem pequenas também dificulta o trabalho do jornalista e inibe a opinião pública. A lista de exemplos podia ser longa, mas, ficamos por um acontecimento, com pouco impacto noticioso, como uma recolha de opiniões no final de um concerto de músico português. Durante o espetáculo, com uma sala cheia, a plateia parecia extremamente agradada com a *performance* do cantor, mas terminado o concerto, e perante um jornalista e um microfone, ninguém quis fazer comentários.

Numa análise à imprensa portuguesa, Henrique Rola da Silva (1992, 40) observou que o “problema é a montra: Macau estar à mostra, saber-se das pessoas e dos seus defeitos, coisas que nos grandes centros populacionais andam escondidas”.

A relação entre jornalista e fonte deve, no entanto, ser mediada pelas regras deontológicas da profissão. Daniel Cornu (1994, 77) lembra que, segundo a Declaração de Munique, o jornalista deve “publicar somente as informações cuja origem é conhecida ou, caso contrário, fazê-las acompanhar das reservas necessárias”. O autor alerta: “uma fonte normalmente fiável, provada pela experiência, pode ter uma falha súbita” (IDEM).

5. O intérprete-tradutor e a construção da notícia

5.1 A diversidade do sistema linguístico chinês

Em Macau, tal como no sul da China, o idioma predominante é o cantonense, um dos vários dialetos existentes em todo o país. Dialectos que são completamente distintos do sistema linguístico português. Na China não podemos falar sequer de uma unidade linguística, comum a todo o país, o que torna ainda mais difícil a comunicação.

William C. Hannas (1994) sublinha, citando alguns linguistas como Yuan (1960), Zhan (1981), DeFrancis (1984), Ramsey (1987) e Norman (1988), que em toda a China existem entre sete a oito variedades linguísticas que num outro contexto poderiam ser consideradas línguas. Essas variedades incluem: o mandarim, o idioma oficial, dominante na zona de Pequim, a norte, e no leste do país; o Wu predominante na zona de Xangai; o Min frequente em Taiwan e na província de Fujian; e o cantonense, ou o Yue, comum na zona de Cantão, a sul. Há outras três variações: o Gan, o Xiang e o Hakka, frequente em zonas do interior.

Apesar de estas variedades coexistirem, elas são mutuamente incompreensíveis, uma vez que uma pessoa do sul dificilmente se vai fazer entender em cantonense, por exemplo, com um natural de Pequim ou Xangai, e vice-versa. Essa incompreensibilidade deve-se às formas de enunciação diferentes que variam radicalmente em número e tipo de fonemas ou no número de tons fonéticos. “Mesmo quando os morfemas são cognatos, o significado e o sentido podem variar o suficiente para alterar a compreensão completa da palavra” (HANNAS, 1994, 2).

A semelhança entre estas variedades linguísticas reside apenas no fato de serem línguas tonais, ou seja, a entoação faz parte da estrutura semântica e como tal a mesma palavra pode ter vários e distintos significados dependendo do tom usado. Estes tons deram origem a representações escritas, os chamados caracteres, que indicam, cada um, uma única sílaba com um tom. “Uma sílaba pode ser constituída por uma simples vogal, por uma combinação de vogais, por um grupo de consoantes e de vogais e um tom” (LI, 1994, 28).

Ao nível da escrita não existe igualmente um modelo homogéneo. Em Macau, tal como em Hong Kong vigora o chinês tradicional, enquanto na China Continental, associado ao mandarim, usa-se o chinês simplificado, com menos traços em cada carater e que, inclusive e ao contrário do cantonense, tem uma equivalência estabelecida a um sistema

romanizado, o Pinyin. Este sistema foi introduzido em 1958 pelo Governo de Mao Tse Tung, mas só nos anos 70 do século passado ganhou popularidade. A romanização representou um passo importante para a China, uma vez que tinha como objetivo erradicar a iliteracia no país, permitindo que um cada vez maior número de chineses aprendesse a língua. No entanto, este sistema de romanização apenas tornou o sistema linguístico mais acessível para os chineses. “A escrita chinesa permanece uma escrita fechada. É este fechamento gráfico que traz, em muito larga medida, consequências de ordem sintática e de ordem tipológica para a língua chinesa” (CHENG, 1989, 407).

Também Alves (2004) nota que as mudanças ocorridas em termos de escrita não tornaram a língua chinesa mais compreensível para o mundo: “A simplificação da linguagem chinesa possui características manifestamente chinesas. Aos olhos ocidentais, este sistema linguístico continua a ser tremendamente complicado. (...) Por enquanto, o alfabeto fonético chinês é um instrumento de leitura e nada mais. Também não pretendia ser, pelo menos aos olhos das gentes do Dragão, qualquer outra coisa. (...). Não obstante, a simplificação da linguagem chinesa para consumo interno funcionou” (ALVES, 2004, 124-125).

5.2. A tradução em Macau

Macau, hoje uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, esteve sob administração portuguesa durante cerca de quatrocentos anos. No entanto, sendo a língua chinesa hermética, poucos foram os portugueses instalados no território a conseguirem dominá-la. A barreira linguística constituiu sempre um fator de distanciamento entre as duas comunidades que, ainda hoje, continuam a viver em realidades fechadas, que não raras as vezes caminham mais em paralelo do que em conjunto. “Um antigo provérbio chinês, ‘Kâi T’ong Ap Kong’, tenta justificar que não é possível fazerem-se entender galinhas e patos. O certo é que em Macau galinhas e patos se continuam a entender, recorrendo, não raras vezes, à intermediação da figura do intérprete-tradutor” (PAIVA, 2004, 23). Esta é uma realidade que permanece: de um lado a comunidade chinesa, do outro a portuguesa e entre elas a figura do tradutor-intérprete.

A tarefa da tradução em Macau esteve inicialmente entregue a marinheiros, aventureiros e missionários, dos quais se destacam os jesuítas que, “na Igreja da Madre de Deus, no Colégio de S. Paulo, fundado em 1572 por iniciativa do Pe. Alexandre Valignano, aprendiam a língua e observavam os costumes do «outro»” (PAIVA, 2001, 804).

A comunidade macaense, os chamados filhos da terra (fruto da miscigenação entre portugueses e chineses), teve igualmente um papel fundamental enquanto mediadora entre chineses e portugueses. Por dominarem as duas línguas os macaenses eram capazes de “entenderem e de se fazerem entender nas duas comunidades, o que lhes permitia mediar conflitos, ter acesso a toda a informação, aconselhar e influir nas decisões a serem tomadas em benefício de uns e logicamente em detrimento de outros” (PAIVA, 2001, 804). A comunidade macaense, pelo papel de mediador linguístico, representou sempre uma “terceira comunidade”, como a designa Cecília Jorge (1992, 48), “não flutuante como as outras duas, híbrida em termos culturais e linguísticos, e que, a vários níveis, lhes serviu sempre de ponte”.

Ao longo de centenas de anos, a história mostra que não foram muitos os portugueses que se dedicaram ao estudo da língua chinesa, o que merece o reparo da macaense Cecília Jorge (1992, 46): “São muito poucos os profissionais devidamente habilitados na difícil tarefa de possibilitar a comunicação entre portugueses e chineses – de viabilizar o acesso à língua e à cultura de ambas as partes. E, no entanto, Portugal foi uma das primeiras nações ocidentais a estabelecer contactos e ligações com a China, muito antes da Grã-Bretanha, da França, da Espanha e da Rússia. Se repararmos bem existem hoje muito mais sinólogos, intérpretes-tradutores, obras literárias e estudos diversos sobre a China, escritos pelos nacionais e nas línguas de qualquer um desses países do que por portugueses, em Portugal ou em Macau.” Lacunas difíceis de desmistificar e que levam Maria Paiva (2004, 77) a concluir: “em Macau sempre se fez a tradução possível. Quer isto dizer que bastava alguém conhecer as duas línguas para se aventurar pelos caminhos da tradução ou da interpretação.”

A comunidade macaense, embora naturalmente bilingue, ficou marcada pelo *estigma da ineficiência linguística*, como consideram João de Pina Cabral e Nelson Lourenço (1993, 178), em consequência dos dois mundos linguísticos que lhe eram próprios. Os autores, no âmbito de uma investigação sobre a comunidade e as suas características culturais e étnicas, consideram que os macaenses eram “praticamente analfabetos na língua que melhor falam [chinês] e sabem escrever uma língua que pouco dominam [português]”. E acrescentam os autores: “os observadores bilingues que consultámos sobre o assunto, são unânimes em que, à parte dos membros mais prestigiados das famílias tradicionais (e particularmente os que estudaram em Portugal), a larga maioria dos macaenses das gerações controlante e emergente encontravam-se mais à vontade a falar cantonense – produzindo uma fala mais próxima às normas estandardizadas do cantonense falado – do que português” (CABRAL E LOURENÇO, 1993, 179).

A razão para esta discrepância estará relacionada com o fato de o português ter sido a língua do poder, em regra geral dominada por um conjunto de pessoas que exercia funções na máquina administrativa. Além disso Portugal não fomentou o ensino da língua. Ou pelo menos não parece ter tido uma política de ensino agressiva ao ponto de instituir a língua portuguesa como dominante, como os ingleses terão feito em Hong Kong, hoje também uma Região Administrativa Especial da República Popular da China. Talvez isso justifique, ainda hoje, as diferenças entre as duas regiões no que respeita ao número de falantes que dominam a língua dos povos que durante anos as administraram. Em Hong Kong, o Censos de 2011⁸ dava conta que, entre os sete milhões e 71 mil e 576 habitantes, 46 por cento falavam inglês contra os 43 por cento registados em 2001. Em Macau, em 2011, apenas 2,4 por cento da população dominavam, a língua portuguesa.

Esta incapacidade de falar a língua tornou o tradutor como elemento fundamental na relação entre portugueses e chineses. Porém, a formação de tradutores só mereceu a atenção de Lisboa em 1865 quando o Governo de Ferreira do Amaral, por decreto, “determinou a criação de um corpo de tradutores-intérpretes de língua sínica, apto para o exercício das funções que lhe forem incumbidas” (PAIVA, 2004, 27). A formação de tradutores só começaria, no entanto, em 1885, com o estabelecimento da Repartição do Expediente Sínico, especialmente vocacionada para a mediação linguística entre a sociedade chinesa e a Administração Pública.

Vinte anos mais tarde é criada uma escola que, lembra o Padre Manuel Teixeira (cit. PAIVA, 2004, 29), era destinada à “habilitação para intérpretes sinólogos e para o estudo da língua sínica escrita e dialeto cantonense”. Esta foi uma escola que não teve grande sucesso. Maria Paiva conta que a média de alunos foi sempre de quatro, exceção feita no ano de 1925 com o registo de sete matrículas. Houve mesmo um período de 17 anos, a partir de 1944, em que não houve alunos matriculados.

A escola viria a readquirir prestígio depois do 25 de abril de 1974 e com o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China, em 1979, no “quadro do qual foi celebrado um protocolo adicional com incidência na ‘questão de Macau’” (PEREIRA, 1995, 69). Já no decurso das negociações para a transferência de administração, nos anos 80 do século passado, a formação de intérpretes-tradutores conheceu um período de ascensão, fomentada também pela criação de vários cursos académicos nesta área: uma licenciatura na Universidade da Ásia Oriental – que mais tarde daria lugar à atual

8 Dados dos Serviços de Estatísticas e Censos de Hong Kong in <http://www.census2011.gov.hk/pdf/summary-results.pdf>

Universidade de Macau – e a Escola Técnica da Direção dos Serviços de Assuntos Chineses, que foi integrada no Instituto Politécnico de Macau, dando origem ao Curso em Tradução e Interpretação, conferente do grau de Bacharelato.

O objetivo destes cursos focou-se mais nas necessidades da Administração Pública do que em áreas específicas. Um cenário contrário ao que se verificou em Hong Kong, onde para responder à procura existente, foram criados vários cursos de tradução nas universidades e politécnicos nas mais diversas áreas, desde a tradução institucional à comercial, da jornalística à jurídica. No domínio da comunicação social, o académico Defeng Li (2006, 611) constata que, em Hong Kong, “todos os sete departamentos/programas de tradução local oferecem um ou mais cursos de especialização em tradução jornalística”.

Em Macau, fora do âmbito oficial e da administração, era muito raro encontrarem-se tradutores. “Não era função suficientemente aliciante em termos de promoção profissional e, até há poucos anos, embora a nível oficial fosse profissão restrita aos candidatos provenientes do ensino em língua portuguesa não estava suficientemente remunerada para o desgaste físico que implicava. E, contudo, o preço dos trabalhos de tradução de e para chinês foi subindo sobretudo a partir do restabelecimento, em 1979, das relações diplomáticas entre Portugal e a China a que se seguiu o *boom* económico de Macau. Os profissionais desdobravam-se, por serem poucos, e o trabalho aumentava. Os melhores, eram os mais requestados” (JORGE, 1992, 52).

O tradutor continua hoje a ser um elemento muito associado à Administração Pública, onde cada vez menos elementos dominam o português. Ao longo de quase catorze anos de Macau como região sob administração chinesa foi clara a diminuição de falantes de português, de uma forma geral, nos quadros administrativos, enquanto língua falada por secretários (o equivalente ao cargo de ministro em Portugal) ou diretores de serviço. No atual governo, há apenas dois entre os cinco secretários que se expressam em português: Florinda Chan, secretária para a Administração e Justiça, e Cheong U, secretário para os Assuntos Sociais e Cultura. O secretário dos Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, domina a língua portuguesa mas optou por, em eventos inerentes ao cargo, comunicar através do tradutor. Entre os secretários apenas Francis Tam, com a pasta da Economia e Finanças, utiliza o inglês como idioma alternativo na comunicação com os jornalistas não chineses.

Na Assembleia Legislativa, entre os atuais vinte e nove deputados, há apenas dois – Leonel Alves e José Pereira Coutinho – que usam o português nas suas intervenções.

Se até 1999 o português foi a língua do poder, hoje é, sobretudo, a língua da história, da cultura e do Direito. Uma língua que se pretende preservar, não só pelo estatuto que a lei

lhe confere, mas também por fazer de Macau, no contexto atual da China, uma região diferente. Uma região tida igualmente fulcral na relação económica da China com a comunidade de países lusófonos.

5.3. A tradução como um ato de comunicação

A língua é um veículo da cultura de um povo. Fernando Pessoa já defendia: “a minha língua é a minha pátria”. As várias comunidades manifestam as suas características e a sua forma de conceber o mundo através da língua que falam. Essas concepções determinam a forma de agir, as crenças e as experiências de cada povo. Klondy Agra (2007, 5), tendo por base as teorias de Mikhail Bakhtin, escreve que “uma língua é algo social e histórico, determinado por condições específicas de uma sociedade e de uma cultura (...) e reflexo das relações estáveis dos falantes dentro dessa cultura que constitui o cenário”. A perspetiva de Bakhtin pressupõe que a língua é usada pelo seu locutor num determinado enunciado em que a palavra, o signo, está de acordo com a situação social estabelecida. Todo o signo está carregado de ideologia e consigo leva uma posição axiológica do indivíduo. A linguagem não só representa o contexto cultural das comunidades como contribui para a formação do sentido dessa realidade.

A “língua é o guia para a realidade social’ e o ser humano está à mercê da língua que se tornou o meio de expressão na sua sociedade”, considera Edward Sapir, citado por Susan Bassnett (2004, 21). As realidades social e cultural são determinantes na concretização de uma língua. “Ao sairmos de uma cultura para outra encontramos, inevitavelmente, mudanças linguísticas, pois a língua compõe-se de um compartilhamento de valores, de significados como atesta Hall (1997): simplificando, cultura designa ‘significados compartilhados’. Ora a língua é o meio privilegiado no qual ‘significamos’ as coisas, no qual o significado é produzido e permutado. Os significados só podem ser compartilhados por meio de nosso acesso comum à língua. Portanto, a língua é o centro para significado e cultura, e sempre foi considerado o repositório principal de valores e significados culturais” (AIO, 2012, 27-28).

A experiência de cada indivíduo é fortemente influenciada pelos hábitos linguísticos da comunidade em que está inserido, ou seja, a cultura. “A linguagem é um código simbólico através do qual mensagens são transmitidas e entendidas, informações são decodificadas e classificadas e eventos são anunciados e interpretados, e a Cultura é o conjunto de ações: maneira de vestir-se, escolha de alimentos e modos de comê-los, enfim, todos os modos,

hábitos, pensamentos e crenças. Todas as maneiras de atuar que formam os costumes, o contexto, o cenário. Assim como a linguagem, a cultura é um código simbólico através do qual mensagens são transmitidas e interpretadas” (AGRA, 2007, 2).

Por isso, o tradutor quando exerce as suas competências tem de ter consciência do conhecimento de aspetos culturais de quem recebe a mensagem. Walter Benjamim, no ensaio “Die Aufgabe des Übersetzers” – A tarefa do tradutor – (cit. BRANCO, 2008) faz um paralelismo entre o processo de tradução e a reconstrução de um vaso partido. “Do mesmo modo que, se quisermos juntar de novo os cacos de um vaso, estes têm de corresponder aos outros, sem serem todavia, necessariamente iguais, quanto às suas ínfimas particularidades, também a tradução, em vez de imitar o original para se aparentar a ele, deve insinuar-se com amor nas mais ínfimas particularidades tanto dos modos do ‘querer dizer’ original como na sua própria língua, isto de maneira a juntá-las como se fossem cacos de um vaso, para que depois de as juntar elas nos deixem reconhecer uma língua mais ampla, que as abranja a ambas” (BRANCO, 2008, 38).

A realidade complexa da língua chinesa é igualmente um reflexo da sua experiência cultural. Partindo desta ideia de língua e cultura como fatores que interagem e se influenciam, tomamos em consideração um exemplo apresentado por Ana Cristina Alves (2004): um português quando cumprimenta uma pessoa pergunta-lhe “como está?”. Ao contrário, na China, a pergunta que se fará é “chifan le, mei you?”, que traduzido à letra significa “já comeste o teu arroz?”. A razão de ser deste pergunta tem a ver com fatores culturais dos chineses que, explica Ana Cristina Alves, acreditam que “todos males começam pelo que se leva à boca” (125). “Nós, para os chineses, somos o que comemos” (ALVES, 2004, 125).

Focando neste exemplo será de perceber que a tradução dificilmente poderá ser uma transposição de palavra por palavra. Na tradução, ainda que considerada em uma perspetiva simplista da transposição, será difícil encontrar duas línguas o suficientemente semelhantes, com idênticas estruturas e vocabulário que possam expressar a mesma situação. “Não existem duas línguas suficientemente semelhantes para se considerarem representativas da mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades são mundos distintos, não simplesmente o mesmo mundo com rótulos diferentes” (Edward Sapir cit. BIELSA E BASSNETT, 2009, 7).

O texto traduzido deve ser fiel ao texto original no seu conteúdo, mas esse conceito de fidelidade terá de estar mais associado à reprodução dos mesmos efeitos linguísticos do que à escolha da mesma palavra nas duas línguas. Para que este processo seja bem sucedido é fundamental conhecer a língua e, mais do que isso, a cultura. Um exemplo prático, enunciado

por Umberto Eco (2001, 13), pode ser a palavra *casa* em inglês, *home*, e em francês, *maison* que em determinados contextos não podem ser utilizadas de igual forma. A frase inglesa “I feel at home” não pode ser traduzida, em francês para “je me sens à la maison” mas antes deveria ser traduzida por “je me sens chez moi”.

O processo de tradução é, por isso, mais do que o simples conhecimento de um sistema linguístico, numa tentativa de aproximar duas realidades, por vezes em pontos extremos dadas as suas diferenças. “Apenas compreendendo o que a palavra pode significar no abstrato não é suficiente; o tradutor precisa de compreender o que a palavra pode significar no contexto particular e depois tem de tentar concretizar os vários significados.” (BIELSA E BASSNET, 2009, 6)

A tradução ajuda a compreender uma realidade que é a nossa mas também uma outra, por desconhecimento total da língua, e permite ter uma noção maior do que é a atualidade, como é o caso de Macau. A. Van Dijk (1990) considera que um discurso não é apenas o texto, mas todo o contexto social, numa forma de interação. Segundo Dijk (1990), a análise de um texto supõe sempre a integração desse texto no seu contexto, ou seja, a “interpretação e a produção de um texto supõe processos mentais de interpretação e formulação, a recuperação e o uso do conhecimento e do conhecimento de outras estratégias de dimensão cognitiva do discurso” (52). “Os significados do discurso, em consequência, apenas são uma abstração desses processos de interpretação cognitiva, da mesma maneira que as declarações e os atos de fala são só abstrações de ações reais ocorridas em situações sociais” (IDEM).

Ao pressupor-se que “traduzir não é propriamente transvazar uma conserva de uma lata para outra” (THIEBERGE, 1980, 120), contemplamos a ideia funcionalista que a tradução é uma forma de comunicação intercultural, na qual o texto usado como fonte e o texto de chegada pertencem a sistemas culturais distintos, logo, podem ser encarados como dois produtos finais diferentes em função do contexto em que se inserem. Esta é a teoria desenvolvida por Christiane Nord (2005), em *Text Analysis in Translation – theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis* (Análise Textual na Tradução – teoria, metodologia e aplicação didática de um modelo de análise textual aplicada à tradução). A académica alemã desenvolve uma teoria do processo de tradução, aplicável a todos os géneros de tradução que não apenas a literatura, em que defende que texto de partida é sempre ajustado à cultura de chegada.

À tradução, considera Christiane Nord (2005), é exigida a maior fidelidade possível em relação ao texto alvo, respeitando o que foi escrito, mas nunca excluindo as características

do novo leitor desse mesmo texto, numa outra língua. Essa fidelidade é entendida mais como a noção de equivalência do que uma transcrição palavra a palavra. “O funcionalismo vê a linguagem como um meio de interação, uma atividade que detém um propósito comunicativo que, para atingir seu objetivo, faz uso das funções da linguagem como Jakobson (1960) e Bühler (1934) as desenvolvem referencial, emotiva, conativa, fática, metalinguística e poética, cada uma diretamente ligada a um dos fatores intervenientes no ato da comunicação” (ZIPSER e POLCHELOPEK, s/d, 4).

Christiane Nord propõe, por isso, um modelo tripartido no ato da tradução que envolve um emissor (o autor), um tradutor (um mediador) e um recetor (leitor). “Todos os participantes comunicam no mesmo espaço e ao mesmo tempo usando o mesmo meio, e a função do texto é a mesma para todos exceto para o tradutor” (NORD, 2005, 6). Traduzir não pode, conseqüentemente, ser um ato isolado ou um exercício e recomposição de um texto, uma vez que por detrás de cada seleção há um ato que, voluntariamente, espelha a cultura de cada um. “A este propósito, Roman Alvarez e M. Cármen-Africa escreveram: os tradutores são constrangidos de diversas maneiras: pela própria ideologia, pelo sentimento de superioridade ou inferioridade perante a língua em que escreve o texto que está a ser traduzido; pelas regras poéticas (*prevailing*) presentes no momento; pela linguagem do texto em que a tradução está a ser escrita; pelo que as instituições dominantes e a ideologia espera dele; pelo público a quem se dirige a tradução. A tradução em si depende de todos estes fatores” (PAIVA, 2004, 25).

Nesta relação entre dois mundos diferem, por um lado, o *background* cultural do texto original e do tradutor, e, por outro lado, o do recetor. Ao tradutor, como o único conhecedor das duas realidades em causa (a do texto original e a do texto final), compete avaliar a melhor forma de transcrever uma ideia, em função do texto original, a cultura, a língua, os valores e o passado da comunidade que vai receber o texto final, por forma a evitar imprecisões ou inadequações neste processo comunicativo. Para Christiane Nord (2005) a tradução não acontece, por isso, tão somente ao nível dos códigos linguísticos, mas também ao nível da cultura do leitor. “A função do texto-alvo não chega automaticamente de uma análise do texto-fonte, mas é definida pragmaticamente pelo propósito da transferência do texto intercultural” (NORD, 2005, 11).

Embora a função do tradutor pressuponha uma posição de neutralidade a tradução não pode ser entendida como um processo puramente objetivo. A leitura de uma tradução não é mais que uma ilusão de estar perante o próprio autor, negando naturalmente que estamos perante um ato de transferência de uma língua para outra. Porém o tradutor ao escolher uma

palavra ou expressão em detrimento de outras está a ter um papel ativo e a posicionar-se, com base na sua experiência e conhecimentos, perante uma realidade. Nesse sentido pode-se considerar que “a tradução é um fenómeno de interesse cultural precisamente por causa da sua falta de neutralidade ou inocência, por causa da sua densidade, do seu peso específico e do seu valor acrescentado” (HERMANS, 2002, 17). “Se fosse um mero exercício mecânico, seria tão interessante como uma fotocopiadora. Mas é mais interessante do que uma fotocopiadora no que nos apresenta, com um privilegiado índice de autorreferências culturais, ou caso se preferir, de autodefinição” (HERMANS, 2002, 17).

Quanto maior for a consciência cultural de quem escreve, neste caso em concreto referimo-nos ao tradutor, menos serão as imprecisões cometidas no texto de chegada. A tradução pressupõe, por isso, uma relação com o texto-fonte num nível de adequação de acordo com a cultura alvo, ou seja, diretamente ligada com a função a que se destina. E, lembra Karl Bühler (cit. REISS, 2000, 25) a língua “serve simultaneamente para representar (objetivamente), para expressar (subjetivamente) e para apelar (persuasivamente)”.

O ato da tradução não está, por isso, isento de intenções ou finalidades. Katharina Reiss (2000, 17), na obra *Translation criticism, the potential and limitations*, entende que “é o tipo de texto que decide a abordagem”. As funções e os objetivos da tradução não são sempre iguais aos do texto de partida, e essa finalidade é determinada pelas características do público do texto-fonte e os destinatários do texto-alvo. Christiane Nord considera, pois, que o ato de tradução apenas se completa quando a tradução chega ao destinatário. Ou seja, “como produto da intenção do autor, o texto permanece provisório até que seja recebido pelo recetor” (NORD, 2005, 18). “É a receção que completa a situação comunicativa e define a função do texto” (NORD, 2005, 18).

A procura da funcionalidade textual pressupõe fatores internos e externos. O modelo de Nord é composto por dois fatores: os extratextuais, que podem ser analisados antes da leitura do texto e que se referem essencialmente ao contexto em que o texto é produzido; e os intratextuais que dizem respeito às características do próprio texto. Estes últimos incluem fatores como o estilo, o tema e o conteúdo, além de hierarquias textuais, macro e microestrutura, elementos não-verbais, léxico, estrutura das frases e fonologia. No caso dos elementos externos consideramos o emissor do texto e as suas funções, o local e o tempo da comunicação, os motivos e a função textual que lhe foi atribuída.

A tradução envolve a reprodução de um texto, que de alguma maneira não deixa de ser um texto que vale por si próprio, naquilo que, Cess Koster (2002, 25), entende como um ‘fenómeno estranho’, porque, “por um lado, o estatuto da tradução é o de um texto

independente; uma vez produzido, a tradução, no seu contexto cultural, funciona como outro texto qualquer naquele contexto; por outro lado o seu estatuto é derivado de um texto; a tradução é a representação, ou a reconstrução, ou a reprodução, de outro texto”.

5.3.1. A interpretação como vertente do ato de tradução

A interpretação é muitas vezes assumida como tradução e os dois termos são usados de igual maneira. Erradamente. A tradução é referente a um texto escrito e, naturalmente, pode implicar uma análise mais demorada e mais refletida, com recurso a dicionários ou, por exemplo, a textos mais especializados sobre o tema em causa. A interpretação está associada à comunicação oral, concretizada em tempo real e pressupondo decisões imediatas, que às vezes são de ‘um par’ de segundos ou menos. “O texto interpretado dependerá quase exclusivamente do conhecimento prévio e da preparação” (RICCARDI, 2002, 85) de quem exerce a função da interpretação.

O contexto em que estas duas práticas se concretizam também difere. Enquanto o tradutor não conhece, por norma, o autor, nem o leitor, no caso da interpretação o autor, neste caso o orador, está presente e, de alguma maneira, exerce influência sobre quem interpreta, por fatores como os gestos, as entoações ou mesmo o tom de voz. Os intérpretes são, por isso, uma extensão do orador e isso implica que “têm de estar alerta para os denominadores comuns da compreensão linguística e selecionar um registo linguístico adequado” (RICCARDI, 2002, 86).

Se o tradutor ficará para sempre ligado ao texto, no caso do intérprete terminada a sua tarefa nada restará da sua presença, que, aliás, durante o processo de interpretação, apenas é visível pela voz. “Eles [intérpretes] podem influenciar o que está a ser dito apenas numa extensão muito curta (...). Para terem o melhor desempenho em determinadas circunstâncias comunicativas, os intérpretes têm de entender completamente a situação comunicativa em que estão e adaptar-se ao que é exigido. Eles podem portanto mudar o registo se entenderem que há repetições desnecessárias” (RICCARDI, 2002, 87). Ao intérprete, conclui Alessandra Riccardi, são exigidas competências que se estendem para lá das suas capacidades linguísticas e que incluem outras habilidades como a aptidão para interiorizar e transmitir as nuances presentes no discurso numa situação muito concreta.

As características dos discursos, sejam orais ou escritos, influenciam igualmente o sucesso do tradutor e do intérprete. Se o tradutor tem um conhecimento global do texto, cujas escolhas lexicais e sintáticas ou eventuais reestruturações podem ser feitas no final, na

interpretação esse conhecimento global não existe e o material de base ao trabalho, o discurso, é um elemento dinâmico e em evolução.

O contexto cultural, sobretudo do leitor final, é nesta distinção entre o trabalho do tradutor e do intérprete um fator fundamental. Na transposição do texto original o tradutor pode ser confrontado com expressões ou situações culturais do texto em si que não podem ser, por vezes, transportadas diretamente. No caso do intérprete é exigido que, no mesmo momento, resolva as dúvidas. “As dificuldades podem ser reconhecidas em avanço e ser resolvidas mais tarde pelo tradutor, enquanto o intérprete não pode adiar as suas soluções. Uma tradução pode ser corrigida e revista e, curiosamente, o leitor nunca vai notar como foi difícil a tradução, mas vai apenas ler o resultado. Numa interpretação as correções são mais notadas pelo ouvinte; podem perturbar e reduzir a credibilidade do intérprete” (RICCARDI, 2002, 84). Ao intérprete é, necessariamente, exigida uma atenção redobrada ao discurso e simultaneamente uma adaptação ao tipo de texto e a fatores externos como a pronúncia ou a entoação própria de cada orador.

Os elementos externos que, por um lado, facilitam a comunicação podem ser igualmente fatores de distração. O intérprete, por exercer as suas funções em tempo real, está sujeito a condições adversas durante o exercício das mesmas como sejam uma má dicção, um discurso rápido ou sem entoações, ou mesmo as más condições acústicas. “Durante este processo de interpretação simultânea o intérprete tem sempre de procurar um equilíbrio entre as diferentes tarefas que tem de realizar” (RICCARDI, 2002, 76).

Por fim, o domínio dos temas em debate é essencial para fazer passar a mensagem. A interpretação é usada em quase todos os campos, mas o “principal objetivo é a comunicação multilingual, a interação entre pessoas sobre assuntos que já são conhecidos *a priori* pelos participantes e sobre os quais procuram aprofundar o conhecimento e comparar posições” (RICCARDI, 2002, 88).

5.4. A tradução jornalística

Os estudos da tradução têm-se centrado sobretudo na literatura. A tradução jornalística, como uma vertente dos estudos da tradução, tem merecido pouca atenção de académicos, talvez porque se considere que a literatura é uma área mais prestigiante do que o jornalismo. No entanto, a tradução e o jornalismo são duas áreas das ciências sociais cada vez mais interligadas no contexto atual de globalização.

Os meios de comunicação, regra geral, não contemplam nas suas redações tradutores, uma função que é assumida pelos próprios jornalistas, conhecedores em pleno das convenções que regem os textos jornalísticos. Esta resistência deve-se, segundo Bielsa e Bassnett (2009), ao fato de o tradutor ser visto “como alguém que realiza uma versão literal de um texto que não é possível publicar” (15). “O jornalista tem, pois, que refazer o texto para que possa ser utilizado” (BIELSA e BASSNETT, 2009, 15). A esta condicionante junta-se uma outra: “a eventual contratação de profissionais tradutores geralmente onera o custo final do trabalho e demanda treinamento destes na prática de redação, razão pela qual, somente grandes veículos da imprensa tendem a contratar tradutores profissionais” (ZIPSER E POLCHLOPEK, 2009, 196).

A publicação de notícias que incidem sobre realidades expressas noutra língua, que não a língua materna do jornalista, pressupõe vários estágios que envolvem “uma tradução e uma edição (ou reedição), transformando a linguagem e a estrutura da mensagem original usando estratégias de reorganização, omissão, adição e substituição” (Hurtsi cit. GAMBIER, 2006, 13). A escolha dos eventos está muito relacionada com o conhecimento do editor sobre o tema e o seguimento que lhe pode dar, bem como o contexto social em que está inserido o meio de comunicação. A tradução de determinada notícia é por isso, “uma seleção deliberada e consciente, envolvendo um estrutura, uma montagem e fabricação de informação num formato que satisfará as expectativas dos leitores” (Tymoczko e Gnetzler cit. BIELSA E BASSNET, 2009, 12).

Uma parte significativa das notícias publicadas na imprensa de hoje tem por base textos que originalmente são publicados noutra língua, sobretudo em inglês, tida com língua franca. A globalização derrubou fronteiras e aproximou ocidente e oriente, norte e sul, em resultado também de uma cada vez maior mobilidade das pessoas. A forma como as revoluções em 2011, por exemplo, nos países do Médio Oriente, com o Egito, a Tunísia, ou a Líbia, conhecidas como a Primavera Árabe, dominaram a imprensa mundial é elucidativo de como as distâncias se encurtaram. E nesta aproximação as agências internacionais, como a *France Press*, a *Associated Press* ou mesmo o canal de televisão inglês *BBC*, são fundamentais. A informação por elas veiculadas é, sobretudo, em inglês, e necessariamente essa informação terá de ser editada face a novos públicos. Estas mudanças de informação de um sistema sociocultural para outro exigem um processo de tradução, mas também de readaptação e reestruturação para que “a comunicação flua com normalidade e a função informativa do texto seja cumprida” (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2006, 132).

Mais do que na tradução literária, no jornalismo as diferenças entre os textos-fonte e os textos-traduzidos são visíveis. As normas em vigor nas diferentes culturas vão determinar o formato em que a história é apresentada, o que terá conseqüentemente implicações ideológicas na nova história. Neste processo de tradução jornalística María José Hernández Guerrero, com base nas propostas de Hurtado Albir, distingue três técnicas recorrentes: a amplificação, a compreensão jornalística e a elisão. Para exemplificar estes pressupostos recorreremos a uma notícia publicada originalmente no jornal de língua inglesa de Hong Kong, o *South China Morning Post* (SCMP) (ANEXO 3), sobre as alegadas causas do encerramento da página da internet *Casinoleaks Macau*. Uma notícia que foi traduzida e editada no jornal de Macau, em língua portuguesa, *Ponto Final* (ANEXO 4).

Hernández Guerrero (2006, 133) entende a amplificação linguística como a técnica de “introduzir precisões que não figuram no texto original” com o objetivo fundamental de explicar ao leitor/ouvinte do que se fala, dado que o destinatário não está inserido no contexto do produto jornalístico original. Esta técnica pode ser usada igualmente para tornar o texto mais claro ou mesmo para contextualizar a informação e torná-la mais próxima da realidade do consumidor final. No caso analisado, o jornal *Ponto Final* não se limitou a fazer uma mera tradução do texto publicado no SCMP, mas procurou contextualizar a nova informação com o que já tinha sido escrito anteriormente pelo próprio jornal. O artigo do diário de Macau começa inclusive por marcar o *lead* da notícia com as declarações de um analista que já anteriormente tinha, em declarações ao jornal, abordado o mesmo tema. O *Ponto Final*, aliás, recorda essas declarações anteriores e acrescenta na notícia uma nova reação face ao que o SCMP avançava na véspera. Com recurso à técnica de amplificação pretende-se contextualizar os novos elementos avançados pelo jornal de Hong Kong com o que já tinha sido afirmado anteriormente.

Outra técnica aplicada à tradução nos meios de comunicação social é a compreensão jornalística que “consiste em sintetizar elementos linguísticos” (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2006, 134), pelas novas condições de espaço em que o texto traduzido é publicado, como seja o formato do meio que vai publicar o texto traduzido. A importância do tema face ao novo contexto também determina a informação a disponibilizar.

No exemplo que tomámos em consideração a contextualização do tema é feita pelos dois diários de forma distinta. O SCMP escreve:

A US-based website which pledged to lift the lid on organised crime in Macau's casinos has been shut down after just seven months. Casinoleaks-Macau.com (<http://Casinoleaks-Macau.com>) said it would expose "dangerously weak" regulatory curbs on the influence of triad gangs in the city's gaming industry. But it has closed amid allegations of political dirty tricks and legal threats from top gaming industry figures.

Launched in February, the website received a hostile reception from official regulators in the world's most cash-rich gaming destination, who accused those behind it of having "questionable motives".

Sources confirmed to the Sunday Morning Post that the website received at least one "crude" legal threat from a prominent Hong Kong and Macau business figure over the content of the site.

Uma informação que o *Ponto Final* reproduz desta maneira:

O South China Morning Post revela que o site Casinoleaks-Macau terá encerrado sob possibilidade de enfrentar um processo. Uma figura proeminente da indústria do jogo terá ameaçado levar os responsáveis do site a tribunal. O analista Ben Lee "esperava que uma autoridade norte-americana fosse capaz de lidar e ultrapassar qualquer tipo de pressão".

Quatro meses depois de ter começado a publicar documentos que, afirmavam os responsáveis do site, iriam ajudar a tornar mais transparente a indústria de jogo do território, o site Casinoleaks-Macau encerrou a 31 de agosto e não deu qualquer justificação. Agora, o South China Morning Post diz ter confirmado aquilo que foi sugerido por vários comentadores: os mentores do projeto terão recebido pelo menos uma ameaça de virem a ser processados, vinda de uma figura proeminente com negócios em Macau e em Hong Kong. O jornal não revela a fonte e não identifica a pessoa em causa.

Ao sujeitar a notícia original a uma sintetização pretende-se apenas tornar o texto final mais legível para um público que, necessariamente, terá um conhecimento diferente sobre a matéria que está em debate.

No processo de tradução, pode acontecer que ocorram omissões no texto final, devido à edição a que foi sujeito, por exemplo, por questões de espaço. O objetivo primeiro não será omitir informação, antes excluir elementos que não sejam considerados relevantes

para o entendimento da notícia. Nas notícias analisadas o jornal *Ponto Final* optou por omitir todas as relações que o SCMP estabelece entre o encerramento da página da internet e as seitas, a saída da prisão de Wan Kuok-koi (um antigo líder de uma seita de Macau), e o controlo das salas VIP dos casinos por esses grupos.

Como se pode observar no exemplo mencionado, a tradução de um texto jornalístico não é, tal como não será na tradução literária, a pura transcrição de um texto-fonte, porque é o recetor que dá significado ao texto e determina o modo como será feita a tradução. “Ao traduzir textos de outros âmbitos linguísticos e culturais, há que pensar no leitor de casa, utilizando doses de explicações e de realce da notícia muito superiores às que requerem o resto das informações, mais próximas nos seus conteúdos e pelas quais se sente mais atraído. O texto jornalístico original era dirigido a determinados leitores que compartilhavam com o autor o mesmo marco sociocultural. Esse saber partilhado facilitava a comunicação” (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2006, 129).

Se na tradução de artigos noticiosos há liberdade para omissões, reformulações ou contextualizações, já nos artigos de opinião, frequentes na imprensa escrita, o processo é distinto. Nestas situações é pouco frequente que o texto seja sujeito a alterações profundas. “Os tradutores desta variedade textual respeitam por norma o estilo do autor e tratam-se, no geral, de traduções mais cuidadas do que as que se oferecem noutras secções; além disso, geralmente escapam à pressão do tempo e da pressa com que se trabalha noutras secções do jornal” (HERNÁNDEZ GUERRERO 2008, 366). Um artigo de opinião, por regra geral, é traduzido pela importância dada pelo meio de comunicação ao tema, ao ponto de vista ou mesmo ao autor.

Por regra o leitor não terá a real perceção de que um texto foi traduzido, a menos que o texto indique as fontes. “A transição interlinguística e intercultural através da tradução passa despercebida ao leitor, que muitas vezes considera o texto traduzido como se fosse um outro qualquer artigo do jornal” (BANI, 2006, 36).

“Cada media define à partida, com maior ou menor rigor, maior ou menor eficácia um determinado público alvo, e é em função dele que estabelece as duas orientações e as suas prioridades” (CORREIA, 1997, 189). Nesta relação que os jornalistas constroem com o público há uma troca de experiências sociais baseada numa forma comum de ver o mundo, e à qual recorrem para contar uma história. Estas visões do mundo diferem de região para região e de nação para nação. “O jornalismo de cada país é marcado por condições sociais, fundamentos históricos e jurídicos, limitações económicas, bem como por padrões éticos e

profissionais de seus agentes”, (Frank Esser cit. ZIPSER e POLCHELOPEK, s/d, 5) que não podem ser transportados diretamente.

O texto jornalístico, seja ele traduzido ou não, terá obrigatoriamente que ser adotado à nova realidade e a novos contextos culturais, sociais e linguísticos. Nesta analogia, “o fazer jornalístico passa a ser a tradução de fatos culturalmente representados na cultura de chegada, e não apenas transmissor direto e imparcial entre o fato e leitor” (AIO, 2012, 57).

Entre o jornalismo e a tradução há características de unidade. Se a atividade do jornalista medeia a relação entre os fatos e o público, a tradução serve de intermediário entre um autor e um leitor inseridos em contextos culturais, sociais e linguísticos distintos. O jornalismo parte de um fato que é preciso retratar com fidelidade, enquanto a tradução tem como ponto de partida um texto cuja mensagem não pode desvirtuar. Como o tradutor, o jornalista não está isento de subjetividade, não esquecendo que cada texto vai adaptar-se ao leitor final.

5.5. A relação de dependência entre o tradutor- intérprete e o jornalista

A tradução é uma atividade transversal ao jornalismo em Macau. Face ao contexto bilingue em que o jornalista português está inserido, o trabalho realizado é maioritariamente consequência de uma tradução. A informação está sujeita sempre a essa figura de intermediário, sejam as conferências de imprensa, os comunicados ou a visão do cidadão comum. A existência de um falante de cantonense nas redações, seja ele um tradutor ou um jornalista, é também um elemento vital para compreender uma realidade que não é a do jornalista português.

A experiência atual mostra que esse elemento intermediário entre as duas realidades pode ser um tradutor, como é o caso da *Rádio Macau* e do *Canal Macau*, ou de um jornalista chinês como é comum na imprensa escrita. Cada opção tem, no meu entender, vantagens e desvantagens, considerando que as próprias características do meio de comunicação – rádio, imprensa ou televisão – podem influenciar a escolha.

No caso de um jornalista que domine o chinês, o mais provável é que não fale português, sendo a língua de comunicação o inglês. A vantagem é que, por ser jornalista, conhece as regras da profissão e conseqüentemente tem autonomia para gerir o seu trabalho, não precisando de nenhum interlocutor. Mas, no reverso desta moeda, porque não domina a língua portuguesa, os textos serão escritos em inglês, o que pressupõe que (e é assim que funciona) um colega de trabalho terá de, *a posteriori*, traduzir o texto para português.

Se falarmos de um tradutor, e esse é o caso da *Rádio Macau*, obrigatoriamente o que o jornalista tem acesso é à tradução literal dos textos e dos sons que, por inerência ao meio de comunicação, são usados. Nestes caso o tradutor tem apenas a missão de ser o intermediário na comunicação e todos os textos precisam de ser editados por forma a adequá-los não só à linguagem jornalística como ao público. A falta de autonomia é, no entanto, visível uma vez que o tradutor, por natureza da sua formação, não tem a perspicácia, nem o dever, de perceber o que deve ser perguntado ou como deve ser perguntado.

A experiência demonstra, e centramo-nos na realidade da *Rádio Macau* por ser o meu local de trabalho, que a presença de um nativo de cantonense na redação marca a diferença. Em sete anos de exercício da profissão na *Rádio Macau* foi notório o aumento da capacidade de chegar a outras fontes, que não as oficiais ou as que dominam o português, desde que, em 2011, a redação passou a integrar um tradutor. Com a integração desse falante foi possível saber o que dizem os jornais chineses – algo que devia ser, afinal, inerente à rotina do jornalista. Nenhum jornalista pode ignorar o que dizem os seus pares. “Ninguém lê tanto os jornais como os jornalistas (...). Para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável e a revista de imprensa um instrumento de trabalho: para saberem o que vão dizer, precisam de saber o que disseram os outros” (BOURDIEU, 2001, 18).

Diariamente o tradutor, que trabalha na *Rádio Macau*, começa por traduzir os títulos das primeiras páginas dos jornais chineses. Uma informação que pode dar pistas importantes para o trabalho da redação. Não tendo conhecimentos jornalísticos torna-se difícil fazê-lo entender o que, entre as notícias do interior dos jornais, pode ou não ser do interesse da redação. Mas, dependendo dos temas que os jornais chineses chamam para primeira página pode-lhe ser pedido para traduzir uma notícia que o editor considere relevante para a audiência da *Rádio Macau*. Ao longo do dia o tradutor vai ainda fazendo um levantamento dos temas da atualidade local que estão a marcar os serviços do Canal Chinês da *Rádio Macau*. Ao contrário do que acontece, por exemplo, no *Canal Macau*, em que são reescritas algumas reportagens realizadas pelos jornalistas chineses, na Rádio as redações são independentes e poucas são as vezes em que há troca de material noticioso – embora seja notório que é a redação portuguesa que mais vezes pede a colaboração.

O trabalho do tradutor tem necessariamente de ser editado. Não apenas por razões de estruturação da notícia inerente à cultura jornalística, mas igualmente pelas características distintas do receptor. “A transmissão da informação tem de ser eficaz, o que implica que em muitas ocasiões se vá mais além da tradução e se adopte a mensagem ao novo receptor. Ao mesmo tempo que o texto traduzido se molda formalmente às convenções textuais em termos

de titulação, estruturação da informação, explicação dos elementos culturais, etc, que regem os géneros jornalísticos” (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2008, 7).

Este trabalho de readaptação é uma missão constante do jornalista português em Macau. Exemplificamos com uma tradução de uma notícia do Canal Chinês da *Rádio Macau* a que tivemos acesso:

Helena Senna Fernandes diz que com esta experiência espera que possa ser melhorado a fusão de turistas no futuro

Em relação ao caso caótico sobre o movimento de pessoas nas Portas do Cerco no 3º dia do Ano Novo Lunar, Helena Senna Fernandes, a Diretora dos Serviços de Turismo crê que na altura foi um alto ponto especial de turistas, depois desta experiência, os respetivos departamentos governamentais esperam que no futuro possam ser melhoradas os trabalhos de fusão.

A capacidade de receção atual de Macau por acaso está já no seu limite? A diretora de turismo afirma que com alterações de certas instalações locais, bem como um novo posto fronteiriço, como também progredir ainda mais os equipamentos acessórios dos hotéis e atrair os turistas a visitarem outras zonas de Macau, isto contribuirá a fusão de turistas.

Quanto à questão sobre uma eventual verificação das políticas de vistos individuais devido à situação ocorrido, a mesma diretora alega que as autoridades irão constantemente avaliar as respetivas políticas, e acredita que os vistos individuais ocupa uma grande importância na economia de Macau, e não se deve tomar uma decisão facilmente.

A notícia para ser dada pelo canal português da *Rádio Macau* teve de ser adaptada. A forma como o *lead* da notícia (o núcleo da informação que é colocado no início de acordo com o conceito da pirâmide invertida) é apresentado não constitui uma forma atrativa para o ouvinte, apresentando semelhanças com a estrutura de um comunicado. A notícia teve de ser readaptada e com base nos sons disponibilizados o jornalista português⁹ refez a notícia.

Serviços de Turismo prometem melhorar gestão das fronteiras

Helena Senna Fernandes admite que há aspetos que precisam de ser melhorados nas fronteiras para Macau conseguir enfrentar o aumento crescente de visitantes. A diretora dos Serviços

⁹Notícia emitida pela Rádio Macau a 14 de fevereiro de 2013.

de Turismo lamentou o caos vivido, nos últimos dois dias, na fronteira das Portas do Cerco e espera que, com o seu alargamento, situações do género possam ser evitadas.

“No futuro, a fronteira das Portas do Cerco vai ser alargada, ou seja, será criado um novo posto transfronteiriço, e também vamos adotar medidas para uma melhor distribuição dos turistas pela cidade. Nessa altura, e também com a coordenação de todos, espero que a situação possa ser melhorada”, disse Helena Senna Fernandes, esta manhã, em declarações aos jornalistas.

A responsável garantiu ainda que o Governo vai aprender com esta experiência. “O terceiro dia do Ano Novo Lunar é o ponto alto porque é um dia especial para os turistas. Mas, no futuro, e tendo em conta esta experiência, a fronteira das Portas do Cerco irá ter novos métodos para reagir a situações idênticas e até haverá uma melhor organização”.

Nos feriados do Ano Novo Lunar, os hotéis também ficaram lotados, com alguns visitantes a alegar terem sido enganados pelas agências imobiliárias. Um problema que a diretora dos Serviços de Turismo também pretende resolver, através da criação de mais alojamento. Helena Senna Fernandes quer ainda descongestionar o centro da cidade, atraindo os visitantes a outras zonas de Macau.

Questionada sobre a necessidade de haver uma mudança na emissão de vistos, a responsável lembrou a importância dessa mesma política para a economia de Macau e rejeitou, por isso, “decisões precipitadas”.

Se no contexto da redação o tradutor ajuda-nos, fundamentalmente, a perceber o que se está a passar no momento, fora da redação a figura do tradutor é um elemento tão ou mais vital e sempre presente que nos permite ter acesso à fonte, seja durante uma conferência de imprensa ou uma reunião plenária de deputados. Nos trabalhos de agenda, por regra, a entidade que convoca a conferência de imprensa disponibiliza o intérprete-tradutor, que vai, em simultâneo, transmitir o que é dito.

A tradução consecutiva, em que o tradutor primeiro escuta e depois transmite a informação, é muito rara, mas quando existe gera dificuldades no trabalho do jornalista. Esta prática é frequente quando se entrevista alguém em situação inesperada, um secretário, por exemplo, à saída de uma reunião na Assembleia Legislativa. Porém, quando o jornalista tem acesso à tradução o interlocutor já não está presente e todas as dúvidas que possam existir não serão devidamente esclarecidas.

A interpretação resulta para o jornalista em Macau como a fonte primária. O que ouvimos será sempre a base do nosso trabalho. Aliás, na rádio e na televisão, não é a voz os intervenientes que é ouvida, antes a dos profissionais da tradução. Exemplificando, nas reuniões plenárias na Assembleia Legislativa, o Parlamento de Macau, que geralmente duram entre quatro a cinco horas, o discurso gravado pelo jornalista é o da interpretação, um som que depois será editado e emitido, com as devidas referências de que a voz em causa é a do tradutor e não a do interveniente.

Nos designados trabalhos de agenda, e no caso concreto das conferências de imprensa, o trabalho do jornalista é facilitado uma vez que, por geralmente haver espaço a perguntas, é possível clarificar dados que, em consequência da tradução, tenham sido mal entendidos, eventualmente devido à fluidez do discurso.

A par com a dependência do tradutor, o jornalista de Macau é também ele um tradutor. Neste caso do inglês para o português. Sempre que possível, recorreremos a fontes que dominam o inglês como alternativa ao chinês. Uma situação que permite chegar diretamente à fonte de uma forma autónoma e sem depender de terceiros no processo de tradução. Neste caso é ao próprio jornalista que cabe, posteriormente, a tarefa da tradução. Ao trabalhar com outros textos é comum uma mudança do ângulo de abordagem da notícia com o objetivo de uma aproximação ao leitor/ ouvinte.

A tradução como tarefa do jornalista é, aliás, uma rotina diária. Esta função é frequente quando se escreve sobre a China ou sobre a região da Ásia-Pacífico com recurso a informação de agências ou outros meios de comunicação. Tomamos como exemplo a produção do jornal financeiro, transmitido diariamente na *Rádio Macau* ao meio-dia e meia, do qual também sou editora. Se a nível local ou em termos de atualidade europeia, com enfoque na realidade portuguesa, é fácil chegar à informação em língua portuguesa, o mesmo não se pode dizer com a informação sobre a atualidade regional. As fontes de informação centram-se muito em outros meios de comunicação, que escrevem em inglês, como o jornal *South China Morning Post*, de Hong Kong, ou a *RTHK* – Rádio e Televisão de Hong Kong. É comum recorrer a páginas de informação na internet, como a agência de notícias chinesa *Xinhua*, o *Channel News Asia* de Singapura ou do canal de televisão inglês *BBC*.

Este processo de reestruturação da informação, sobretudo quando é baseada numa tradução de chinês para português, haverá sempre informação que se perde e temos consciência que o nosso conhecimento sobre os fatos nunca é total. Ainda assim a relação que se estabelece com o tradutor tem de ser de total confiança, uma vez que a língua fonte da comunicação é completamente desconhecida para o jornalista e, por isso, a informação

veiculada torna-se de difícil confirmação. O trabalho jornalístico é fruto de um esforço coletivo, que pressupõe editores, jornalistas, paginadores ou técnicos, mas o tradutor assume uma responsabilidade maior como mediador entre duas realidades distintas.

6. Os jornalistas e as notícias – análise de três casos

Neste trabalho propomo-nos analisar três casos que, acreditamos, ilustram a dificuldade de exercer a profissão de jornalista em Macau, onde o conhecimento da realidade, para o profissional de origem portuguesa, é mais parcial que geral e é um conhecimento mediado. A tradução não é uma área científica e pode estar sujeita, não raras as vezes, a fatores adversos que não facilitam a comunicação. Não nos vamos centrar em casos de traduções consideradas ‘perfeitas’ porque, em primeiro lugar não podemos indagar essa ‘perfeição’, e porque, pressupondo que existiria essa perfeição, então o jornalista português exerceria em pleno as suas funções em Macau. Não pretendemos com estes exemplos dar uma perspectiva negativa do papel dos tradutores de Macau. Pelo contrário, apenas refletir sobre um elemento fundamental no contexto bilingue do território.

Acreditamos que a tradução do chinês para o português, quer de textos quer de discursos em simultâneo, é uma tarefa bastante difícil e exigente, que implica um grande conhecimento de dois idiomas em nada semelhantes. Pela responsabilidade e pela dedicação que o seu trabalho requer, os tradutores de Macau merecem todo o nosso respeito e admiração. As minhas conclusões baseiam-se em pressupostos teóricos e na minha experiência de sete anos de trabalho no território.

Nesta análise, começamos por nos centrar no género jornalístico da notícia, o género primordial do jornalismo, associado à informação “pura” e a um relato objetivo e preciso dos fatos. No caso em concreto tentamos ilustrar como o papel de intermediário do tradutor pode influenciar a notícia e gerar duas versões sobre o mesmo acontecimento.

No segundo caso focamo-nos nos comunicados de imprensa, uma fonte importante de informação dos jornalistas portugueses de Macau, com enfoque na linguagem usada e nos erros de português.

A reportagem enquanto género jornalístico é também o alvo do nosso olhar. Por pressupor uma técnica de informação mais elaborada, para a qual é preciso uma pesquisa e um conhecimento mais profundo sobre os fatos que são relatados, a reportagem é considerada o género nobre dentro do jornalismo. Mas como é possível concretizar na plenitude uma reportagem em Macau quando jornalista e protagonista da história não contactam diretamente?

6.1. A notícia e o tradutor

A notícia “é um texto escrito com brevidade, clareza e exatidão, que trata assuntos de atualidade com interesse geral, e cuja finalidade é informar com objetividade” (YANES, 2004, 49). A notícia pode entender-se, lembra A. Van Dijk (1990, 22) como uma nova informação ou como um artigo novo, que “não se caracteriza como uma imagem da realidade, que pode ser correta ou deformada, mas antes como um marco através do qual se constrói rotineiramente o mundo social”. A notícia tem como finalidade última refletir, com o maior rigor possível, a realidade a que o jornalista teve acesso, direta ou indiretamente, e deve ser pautado por um estilo sóbrio e rigoroso na resposta às perguntas o *quê*, *quando*, *onde*, *quem*, *porquê* e *como*.

Estas características da notícia pressupõem um rigor na análise dos fatos. No caso do jornalista de Macau os fatos chegam-nos de forma indireta, por via do tradutor. Nesta relação triangular não se acredita que a informação seja transmitida *ipsis verbis* mas espera-se que o essencial da mensagem não se perca, que não existam falhas ou distorções. O que alegadamente não se terá passado no exemplo a analisar.

A 5 de novembro de 2012 o Instituto de Habitação convoca uma conferência de imprensa para anunciar que dentro de alguns dias os candidatos a uma habitação económica vão começar a poder visitar os novos apartamentos no Edifício Cheng I. Sobre o assunto principal da conferência não houve dúvidas, mas a oportunidade foi aproveitada para questionar sobre o cumprimento, ou não, de uma promessa feita pelo Governo em 2007, para construir 19 mil frações até ao final do ano de 2012. Sobre este assunto surgiram notícias diferentes na imprensa.

Face à informação a que os jornalistas portugueses tiveram acesso pela tradução, a *Rádio Macau* (ANEXO 5) avançava, algumas horas depois de terminada a conferência, sobre o cumprimento da meta do Governo:

“Na conferência de imprensa, o presidente do Instituto de Habitação, questionado sobre a meta das 19 mil frações, reafirmou que será cumprida. “Esperamos que no final deste ano estejam mais de 19 mil frações construídas”, afirmou.

Sobre a mesma informação o *Hoje Macau* (ANEXO 6), presente na conferência de imprensa, escrevia a 6 de novembro de 2012:

“Este edifício é mais um para a conta das 19 mil habitações públicas prometidas pelo Governo até ao fim deste ano. O presidente do IH assegura saber que ainda há pessoas à espera de casa e afirma, por isso, que o Governo está a acelerar os trabalhos de construção dos prédios ainda em falta”.

O jornal em língua inglesa *Business Daily* (ANEXO 7), a 6 de novembro de 2012, noticiava:

Bureau director Tam Kuong Man, speaking at a press conference yesterday about sales in the Cheng I public housing complex in Ilha Verde, said housing projects on Taipa and Coloane were in the final stages of construction.

“So I believe at the end of this year there will certainly be over 11,300 flats completed,” Mr Tam said.

He gave no direct answer when asked when the government expected to complete the rest of the 19,000 homes in public housing promised in 2007 by Edmund Ho Hau Wah, the chief executive at the time. The government had previously said all 19,000 homes would be completed this year.¹⁰

Enquanto o jornal *Hoje Macau* preferiu não dar muita importância ao que foi avançado – se a promessa estava ou não prestes a ser cumprida – a *Rádio Macau*, embora não faça do assunto o foco principal da notícia, cita o diretor do Instituto de Habitação numa versão oposta ao que escreveria, no dia seguinte, o jornal *Business Daily*. Enquanto os meios de comunicação portugueses, *Hoje Macau* e *Rádio Macau*, elaboram a notícia com base na tradução, o jornal *Business Daily* teve acesso à informação direta, uma vez que o jornalista que assina a reportagem domina a língua chinesa. O fato de os jornalistas portugueses terem dado menos importância às declarações sobre as 19 mil frações – quer a *Rádio Macau*, quer o *Hoje Macau* remetem essa informação para o fim da notícia – denota algumas dúvidas e incertezas sobre os dados avançados. Ao contrário o *Business Daily* chega mesmo a escrever

¹⁰ O diretor dos serviços Tam Kuong Man, durante a conferência de imprensa de ontem sobre a venda dos apartamentos do Cheng I o complexo de habitação pública na Ilha Verde, disse que os projetos de habitação na Taipa e em Coloane estavam na fase final de construção. “Acredito que no fim deste ano vão estar certamente concluídas 11.300 frações”, disse Tam. Não deu [Tam Kuong Man] uma resposta direta quando questionado se o governo espera completar a construção das 19 mil frações de habitação pública prometidas em 2007 por Edmund Ho Hai Wah, na altura Chefe do Executivo. O Governo tinha anteriormente dito que as 19 mil casas estariam construídas este ano.

na primeira página “*Promised public housing delayed*” (Prometida habitação pública atrasada).

A tradução simultânea, por algumas vezes ser feita em condições adversas, pode incorrer em incongruências que uma vez cometidas podem ser difíceis de rever. Se um texto pode ser relido, e corrigidas as falhas, na tradução simultânea o que ‘está dito, está dito’. A tradução simultânea requer uma série de capacidades por forma a transmitir o discurso quase de imediato numa língua diferente. Aliás Júlia Chen (2009, 9) admite-o: “como intérprete, a minha convicção é de que, excetuando no caso de frases curtas, é praticamente impossível de traduzir literalmente o que foi dito. Pois, tendo em conta o contexto a traduzir (...) o intérprete traduz é o sentido e não as palavras ou frases. O intérprete precisa de estar constantemente a avaliar, filtrar, reconstruir, a desverbalizar as informações da mensagem”.

Ao jornalista cabe relatar os fatos de acordo com a verdade. “A permissão fundamental na transmissão de notícias é que ela deve ser verdadeira. A suposição de um leitor de um jornal ou de um telespetador do noticiário da noite é que tudo o que é noticiado é retransmitido com honestidade” (BIELSA E BASSNET, 2009, 117). Cabe por isso ao jornalista estar certo da veracidade das informações e em caso de dúvida procurar esclarecê-las. Porém o jornalista não pode estar constantemente a duvidar do que lhe é transmitido pelo tradutor, tido como um intermediário verdadeiro. Na tradução “as palavras do orador original são-nos supostamente retransmitidas com o mínimo, e idealmente sem qualquer, mediação por um mediador totalmente discreto, transparente, e marginalizado” (Hermans cit. RICCARDI, 2002, 11). A desconfiança constante do que é transmitido pelo tradutor seria sempre um impeditivo no processo de produção da informação dos meios de comunicação, para os quais o tempo é um fator primordial.

Se no exercício da profissão o jornalista é uma pessoa que tem de estar informada, e bem informada, sobre os vários domínios temos por certo que em Macau há falhas na produção da informação, devido à dependência de um mediador. Uma pessoa que, pela sua responsabilidade, mais rapidamente é o centro das atenções. “Ninguém dá conta do intérprete enquanto ele fizer tudo bem, mas no momento em que escorrega, ele torna-se o centro das atenções (Korchilov, cit TSAI, 2006,62).

O exercício da profissão em Macau exige uma redobrada atenção do jornalista para evitar tomar como certas as informações obtidas, sem as questionar. “A confiabilidade de uma informação não deve ser medida pela probabilidade de uma informação com que se satisfazem as expectativas de comportamentos decorrentes dessa informação nos âmbitos da

ação, mas unicamente pela competência discursiva desempenhada, pois só podemos chamar de verdadeiro os enunciados que conseguimos fundamentar” (ROCHA, 2007, 177).

6.1.1 A Rádio e o som

A linguagem de rádio pressupõe simplicidade e brevidade para uma melhor compreensão com o som a ser um elemento que diferencia a rádio. O registo magnético “pode desempenhar três funções básicas na informação radiofónica: informar, credibilizar e introduzir ritmo/emotividade” (MENESES, 2003, 82).

O som para a rádio está como a citação para a imprensa, e o seu uso torna a informação mais atrativa e melhor entendida. Em Macau o uso de registos magnéticos sugere algum cuidado, uma vez que o som que usamos é o da tradução e este pode apresentar uma mensagem pouco clara. A tradução em simultâneo não fica isenta de marcas da oralidade como as hesitações, as imprecisões, as redundâncias, que, por difíceis de editar, podem causar ruído no entendimento da informação. Se na imprensa há a possibilidade de refazer e corrigir esses eventuais erros de oralidade, na Rádio essa é uma tarefa impossível. Estes constrangimentos obrigam-nos muitas vezes a evitar o uso de registos magnéticos e optar pela redação de peças em discurso indireto.

A notícia radiofónica, por ser apoiada na oralidade, é efémera: ouve-se e não se pode voltar imediatamente a ouvir; então quando se escuta rádio a par com outras atividades a capacidade de compreensão diminui. Neste sentido quanto mais simples, breve e concisa é a notícia, melhor é a compreensão: “A rádio obriga a uma compreensão imediata, pois a leitura das notícias faz-se só uma vez, e não se repete no mesmo noticiário. O jornal permite segunda leitura imediata, a rádio não proporciona segunda audição. Se o ouvinte não percebeu totalmente, os detalhes serão esquecidos, os nomes modificados, as cifras alteradas, e as ideias, pelo menos adulteradas” (RIBEIRO, 1964, 124).

6.2. Comunicados de imprensa e o caso do Sr. Hutchison

O jornalista tem um papel estratégico na sociedade, uma vez que ele é capaz de transformar um fato em notícia simplesmente por lhe dar voz. Mas hoje, como nunca terá acontecido no passado, os “jornalistas das redações escrevem cada vez mais sobre fatos que não observam e sobre assuntos que não entendem – precisam de bons informantes e

intérpretes da realidade: as fontes empresariais e institucionais, geradores de fatos e atos de relevância social” (Chaparro cit. PEREIRA, 2003, 50). Macau não é exceção.

Os comunicados de imprensa difundidos pelo Gabinete de Comunicação Social (GCS) são, pelo contexto bilingue de Macau, uma fonte importante de informação. Essa informação chega aos jornalistas chineses e também aos portugueses, nas respectivas línguas. Estes comunicados são de natureza diversa, provenientes de vários departamentos governamentais e, numa tentativa de explicar o que se trata, podemos associar este sistema de comunicados ao funcionamento de uma agência de notícias. Ao longo do dia são difundidos vários comunicados, tal como acontece com a Agência Lusa, porém, a diferença é que esta informação não é sujeita previamente a tratamento jornalístico, logo terá de ser submetida a um trabalho de seleção e edição por parte do jornalista. Sendo de sublinhar que muita desta informação difundida não será alvo de tratamento por não responder aos critérios de noticiabilidade.

A título de exemplo verificamos os textos que no dia 19 de setembro de 2012 foram publicados na página do GCS:

Data de emissão/ Hora	Títulos	Emissor
2012-09-19 22:27	Elementos de notícia da conferência de imprensa sobre o relatório final da sondagem deliberativa da revisão das leis de imprensa e de radiodifusão	Gabinete de Comunicação Social
2012-09-19 21:58	Encontro entre o Chefe do Executivo e a Secretária para a Administração da RAEHK (Tradução GCS)	Gabinete do Chefe do Executivo
2012-09-19 20:14	Revisão da Lei de Imprensa conforme opiniões sem aditamentos de mais artigos e eliminação de alguns deles	Gabinete de Comunicação Social
2012-09-19 19:32	Notificação de mais um caso local de Febre de Dengue	Serviços de Saúde
2012-09-19 18:10	CCAC vai realizar o Seminário sobre “Gestão Honesta e Ambiente Empresarial Íntegro”	Comissariado contra a Corrupção
2012-09-19 18:07	Comissariado da Auditoria em intercâmbio com instituições de auditoria das duas margens do Estreito e com a Divisão de Inspeção e Auditoria do Governo da Província de Gyeonggi da República da	Comissariado da Auditoria

	Coreia	
2012-09-19 17:46	Reimpressão da Etiqueta Postal “Património Mundial”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 17:35	Conselho de Consumidores investiga os preços das bolachas e biscoitos	Conselho de Consumidores
2012-09-19 17: 17	Receção de pedidos relativos ao “Plano de Atribuição de Subsídios para a Educação Cívica das Crianças e dos Jovens – Conhecer a Lei e Observar a Disciplina”	Instituto de Ação Social
2012-09-19 16:56	“Feira de Selos 2012”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:51	Reimpressão de selos personalizados “Celebração”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:25	A DSEJ realiza o “Fórum da Juventude”	Direção dos Serviços de Educação e Juventude
2012-09-19 16:16	“Macau em Postais Máximos II”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:14	“3ª Exposição da Indústria de Restauração da China”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:10	“Dia Mundial do Coração”	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:06	Celebração do 63º Aniversário da Implantação da República Popular da China	Direção dos Serviços de Correios
2012-09-19 16:04	Cheong U encontra-se com Carrie Lam Cheng Yuet-ngor	Gabinete de Comunicação Social
2012-09-19 15:11	Apela-se à população para prestar atenção às medidas de trânsito a aplicar na Estrada Governador Albano de Oliveira a partir do sábado devido à vedação, a título experimental	Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes / Direção dos Serviço para os Assuntos de Trafego
2012-09-19 15:04	Prevenção criminal para lojistas contra furtos e burlas	Polícia Judiciária
2012-09-19 09:42	“3.ª Exposição da Indústria de Restauração da China” será inaugurada no dia 21 de setembro	Direção dos Serviços de Economia

Fonte: Gabinete de Comunicação Social

Estes textos, por regra, são traduções de outros também publicados no GCS em chinês. Como consequência nem sempre a sua publicação corresponde à rapidez com que o jornalista a pretende. A diferença horária com que estes comunicados são emitidos, em português e chinês, difere bastante. Não raras as vezes chegam a ser divulgados dias ou

semanas depois do evento ter acontecido, um fator que, pelos critérios noticiosos que determinam a escolha do que é e o que não é notícia, à partida, não merecerá a atenção do jornalista. É o caso de um comunicado da Direção dos Serviços de Finanças publicado no dia 27 de maio de 2013 (ANEXO 8) sobre uma conferência realizada semanas antes:

Uma comitiva do Governo da RAEM, composta por representantes do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, Direção dos Serviços de Economia e da Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio, participou na sessão do Exame das Políticas Comerciais de Macau no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) que teve lugar em Genebra, Suíça, nos dias 13 e 15 de maio de 2013.

Os comunicados de imprensa apresentam uma linguagem muito elaborada que exige um tratamento jornalístico. Os vários departamentos do Governo utilizam a plataforma do GCS para fazer chegar a informação, e por isso pressupõe-se que a informação além de correta esteja devidamente escrita. Estes textos, como são provenientes de organismos institucionais, visam transmitir uma mensagem muito própria de uma determinada entidade, com uma visão geralmente favorável ao organismo, e com uma linguagem formal que não se adequa de forma cabal à linguagem jornalística. Mas há contratempos e exemplos de comunicados mal redigidos.

A 15 de junho de 2012 a Direção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações publica na página do Gabinete de Comunicação Social o seguinte texto (versão integral):

Hutchison-Telefone (Macau), Limitada (Hutchison) começou a aparecer a instabilidade no serviço de dados de telecomunicações móveis, desde as 4 horas de manhã no dia 15 de junho de 2012, o Hutchison suspeita inicialmente o incidente foi causado pela instabilidade de “firewall”, causando o impacto no serviço de dados ao parte dos subscritores.

Às 9 horas de manhã no dia 15 de junho de 2012, depois de receber o aviso de Hutchison-Telefone, a DSRT ordenou imediatamente ao Hutchison a gerar seriamente, e a seguir a DSRT indicou pessoal ao Hutchison para investigar a situação e o processo de reparações. Por outro lado, sobre a causa deste incidente, a DSRT já ordenou ao Hutchison a enviar a resposta de incidente o mais possível e tratar bem dos subscritores afectados.

Na versão chinesa:

和記電話（澳門）有限公司（下稱和記）於 2012 年 6 月 15 日凌晨 4 時許陸續出現流動數據服務不穩的情況，和記初步懷疑事故由防火牆不穩定所致，以致其流動數據服務的部分客戶受到影響。

電信管理局於 2012 年 6 月 15 日上午 9 時許接獲和記通知後，已即時責成和記嚴肅處理，局方亦隨即派出技術人員到現場瞭解情況和跟進修復進度。另外，就是次故障的原因，電信管理局已指示和記盡快呈交事故報告及妥善處理受影響的客戶。

No caso em concreto falamos de uma má tradução onde o texto publicado apresenta muitas semelhanças com a tradução feita na internet através de uma aplicação de tradutores. Senão vejamos a versão obtida através da aplicação de tradução do Google:

Hutchison Telephone (Macau) Company Limited (doravante referida como Hutchison) em 15 de junho de 2012 às 16:00, saindo de serviços de dados situação instável móvel, Hutchison inicialmente suspeito de ser um acidente causado por um firewall instável, resultando em sua atual alguns dos nossos clientes serviços de dados são afetados.

Autoridade Reguladora de Telecomunicações em junho 15, 2012 Hutchison recebeu a notificação, Hutchison foi seriamente tratada imediatamente instruiu o Bureau também imediatamente enviado técnicos ao local para entender a situação e acompanhar o progresso do reparo. Além disso, é a segunda causa da falha, e Hutchison Telecommunications Authority foi encarregado de apresentar relatório do acidente o mais rápido possível e tratar adequadamente os clientes afetados.

Embora não possamos afirmar que a tradução disponibilizada tenha sido com recurso a este tipo de ferramentas, não é de ignorar as semelhanças. “A tradução mecânica ainda está muito sujeita à comissão de frequentes erros, e por, isso merece ser encarada com cautelosas reservas” (Gomes Torres cit. PAIVA, 2004, 75).

Os textos divulgados pelo GCS estão, por regra, escritos num português correto como assim é exigido. Quando o processo tem como origem um texto escrito é requerido mais rigor do que a tradução de um discurso feito em simultâneo. Neste processo de tratamento de informação em que o jornalista assume uma função intermediária, entre o texto recebido e o seu público, é necessário que a escrita seja facilmente compreendida. “Daí as recomendações

de clareza, concisão, precisão, fluidez e simplicidade na hora de construir um texto jornalístico. As mesmas recomendações servem para o tradutor. O seu estilo deve ir nessa linha para que a informação flua com normalidade” (HERNÁNDEZ GUERRERO, 2006, 126).

6.3. Paralelo 22: a dificuldade da reportagem

A reportagem é, segundo Fontcuberta (1999, 82): “a) o relato de fatos atuais que não são estritamente notícia (embora às vezes o possam ser), e procura contar o essencial desses fatos e das suas circunstâncias explicativas; b) é também ocasional, não se repete, não possui continuidade: uma série é, na realidade, uma única reportagem, embora publicada ou emitida durante vários dias; c) estilo narrativo e criativo, o que mais pontos de contacto tem com a literatura; d) é um género escrito com um repórter”. Rafael Yanes (2004, 195) acrescenta: “é um trabalho dedicado a aprofundar dados da notícia, as causas e consequências de algum acontecimento da atualidade, e investigar aspetos não conhecidos a partir de testemunhos confidenciais ou através da procura de dados”.

A reportagem é, por norma, um texto mais descritivo “com beleza expressiva onde se narra com clareza cada um dos detalhes” (YANES, 2004, 207). Neste contexto, a reportagem em Macau torna-se uma tarefa mais complexa, não impossível, especialmente quando entre as personagens e o jornalista há um terceiro elemento: o tradutor.

A *Rádio Macau*, em 2011, criou um espaço dedicado à reportagem jornalística, o magazine informativo *Paralelo 22*, do qual sou também editora. O programa dá primazia à reportagem e a uma abordagem mais alargada de temas que marcam, ou não, a atualidade. Mais do que a dificuldade de temas, a necessidade de ter fontes alternativas, e sobretudo diferentes das que todos os dias são ouvidas no âmbito da rotina das notícias é a maior preocupação. A comunidade chinesa é, por isso, uma forte aposta das reportagens realizadas.

Ao longo dos últimos dois anos de experiência com o programa *Paralelo 22*, a maior dificuldade encontrada está sempre em descrever, não fatos, mas conceitos e formas de ver a realidade tão distintas, bem como as nuances expostas pela linguagem, como a alegria, a tristeza ou a incerteza, como elementos descritivos. Com a comunidade chinesa esta é uma dificuldade acrescida porque são pessoas culturalmente diferentes e, por regra, muito fechadas, com uma grande resistência em mostrar estados de espírito.

Em 2012, quando entrevistei o senhor Leung Kam Hon para uma reportagem que nunca chegou a ser emitida sobre os estaleiros de Coloane, inativos desde os anos 90, a minha

maior dificuldade foi perceber o que de fato ele pensava sobre a mudança que tinha ocorrido na sua vida (um acidente tinha-o abrigado a mudar de profissão) e sobre a decadência que se vive na zona onde outrora funcionava uma das principais atividades económicas do território. Esta dificuldade, depreendo, está também associada ao fato de não ser, neste caso, o jornalista mas o tradutor a ter a habilidade para conquistar o entrevistado. “Nas histórias de vida, antes de mais nada, é preciso conquistar a simpatia do entrevistado. E isto não se faz com meias-verdades, com mentiras, com falsa identidade, com câmaras ocultas ou com qualquer outro expediente escuso. Pelo contrário, para estabelecer uma boa interação com a fonte, o jornalista deve ser honesto, transparente, amigo, companheiro. Ninguém abre a caixa preta da vida, na sua intimidade mais crua e mais exposta, a uma pessoa não confiável” (CAMPOS, 2009, 11).

Não raros são os casos em que esta conquista nos parece por vezes não ser concretizável. Para a reportagem sobre a atividade dos taxistas, emitida na *Rádio Macau* a 22 de maio de 2011¹¹ a tradutora abordou meia dúzia de condutores e apenas um se mostrou disponível. Reconhecemos que é difícil perceber se esta situação se repetiria se dominássemos a língua, mas, pelo que conhecemos da realidade de Macau podemos afirmar com clareza que há uma ligeira desconfiança em relação ao jornalista que não é nativo, e que dificulta o trato com as fontes.

A mesma situação se repetiu no âmbito da reportagem “Inflação em Macau” emitida na *Rádio Macau* a 7 de setembro de 2012¹². O objetivo da reportagem era perceber a evolução dos preços dos alimentos, razão pela qual, durante três meses, a todos os quinze dias, visitei as mesmas bancas no mercado para registar os preços. Durante este período houve pelo menos dois comerciantes que, segundo a tradução, respondiam, semanalmente, que os preços se mantinham inalterados. Quando os tentei entrevistar no final recusaram-se, alegando falta de tempo.

Por norma o sistema usado neste tipo de reportagem é o da pergunta – resposta – tradução – pergunta, ou seja, o jornalista faz a pergunta, o entrevistado responde, o tradutor transmite o que foi dito e o jornalista volta a fazer nova pergunta. Esta tradução consecutiva não é, no entanto, a mais fiel possível, com o tradutor, assumidamente, a transmitir a ideia generalizada do que está a ser dito. Posteriormente, na redação, o tradutor vai transcrever o que foi dito, da forma mais literal possível. Ao contrário da notícia condicionada pelo tempo e

11 Reportagem disponível na página da internet da Rádio Macau: http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=p3

12 Reportagem disponível na página da internet da Rádio Macau: http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=p3

nem sempre possível de confirmação, na reportagem o tempo não é necessariamente um obstáculo ao tratamento da informação, que é sempre mais cuidado.

Nesta transposição da informação de uma língua para outra há sempre ideias, que ao serem interpretadas noutra língua, perdem a força no sentido em que são ditas. Hervey e Higgans (cit. SORBY, 114) sublinham que mesmo que exista uma pequena distância cultural entre o emissor e o recetor existe uma limitação que vai distorcer a mensagem: “os efeitos podem ser na melhor das hipóteses semelhantes no sentido global e limitado; nunca podem ser o ‘mesmo’” (SORBY, 2006, 114).

Na tradução perdem-se ainda elementos fundamentais inerentes à própria língua. Umberto Eco (2001, 11) lembra o slogan “I like Ike”, evocado por Roman Jakobson, e que em português teria a tradução “Gosto do Ike”. Umberto Eco lembra que se o conteúdo da mensagem é conservado, o total sentido da frase não é conseguido com a tradução. O slogan é enriquecido pela sugestão fonética e no ritmo que não consta na frase que resulta da tradução. Claro está que na tradução do chinês para o português os jornalistas portugueses são incapazes de verificar estas perdas.

Na reportagem é preciso ainda ultrapassar a barreira cultural. A língua é um ato social e como tal resulta de uma representação cultural. “Discursos em diferentes países, produzem diferentes efeitos e são usados para referir diferentes hábitos. Produzem diferentes histórias” (ECO, 2001, 18). Neste processo da tradução as perdas são sempre efetivas. Hervey e Higgans (cit. SORBY, 2006, 114) defendem: “A um texto traduzido faltará sempre determinadas características culturalmente relevantes que estão presentes no texto fonte. Um importante corolário deste conceito de perdas de tradução é que inclui qualquer falha em repetir exatamente o texto fonte, se isso envolver perda de características no texto traduzido, ou acrescentos”.

No processo da tradução algo que não conseguimos controlar é a forma como a pergunta é feita e se terá a mesma eficácia ao ser transportada para outro idioma. Vejamos um exemplo de como o tradutor transcreveu algumas das perguntas que fez ao entrevistado no âmbito da reportagem “Os sem abrigo de Macau”¹³, emitida a 28 de outubro de 2012 pela *Rádio Macau*:

P: Há casos que voltam novamente para a rua?

¹³Reportagem disponível na página da internet da *Rádio Macau*: http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=p3

P: Que trabalho é que o centro fornece às pessoas (8 indivíduos) que dormem na rua?

Os jornalistas devem estar cientes das diferentes conotações das palavras e das traduções que têm num sentido mais amplo. O uso de determinadas palavras é reflexo do grau cultural das pessoas, e sem dúvida que um médico e um comerciante falarão de forma diferente. “Uma vez que as línguas expressam culturas, os tradutores devem ser biculturais, não bilingues” (LEFEVERE e BASSNETT, 1990, 10).

7. Conclusão

Macau, apesar de ser desde 1999 uma Região Administrativa Especial da República Popular da China, mantém como valores essenciais da sua estrutura a liberdade de imprensa e de expressão. Os meios de comunicação social em língua portuguesa continuam, quase catorze anos depois de transferência de administração, a ter um papel relevante na sociedade e dão sinais de vitalidade no novo contexto social, político e económico de Macau. Esses sinais são visíveis na tentativa de renovação da oferta dos meios de comunicação, seja com a criação de novos programas ou com a tentativa de ser mais ousado no contexto atual, como aconteceu com o *Jornal Tribuna de Macau* quando avançou para a publicação sete dias por semana. As regras do mercado acabaram, no entanto, por inviabilizar o projeto.

A imprensa em língua inglesa, em franca expansão nos últimos anos, trouxe valor acrescentado ao setor. Não sendo propriamente olhada como concorrente, porque os públicos são distintos, a imprensa em língua inglesa vem reforçar a ideia que o segundo sistema – sob os princípios democráticos – está vivo em Macau e que a imprensa de Macau tem ainda margem para evoluir.

A imprensa de Macau para sobreviver está, no entanto, dependente dos subsídios governamentais, uma ajuda essencial para que mantenha uma atividade de qualidade face à ausência de um mercado publicitário e ao reduzido número de leitores. Esses apoios, que datam do tempo da administração portuguesa, visam apenas a imprensa chinesa e portuguesa – por serem as línguas oficiais do território – e o seu valor tem aumentado substancialmente. A dependência destes subsídios não me parece, no entanto, uma forma dissimulada de controlo por parte do Executivo uma vez que o apoio é dado de forma igualitária a todos os meios de comunicação. Estes apoios são um forte apoio para a sobrevivência da imprensa face à ausência de um mercado publicitário e de valores elevados nas receitas em banca.

O jornalismo em Macau está, no entanto, sob uma ausência de regras de conduta, como sejam um código deontológico e um Estatuto, que permita de alguma maneira regular a profissão e poder responder perante os erros e os excessos eventualmente cometidos. Porém, os jornalistas de Macau, na imprensa portuguesa e inglesa são, na maioria, oriundos de Portugal, e, por tal, regem a sua conduta, ainda que de forma informal porque nada a isso os obriga, à luz do Código Deontológico e do Estatuto do Jornalista em vigor em Portugal. O que talvez justifique, entendo, o rigor e profissionalismo que, de uma maneira geral, transparece na comunicação social de Macau.

O contexto linguístico local condiciona, porém, a rotina do jornalista. A agenda da imprensa de Macau está fortemente condicionada pelo fator linguístico, sendo certo que a existência de um processo de tradução marca a seleção dos eventos que merecem cobertura jornalística. Daí que os eventos agendados pelos diversos organismos governamentais, por facultarem essa mesma tradução, têm um peso substancial na imprensa local. O Gabinete de Comunicação Social de Macau desempenha um papel fundamental na divulgação desses mesmos eventos, sendo por isso, uma base importante na elaboração da agenda do jornalista.

O jornalismo é hoje uma marca imprescindível das sociedades livres e democráticas. Os acontecimentos do dia-a-dia estão, porém, sujeitos a critérios que definem a sua noticiabilidade, os chamados valores-notícia. Fatores que, inconscientemente, fazem parte da rotina do jornalista e que estão na base do tratamento da informação que deve ser, primordialmente, transmitida com clareza, objetividade e concisão.

Na construção da realidade jornalística as fontes são um elemento essencial, sejam elas oficiais, não oficiais ou anónimas. A relação entre fonte e jornalista deve ser sagrada. A limitação das fontes é um dos problemas visíveis na imprensa de Macau, devido às condições geográficas do território e à barreira linguística.

A língua é o principal fator inibidor de um exercício completo da profissão de jornalista, em Macau. O chinês é uma língua extremamente difícil, num reflexo do que é a cultura chinesa e a própria China. A língua continua a ser uma limitação para o ocidental e o tradutor assume hoje, tal como no passado, um papel fundamental de mediador entre duas comunidades que habitam no mesmo espaço, mas que não conseguem comunicar.

A tradução e a interpretação são os pilares do trabalho do jornalista, atividades que, por não estarem isentas de subjetividade e sujeitas a adversidades, colocam, não raras as vezes, o jornalista em situações dúbias e perante incertezas que nem sempre são fáceis de gerir. Compreendendo que a tradução de chinês para português não seja a tarefa mais fácil, o certo é que todos os dias há exemplos de traduções imperfeitas que geram trabalhos jornalísticos com informações opostas, como foi o caso da notícia apresentada sobre a construção das 19 mil frações até ao final de 2012. Este tipo de situações exige dos profissionais uma atenção redobrada à informação que os intérpretes-tradutores veiculam. Além de mais o jornalista, porque lida diariamente com estes profissionais, que têm por missão serem fidedignos na transmissão da mensagem, não pode estar sempre a duvidar do que lhe é dito. A confiança que se estabelece com estes mediadores é essencial, embora os jornalistas sejam, por vezes, obrigados a duvidar de eventuais erros de tradução. O conhecimento da realidade e consequentemente o senso comum são elementos cruciais ao

jornalista. Às vezes a forma de dizer é tão confusa que o jornalista é obrigado a fazer primeiro um entendimento da mensagem que ouve correlacionando-a com o que sabe e conhece da realidade, para depois tentar obter mais esclarecimentos e, conseqüentemente, ser capaz de produzir uma informação mais correta, completa e devidamente enquadrada.

O trabalho do intérprete exige, por sua vez uma maior atenção, uma vez que a tradução é feita em tempo real, sem poder voltar atrás ou repensar o que foi transmitido. A tradução nunca pode ser uma transposição literal do que foi dito, uma vez que a linguagem é produto de uma cultura e, em Macau, coexistem duas culturas tão distintas como são a portuguesa e a chinesa. Estas diferenças sentem-se sobretudo com a reportagem. A maior dificuldade quando se entrevista chineses é perceber e transmitir elementos que são inerentes à própria linguagem, como os gestos, as entoações, as pausas. Elementos que o tradutor, por melhor que seja, não vai conseguir fazer transpor para o papel. Trabalhar diariamente com recurso a um mediador é sentir que não somos nós a olhar diretamente para os fatos. A realidade surge-nos através de um filtro, de uma forma parcial, e transmitida por um elemento que embora, conhecedor das duas comunidades, pertence culturalmente à comunidade que não a do jornalista português.

Se na interpretação se podem entender as falhas, o mesmo não se pode dizer da tradução de textos. A qualidade dos comunicados deixa algumas vezes a desejar bem como a fluidez da informação. É real e perceptível que Macau precisa de mais e melhores tradutores e, mais do que isso, tradutores especializados, à semelhança do que existe na região vizinha de Hong Kong. O jornalismo, enquanto ato comunicativo, está inserido numa cultura histórica, social, económica e política que determina a sua concretização e o seu resultado. As limitações da tradução determinam também a forma como os jornalistas comunicam.

A tradução é o maior desafio enquanto jornalista em Macau. O trabalho do intérprete-tradutor que diariamente lida com a imprensa portuguesa deve ser olhado com admiração pela importância e pela capacidade de dar a conhecer uma realidade tão distinta. Neste trabalho conjunto, a experiência ajuda a perceber como funciona este modelo triangular de comunicação (fonte – tradutor – jornalista) e a identificar eventuais falhas.

Espera-se que com este trabalho se tenha dado a conhecer um pouco mais sobre a realidade do jornalismo em Macau, tendo noção que muito terá ficado por dizer e por analisar. Espera-se igualmente que este trabalho possa ser uma porta que se abre para futuros estudos académicos sobre a imprensa portuguesa de Macau. Uma região chinesa onde o português, quase catorze anos passados sobre o fim da administração portuguesa, é ainda uma língua que

se mantém viva e preservada, apesar dos atropelos a que é sujeita diariamente e que tornam Macau tão especial.

8. Bibliografia

Aio, Michelle de Abreu (2012), *O Caso AF447: o jornalista como tradutor de fatos nas culturais brasileira e portuguesa*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Pós-graduação em Estudos da Tradução, disponível em http://www.pget.ufsc.br/curso/dissertacoes/Michelle_Aio_-_Dissertacao.pdf, consultado a 15 de março, 2013.

Agra, Klondy Lúcia de Oliveira (2007), *A integração da língua e da cultura no processo de tradução*, Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (Universidade da Beira Interior), disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/agra-klondy-integracao-da-lingua.pdf>, consultado a 1 de março de 2013.

Alves, Ana Cristina (2004), *Uma Viagem de Muitos Quilómetros Começa Sempre por um Passo*, Macau, COD, Coleção Ensaios do Meio.

Alves, Joaquim Morais (1985-1986), *A Administração Portuguesa de Macau e a Língua Chinesa: Relatório da Comissão para a Implementação da Língua Chinesa: Documentação Complementar*, Macau, Joaquim Morais Alves, João C. Reis, coordenação e edição.

Antunes, Marco António (2010), *Ética da comunicação e ética da informação: teoria sistemática*, Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (Universidade da Beira Interior), disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-etica-da-comunicacao-e-etica-da-informacao.pdf>, consultado a 1 de março de 2013.

Aznar, Hugo (1999), *Comunicación Responsable, Deontología y Autorregulación de los Media*, Barcelona, Ariel Comunicación.

Aznar, Hugo (1999b), *Ética y Periodismo: Autorregulación, Códigos, Estatutos de Redacción y Otros Documentos*, Barcelona, Paidós. Papeles de Comunicación.

Bani, Sara (2006), *An Analysis of Press Translation Process, pp35-46 in Conway, Kyle e Bassnett, Susan (org), Translation in Global News, Proceeding of the Conference held at the*

University of Warwick, 23 June 2006, Coventry, Reino Unido, Centre of Translation and Comparative Studies da University of Warwick.

Bassnett, Susan (2004), Translation Studies, Xangai, Shanghai Foreign Language Education Press, 3ª Edição.

Bielsa, Esperansa e Bassnett Susan (2009), Translation in Global News, Londres; Nova Iorque, Routledge.

Bourdieu, Pierre (2001), Sobre a Televisão, tradução de Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta Editora.

Branco, Lucia Castello (org.) (2008), A Tarefa-Renúncia do Tradutor, de Walter Benjamin, Quatro Traduções para o Português, Belo Horizonte, Fale/UFMG

Cabral, João de Pina e Lourenço, Nelson (1993), Em Terra de Tufões, Dinâmicas da Etnicidade Macaense, Macau, Instituto Cultural de Macau

Campos, Pedro Celso (2009), Gêneros do Jornalismo e Técnicas de Entrevista, Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (Universidade da Beira Interior), disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/campos-pedro-generos-do-jornalismo.pdf> consultado a 20 de março de 2013

Cheng, T. A. (1989), A Sintaxe do Cantonês e das Línguas Românicas (Estudo Contrastivo), Administração, n.º5, vol. II., 1989-3.º, pp 405-419.

Chen, Julia (2009), Preparação do Intérprete de Simultânea para os Julgamentos de Processos-Crime no Tribunal Judicial de Base, Macau, Universidade de Macau.

Cornu, Daniel (1994), Jornalismo e Verdade para uma Ética da Informação, Lisboa, Instituto Piaget.

Correia Fernando (1997), Os Jornalistas e as Notícias: A Autonomia em Questão, Lisboa, Caminho.

Dijk, Teun A. Van (1990), *La Notícia como Discurso*, Barcelona, Paidós

Eco, Umberto (1998), *Cinco Escritos*, Tradução de José Colaço Barreiros, Algés, Diefel.

Eco, Umberto (2001), *Experiences in Translation*, trad. de Alastair McEwwen, Toronto, University of Toronto Press Incorporated

Lefevere, André e Bassnett, Susan (1990), “*Proust’s Grandmother and the Thousands and One Night*”, in Lefevere, André e Bassnett, Susan, (ed.) *Translation, History and Culture*, Londres- Nova Iorque, Printer Publishers

Fontcuberta, Mar de (1999), *A Notícia – Pistas para Compreender o Mundo*, Lisboa, Coleção Media e Sociedade, Notícias Editorial.

Gambier, Yes (2006), “*Transformation in International News*”, pp. 9-22, in Conway, Kyle e Bassnett, Susan (org), *Translation in Global News*, Proceeding of the Conference held at the University of Warwick, 23 June 2006, Coventry, Reino Unido, Centre of Translation and Comparative Studies da University of Warwick.

Gomes, Rui Miguel (2009), *A Importância da Internet para Jornalistas e Fontes*, Lisboa, Coleção Media e Jornalismo, Editora Livros Horizonte.

Hall, Stuart, Chritcher, Chas, Jefferson, Tony, Clark, John e Roberts, Brian (1999), “*A produção social das notícias: o mugging dos media*”, pp. 224-248, in Traquina, Nelson (org.), (1999), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora, 2ª Edição

Hannas, C. William (1994), “*Reflections on the “Unity” of Spoken and Written Chinese and Academic Learning in China*”, Philadelphia, Sino-Platonic Papers, Philadelphia, disponível em http://www.sino-platonic.org/complete/spp062_chinese_language.pdf, consultado a 3 de março de 2013.

Hermans, Theo (2002), “*Paradoxe and aporias in translation and translation Studies*”, pp. 10-23, in Riccardi, Alessandra (org.), 2002, *Translation Studies, Perspectives on an Emerging Discipline*, Cambridge, Cambridge University Press

Hernández Guerrero, María José (2006), “*Técnicas específicas de la traducción periodística*”, Málaga, Quaderns. Revista de Traducción 13, pp.125-139, na versão eletrónica <http://ddd.uab.cat/pub/quaderns/11385790n13p125.pdf>, retirado a 12 de março de 2013.

Hernández Guerrero, María José (2008), “*La traducción periodística en los diarios españoles de information general*”, em Pegenaute, L; DE CESARIS, J.; TRICÁS, M. e BERNAL, E. [eds.] *Actas del III Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación. La traducción del futuro: mediación lingüística y cultural en el siglo XXI. Barcelona 22-24 de março de 2007*. Barcelona: PPU. Vol. n.º 2, pp. 359-368. Versão eletrónica disponível em www.aieti.eu/pubs/actas/III/AIETI_3_MJHG_Traduccion.pdf, retirado a 15 de março de 2013.

Jorge, Cecília (1992), *Intérpretes-Tradutores: A Ponte da Coexistência*, Macau, II Série, nº7, novembro 1992, 46-58

Koster, Cees (2002), *The Translator in between texts: on the textual presence of the translator as an issue in the methodology of comparative translation description*, pp. 24-37, in Riccardi, Alessandra (org.), 2002, *Translation Studies, Perspectives on an Emerging Discipline*, Cambridge, Cambridge University Press

Li, Alexandre Ching (1994), *A Estrutura da Língua Chinesa= 漢語結構*, Macau, Fundação Oriente

Li, Defeng (2006), “*Translator as Well as Thinkers: Teaching of Journalistic Translation in Hong Kong*”, *Meta: jornal des traducteurs/Meta: Translator’ Journal*, vol.51, nº3, setembro, 2006, pp. 611-619, disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/013566ar>, consultado a 15 de março de 2013

Macau 2012 – Livro do Ano (2012), Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau.

Martins, Fabio Peres de Berredo (2008), *Jornalismo Público e Privado: o Modelo da Dependência Pública*, Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação

(Universidade da Beira Interior), disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/martins-fabio-jornalismo-publico-e-privado.pdf>, consultado a 1 de março de 2013.

Meditich, Eduardo (1999), *A Rádio na Era da Informação, Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo*, Coimbra, Minerva, Coleção Comunicação.

Meneses, João Paulo (2003), *Tudo o que se passa na TSF... para um “livro de estilo”*, Porto, Edição Jornal de Notícias.

Molotch, Harvey e Lester, Marylin, (1999) *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico e acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*, pp. 34- 51 in Traquina, Nelson Org (1999), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora, 2ª Edição

Neves, João Alves das (1999), *A imprensa de Macau e as Imprensas de Língua Portuguesa no Oriente*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

Nord, Christiane (2005), *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*, Second Edition, Amesterdão – Nova Iorque, Editions Rodopi B.V.

Paiva, Maria Manuela Gomes (2001), *Do Passado ao Futuro – O Intérprete-Tradutor na Sociedade de Macau*, Administração, nº52, Vol. XIV, 2001-2º, pp. 803-810

Paiva, Maria Manuela Gomes (2004), *Encontros e Desencontros da Coexistência, O Papel do Intérprete-Tradutor na Sociedade de Macau*, Macau, Livros do Oriente

Pereira, Fábio Henrique (2003), *O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de ‘jornalista sentado’*, Brasília, Universidade de Brasília, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-jornalista-on-line-novo-status.pdf>, consultado a 13 de março de 2013

Pereira, Francisco Gonçalves (1995), Portugal, a China e a “Questão de Macau”, Macau, Livros do Oriente, Coleção Memória do Oriente.

Pina, Sara (2000), A Deontologia dos Jornalistas Portugueses, Coimbra, Coleção Minerva.

Ponte, Cristina (2004), Contributos para uma Análise do Discurso Jornalístico, Lisboa, Livros Horizonte

Reiss, Katharina (2000), Translation Criticism, The Potentials and Limitations: Categories and Criteria for Translation Quality Assessment; tradução de Erroll F. Rhodes, Manchester, Inglaterra, St. Jerome Publishing

Ribeiro, Fernando Curado (1964), Rádio: Produção- Realização- Estética, Lisboa, Coleção Arcádia 4 - série especial.

Riccardi, Alessandra (2002) *Translation and Interpretation*, pp. 75-91, in Riccardi, Alessandra (org.), 2002, Translation Studies, Perspectives on an Emerging Discipline, Cambridge, Cambridge University Press

Rocha, Heitor Costa Lima (2007), *Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia*, Estudos em Comunicação nº2, 171-183, disponível em <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Rocha-verdade-e-rigor-no-jornalismo.pdf>, consultado a 25 de março de 2013

Rodrigues, Adriano Duarte (1994), Comunicação e Cultura: A Experiência Cultural na Era da Informação, Lisboa, 1ª edição, Presença.

Silva, Henrique Rola da (1991), A Imprensa Chinesa de Macau, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau.

Silva, Henrique Rola da (1992), A Informação Portuguesa de Macau, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau.

Sorby, Stella (2006) “*Translation News from English to Chinese: Complementary and Derrogation Language Usage*”, in Conway, Kyle e Bassnett, Susan (org), Translation in Global News, Proceeding of the Conference held at the University of Warwick, 23 June 2006, Coventry, Reino Unido, Centre of Translation and Comparative Studies da University of Warwick.

Sousa, Jorge Pedro (2002), *A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referencia: Um estudo exploratório*, Covilhã: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (Universidade da Beira Interior), disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.html, consultado a 1 de março de 2013.

Tsai C. (2006), “*Translation Through Interpreting: A Television Newsroom Model*” pp-59-72, in Conway, Kyle e Bassnett, Susan (org), Translation in Global News, Proceeding of the Conference held at the University of Warwick, 23 June 2006, Coventry, Reino Unido, Centre of Translation and Comparative Studies da University of Warwick.

Thieberge, Richard (1980), *A Linguagem da Tradução*, pp 118- 131, in Ladmiral, Jean-René, *A Tradução e os Seus Problemas*, (1980), trad. Luísa Azuaga, Lisboa, Edições 70

Traquina, Nelson (1999), *As notícias*, pp. 167-176, in Traquina, Nelson Org (1999), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Lisboa, Vega Editora, 2ª Edição

Traquina, Nelson (2007), *O Que é o Jornalismo*, Lisboa, Quimera, 2ª edição.

Wolf, Mauro (1999), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 5ª edição

Yanes, Rafael Mesa (2004), *Géneros Periódicos y Géneros anexos – Una Propuesta Metodológica para el Estúdio de los Textos Publicados en Prensa*, Madrid, Editorial Franja

Zipser, Meta Elisabeth e Polchlopek, Silvana (s/d), “*Do Fato a Reportagem: O Ambiente da tradução jornalística*”, disponível em <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/ditoefeito1/do%20fato%20%C3%A0%20reportagem.htm>, consultado a 15 de outubro de 2012

Zipser, Meta Elisabeth e Polchlopek, Silvana Ayub (2009), *A Interface Tradução - Jornalismo: Uma Nova Experiência em Tradução*. Eletras, vol. 18, n.18, jul.2009, pp 195-210
in

http://www.utp.br/eletras/ea/eletras18/texto/artigo_18.3_Meta_Elisabeth_Zipser_Silvana_Ayub_Polchlopek_A_interface_traducao_jornalismo.pdf, consultado em 15 outubro de 2012.

Artigos

Ascenso, Rodolfo, “Editorial, A Newspaper is born”, *Macau Daily Times*, 01/06/2007

Azevedo, Paulo A., “Editorial, Timely”, *Macau Business*, maio de 2004

Azevedo, Paulo A., “Uncompromising journalism”, *Business Daily*, 02/04/2012

Azevedo, Tiago, “Editorial quality and trust”, *Business Daily*, 02/04/2012

Barbosa, Paulo, “Essential leva luxo às bancas”, *Jornal Tribuna de Macau*, 30/03/2011

Barreira, Ninélio, “Memórias do Rádio Clube”, *Macau*, II Série nº28, 1993, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau

B.H., “Casinoleaks terá sido pressionado”, *Ponto Final*, 17/09/2012

“Bless by the luck of the seahorse”, *Business Daily*, 02/04/2012

Bruning, Harald, “Editorial, Connecting Macau”, *Macau Post Daily*, 27/08/2004

Carvalho, Raquel, “O Clarim retoma “doutrina social da Igreja”, *Jornal Tribuna de Macau*, 08/09/2010

Charter of Ethics, *Macau Daily Times*, 01/06/2007

Dinis, José Rocha, “TV Macau: um sonho com mais de cinco anos”, *Tribuna de Macau*, 19/05/1984

Dinis, José Rocha, “Editorial – ‘Machadada’ na imprensa portuguesa de Macau”, *Jornal Tribuna de Macau*, 09/11/1999

Dinis, José Rocha, “Editorial, O JTM deixa de ser ‘verdadeiramente’ diário”, *Jornal Tribuna de Macau*, 26/07/2009

“Edifício Cheng I vai disponibilizar 650 frações”, *Rádio Macau*, 5/11/2012, http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=nd&sk=edificio%20&nid=3063, retirado a 12 de abril de 2013.

Editorial Status, *Macau Daily Times*, 01/06/2007

Estatuto Editorial, *Ponto Final*, 18/12/1991

Estatuto Editorial, *Ponto Final*, 25/09/1992

Estatuto Editorial, *Jornal Tribuna de Macau*, 01/06/1998

Estatuto Editorial, *Hoje Macau*, 05/09/2001

Estatuto Editorial, *O Clarim*, disponível em <http://www.oclarim.com.mo/>, consultado a 12 de janeiro de 2013

“Ecce Homo”, *Ponto Final*, 01/08/1992

“Fast your seatbelts”, *Macau Closer*, fevereiro 2007

Fraser, Niall, “Macau casino 'crime watchdog' is shut down”, *South China Morning Post*, 16/09/2012 (consultado na versão digital em www.scmp.com)

Freitas, Joana, “Novos tetos concluídos”, *Hoje Macau*, 6/11/2012

“Incidente no serviço de dados de telecomunicações móveis de Hutchison- Telefones (Macau), Limitada, Gabinete de Comunicação Social, 15/6/2012

José, Carlos Morais, “Editorial”, *Hoje Macau*, 05/09/2001

José, Carlos Morais, “Editorial, Um jornal para todos”, *Hoje Macau*, 02/05/2008

José, Carlos Morais, “A vida continua”, *Hoje Macau*, 01/09/2009

“JTM passa a sair aos domingos”, *Jornal Tribuna de Macau*, 17/05/2006

“JTM regressa na terça-feira”, *Jornal Tribuna de Macau*, 30/12/2011

Lai, Tony, “Govt to miss target for public housing”, *Business Daily*, 6/12/2012

Macau, I Série, n.º1, maio, 1987

Macau, IV Série, n.º1, dezembro, 1987

“MDTimes five days a week”, *Macau Daily Times*, 28/11/2011

“Nota do editor”, *Macau*, II Série, n.º1, maio, 1992

“Novo posicionamento da TDM para serviço público de Radiodifusão”, Gabinete de Comunicação Social, 6/11/2010, disponível em www.gcs.gov.mo, retirado a 22 de janeiro de 2013

“Novo rumo”, *Ponto Final*, 01/08/1992

Nunes, Sónia, “Regulamento pode ser ilegal”, *Ponto Final*, 25/02/2011

“O que vimos”, *O Clarim*, 02/05/1948

Ortet, Luis, “Suplemento Tai Chun Pou em novo formato”, *Tai Chun Pou*, 22/04/2008

“Palavras prévias”, *Ponto Final*, 25/09/1992

“Participação da Comitativa do Governo da RAEM na Sessão do Exame das Políticas Comerciais no contexto da Organização Mundial do Comércio” – *Gabinete de Comunicação Social*, 27/05/2013, disponível em www.gcs.gov.mo, retirado a 22 de maio de 2013

Pinto, Ricardo, “Comunicação social: dois séculos de expansão”, *Macau*, II Série n.º 16, agosto, 1993, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau

Pinto, Ricardo, “Editorial, Tempo de mudança”, *Ponto Final*, 18/02/2002

Policy Statement, *Macau Business*, maio de 2004

Rego, Paulo, “A imprensa hoje é formidável”, *Ponto Final*, 30/10/2012

Rego, Paulo, “Quando o futuro era a rádio...”, *Macau*, II Série n.º 28, agosto, 1994, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau

“Serviços de Turismo prometem melhorar gestão das fronteiras”, *Rádio Macau*, 14/02/2013, disponível em http://portugues.tdm.com.mo/radio_new.php?ra=nd&sk=servi%C3%A7os%20de%20turismo&nid=3663, retirado a 29 de março de 2013

Severino, João, “Justiça”, *Macau Hoje*, 31/08/2001

“Teledifusão de Macau”, *Gazeta Macaense*, 05/10/1982

Vieira, Joaquim, “Derradeiros atos desta peça vão desenrolar-se em Lisboa”, *Tribuna de Macau*, 09/07/1988

Legislação:

Código de Processo Civil, Aprovado por Decreto-Lei n.º 55/99/M, Boletim Oficial n.º40, I Série, de 04/10/1999, disponível em <http://pt.io.gov.mo/>

Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, disponível em <http://pt.io.gov.mo/>

Decreto-Lei n.º 27-E/79/M, Aprova o Diploma Orgânico da Direção dos Serviços de Turismo e Comunicação Social, Boletim Oficial n.º 38, Sup 2, de 28/09/1979

Decreto-Lei n.º 43/79/M, Autoriza o Governo do Território a celebrar um contrato com a Radiotelevisão Portuguesa, E.P, Boletim Oficial n.º 52, Sup 2, de 31/12/1979, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013

Decreto-Lei n.º 29/81/M, Autonomiza a Repartição de Comunicação Social da Direção dos Serviços de Turismo e Comunicação Social, da referida Direção, passando a designar-se Gabinete de Comunicação Social, Boletim Oficial n.º 35, de 29/08/1981

Decreto-Lei n.º 56/82/M, Cria a Empresa Pública de Teledifusão de Macau, Boletim Oficial n.º 40, de 04/10/1982

Decreto-Lei n.º 9/87/M, Aprova o Estatuto de Empresa de Teledifusão de Macau (TDM). – Revoga o Decreto-Lei n.º 56/82/M de 4 de outubro, Boletim Oficial n.º 8, Sup., de 23/02/1987

Decreto-Lei n.º 7/88/M, Extingue a Empresa Pública de Teledifusão de Macau, E.P., publicado em Boletim Oficial n.º 5, de 01/02/1988, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013

Despacho n.º 17/SAAS/86, Sobre o fornecimento de serviços do Gabinete de Comunicação Social aos Jornais, Boletim Oficial n.º 37, de 13/09/1986

Despacho n.º 111/GM/87, Respeitante ao regime de apoio à Imprensa do Território, Boletim Oficial n.º 51, de 21/12/1987

Despacho do Chefe do Executivo n.º 210/2000, Aprova o sistema de incentivos para o aumento da competitividade da imprensa informativa periódica local, Boletim Oficial n.º 46, I Série, de 13/11/2000

Despacho do Chefe do Executivo n.º 76/2001, Prorroga o período de duração do sistema de incentivos para o aumento da competitividade da imprensa informativa periódica local, criado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 210/200, Boletim Oficial n.º 18, I Série, de 02/05/2001

Despacho do Chefe do Executivo n.º 145/2002, Regula o sistema de apoios do Governo da Região Administrativa Especial de Macau às publicações periódicas para assegurar condições adequadas ao exercício do direito à informação — Revoga o Despacho n.º 122/GM/91, de 25 de julho, Boletim Oficial n.º 26, I Série, de 01/07/2002

Despacho do Chefe do Executivo n.º 296/2005, Autoriza a celebração do contrato para a prestação de serviços de produção redatorial, gráfica e industrial, distribuição, promoção, gestão e divulgação por meios electrónicos da Revista Macau em língua portuguesa ao Gabinete de Comunicação Social, publicado em Boletim Oficial n.º 38, I Série, de 19/09/2005, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013.

Despacho do Chefe do Executivo n.º 258/2009, Autoriza a celebração do contrato para a prestação de serviços de produção redatorial, gráfica e industrial, distribuição, promoção, gestão e divulgação por meios electrónicos da Revista Macau em língua inglesa ao Gabinete de Comunicação Social, publicado em Boletim Oficial n.º 29, I Série, de 20/07/2009, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013.

Despacho do Chefe do Executivo n.º 99/2010, Cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Estratégico da TDM – Teledifusão de Macau, S.A., publicado em Boletim Oficial n.º 17, I Série, de 26/04/2010, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013

Despacho do Chefe do Executivo n.º 289/2012, Autoriza a celebração do contrato para a prestação de serviços de produção redatorial, gráfica e industrial, distribuição, promoção, gestão e divulgação por meios electrónicos da Revista Macau em língua portuguesa ao Gabinete de Comunicação Social, publicado em Boletim Oficial n.º 44, I Série, de 29/10/2012, retirado de <http://pt.io.gov.mo/> a 10/01/2013.

Extrato da escritura de renovação do contrato de concessão do Serviço Radiodifusão Televisiva e Sonora, Boletim Oficial n.º 31, II Série, de 03/08/2005.

Lei n.º 7/90/M – Aprova a Lei de Imprensa de Macau. – Revogações, Boletim Oficial n.º32, de 06/08/1990

Lei Básica de Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, adoptada em 31 de março de 1993, pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e promulgada pelo Decreto n.º 3 do Presidente da República Popular da China para entrar em vigor no dia 20 de dezembro de 1999, in <http://pt.io.gov.mo/>.

Lista dos apoios financeiros concedidos a particulares e instituições particulares referente ao 4º trimestre de 2000, publicado em Boletim Oficial n.º5, II Série, de 31/01/2001

_____ 2º trimestre de 2001, publicado em Boletim Oficial n.º28, II Série, de 11/07/2001

_____ 3º trimestre de 2002, publicado em Boletim Oficial n.º41, II Série, de 09/10/2002

_____ 4º trimestre de 2002, publicado em Boletim Oficial n.º3, II Série, de 15/01/2003

_____ 2º trimestre de 2003, publicado em Boletim Oficial n.º30, II Série, de 23/07/2003

_____ 4º trimestre de 2003, publicado em Boletim Oficial n.º3, II Série, de 21/01/2004

_____ 1º trimestre de 2004, publicado em Boletim Oficial n.º17, II Série, de 28/04/2004

_____ 2º trimestre de 2004, publicado em Boletim Oficial n.º29, II Série, de 21/07/2004

_____ 3º trimestre de 2004, publicado em Boletim Oficial n.º42, II
Série, de 20/10/2004

_____ 3º trimestre de 2005, publicado em Boletim Oficial n.º42, II
Série, de 19/10/2005

_____ 3º trimestre de 2006, publicado em Boletim Oficial n.º43, II
Série, de 25/10/2006

_____ 2º trimestre de 2007, publicado em Boletim Oficial n.º30, II
Série, de 25/07/2007

_____ 2º trimestre de 2008, publicado em Boletim Oficial n.º31, II
Série, de 30/07/2008

_____ 2º trimestre de 2009, publicado em Boletim Oficial n.º29, II
Série, de 22/07/2009

_____ 2º trimestre de 2010, publicado em Boletim Oficial n.º 30, II
Série, de 28/07/2010

_____ 2º trimestre de 2011, publicado em Boletim Oficial n.º29, II
Série, de 20/07/2011

_____ 2º trimestre de 2012, publicado em Boletim Oficial n.º31, II
Série, de 01/08/2012

Relatórios

Relatório de Auditoria de Resultados – Regalias Sociais e Gestão do Regime de Deslocações em Serviço do Pessoal da TDM- Teledifusão de Macau, S.A., da responsabilidade do Comissariado da Auditoria de Macau, datado de outubro de 2010, retirado de www.ca.gov.mo, a 22 de janeiro de 2013.

Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Estratégico da TDM- Teledifusão de Macau, de novembro de 2010, retirado de http://portal.gov.mo/web/guest/tm_report_2010, a 22 de janeiro de 2013.

Outros:

Certificate of circulations – Print and digital editions – South China Morning Post, <http://www.hkabc.com.hk/en/index.htm>, consultado a 11 de fevereiro de 2013.

Censos 2011, Macau, disponível em <http://censos.dsec.gov.mo/>, retirado a 10 de fevereiro de 2013

Censos 2011, Hong Kong, disponível em <http://www.census2011.gov.hk/pdf/summary-results.pdf>, retirado a 10 de fevereiro de 2013

9. Anexos

Anexo 1 - Tabela dos apoios concedidos à imprensa de Macau

Beneficiários dos apoios financeiros	2000	2001	2002 *	2003*	2004*
TDM – Teledifusão de Macau, S.A.				100,000.00MOP (≅9,505.00 EUR)	150,000.00MOP** (≅14,258.00EUR) 10,000.00 MOP (≅9,505.00 EUR)
Macao Daily News – Ou Mun	300,000.00 MOP (≅28,517.00 EUR)	600,000.00 MOP (≅57,034.00 EUR)	705,000.00 MOP (≅67,015.00 EUR)	618,000.00MOP (≅58,745.00EUR)	618,000.00MOP (≅58,745.00EUR)
Jornal Va Kio	300,000.00 MOP (≅28,517.00 EUR)	600,000.00 MOP (≅57,034.00 EUR)	705,000.00 MOP (≅67,015.00 EUR)	618,000.00MOP (≅58,745.00EUR)	618,000.00MOP (≅58,745.00EUR)
Tai Chun Pou	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	519,000.00 MOP (≅49,334.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Cheng Pou	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	520,370.00 MOP (≅49,464.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Jornal do Cidadão	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	519,000.00 MOP (≅49,334.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Jornal Seng Pou	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	519,000.00 MOP (≅49,334.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Jornal San Wa Ou	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	520,055.00 MOP (≅49,434.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Today Macau Journal	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	519,000.00 MOP (≅49,334.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Macau Hoje	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	***		
Jornal Tribuna de Macau	210,000.00 MOP (≅19,961.00 EUR)	420,000.00MOP (≅39,923.00 EUR)	594,000.00 MOP (≅56,463.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)

Jornal Si-Si	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	267,308.80 MOP (≅25,409.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
Semanário Desportivo de Macau	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	267,000.00 MOP (≅25,380.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
Jornal “O Pulso de Macau”	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	269,000.00 MOP (≅25,570.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
Ponto Final	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00 EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)	594,000.00MOP (≅56,463.00EUR)
Jornal Informação	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	267,000.00 MOP (≅25,380.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
O Clarim	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	273,000.00 MOP (≅25,969.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
Recreativo de Macau	90,000.00 MOP (≅8,555.00 EUR)	180,000.00 MOP (≅17,110.00EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)	342,000.00 MOP (≅32,509.00 EUR)
Total	2,910,000.00MOP (≅276,615.00EUR)	5,820,000.00MOP (≅553,321.00EUR)	7,398,933.80MOP (≅703,320.00EUR)	8,464,000.00MOP (≅804,562.00EUR)	8,614,000.00MOP (≅818,821.00EUR)

*Os apoios do Governo foram dados por duas vezes no mesmo ano.

** Apoio recebido para a transmissão direta dos jogos do EURO- 2004 – Aperfeiçoamento dos equipamentos de transmissão e atividades de formação.

*** O jornal *Macau Hoje* encerra em 2001.

Beneficiários dos apoios financeiros	2005	2006	2007	2008	2009
TDM – Teledifusão de Macau, S.A.					
Macao Daily News – Ou Mun	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)
Jornal Va Kio	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	819,000.00 MOP (≅77.851.00EUR)	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)
Tai Chun Pou	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Cheng Pou	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Jornal do Cidadão	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Jornal Seng Pou	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Jornal San Wa Ou	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Today Macau Journal	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Jornal Tribuna de Macau	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Jornal Si-Si	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
Semanário Desportivo de Macau	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
Jornal “O Pulso de Macau”	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
Ponto Final	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)

Jornal Informação	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
O Clarim	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
Hoje Macau****			617,800.00 MOP (≅58,726.00 EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)
Recreativo de Macau	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	352,300.00 MOP (≅33,488.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)
Total	8,694,200.00MOP (≅826,444.00EUR)	8,694,200.00MOP (≅826,444.00EUR)	9,312,000.00MOP (≅885,171.00EUR)	10,243,200.00MOP (≅973,688.00EUR)	10,243,200.00MOP (≅973,688.00EUR)

**** O *Hoje Macau*, fundado em 2001, só começa a receber os apoios do Governo a partir de 2007 devido à revisão da legislação dos apoios aos meios de comunicação, em 2002, que impunha que o jornal fosse publicado, no mínimo, há cinco anos.

Beneficiários dos apoios financeiros	2010	2011	2012
TDM – Teledifusão de Macau, S.A.			
Macao Daily News – Ou Mun	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)	954,954.00MOP (≅90,775.00EUR)	954,954.00MOP (≅90,775.00EUR)
Jornal Va Kio	900,900.00MOP (≅85,636.00EUR)	954,954.00MOP (≅90,775.00EUR)	954,954.00MOP (≅90,775.00EUR)
Tai Chun Pou	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Cheng Pou	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Jornal do Cidadão	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Jornal Seng Pou	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Jornal San Wa Ou	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Today Macau Journal	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Jornal Tribuna de Macau	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Jornal Si-Si	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
Semanário Desportivo de Macau	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
Jornal “O Pulso de Macau”	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
Ponto Final	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)

Jornal Informação	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
O Clarim	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00MOP (≅39,047.00EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
Hoje Macau	679,580.00MOP (≅64,598.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)	720,355.00MOP (≅66,474.00EUR)
Recreativo de Macau	387,530.00 MOP (≅36,837.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)	410,782.00 MOP (≅39,047.00 EUR)
Total	10,243,200.00MOP (≅973,688.00EUR)	10,875,795.00MOP (≅1,032,109.00EUR)	10,875,795.00MOP (≅1,032,109.00EUR)

Fonte: Boletim Oficial

ponto final

Regulamento pode ser ilegal

Juristas ouvidos pelo PONTO FINAL consideram que o regime de classificação de deficiências devia ter sido aprovado por lei e não por regulamento administrativo. Os deputados dizem que foi alterado o curso normal dos trabalhos legislativos.

● Sónia Nunes - sonianunes.pontofinal@gmail.com

O regime de atribuição do subsídio de invalidez pode ter problemas de legalidade. Juristas explicaram a este jornal que a classificação dos tipos e graus de deficiência não deveria ter sido feita através de regulamento administrativo. A matéria, acrescentam, refere-se a direitos fundamentais – que só podem ser tratados por lei. Já os deputados dizem que o acto normativo do Governo foi publicado antes de tempo.

A proposta de lei que prevê o acesso gratuito a cuidados de saúde e atribuição de um subsídio de invalidez (de mil ou 500 patacas por mês, conforme o grau de incapacidade) aos residentes permanentes classificados como portadores de deficiência foi este mês aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa (AL). A discussão na especialidade do diploma arrancou na sexta-feira, e voltou a lançar o debate sobre a hierarquia entre leis e regulamentos administrativos – e sobre as matérias que devem ser reguladas por cada um.

O que se passa em relação ao subsídio de invalidez? Existe uma proposta de lei que estipula como é que o apoio é atribuído e um regulamento administrativo anterior que

Uma norma que estipula quem é ou não portador de deficiência teria de ser determinada por lei e não através de regulamento administrativo. Isto porque se trata de uma matéria que entrará na esfera dos direitos fundamentais, já que diz respeito à definição de um estatuto pessoal de um cidadão.

determina a quem é atribuído esse apoio. Há aqui duas questões. A primeira está em saber se a definição de quem é portador de deficiência pode ser imposta por um acto normativo do Chefe do Executivo – segundo juristas ouvidos pelo PONTO FINAL não pode. O segundo enquadra-se no facto de a proposta de lei ser posterior ao regulamento administrativo. Começamos pelo que ocupa os

deputados: “Foi aprovado um regulamento administrativo antes de uma lei. Se fosse ao contrário, tudo bem”, referiu Chan Chak Mo, presidente da 2ª Comissão Permanente da AL, em declarações reproduzidas pela Rádio Macau.

Se a ordem tivesse sido outra estaria tudo bem, porque seria o curso normal das coisas e não se corria o risco de a lei (que prevalece sobre todos os actos normativos) estar subordinada a um regulamento administrativo. Ou seja, não havia a hipótese de o Governo alterar, sem precisar do aval dos deputados, as condições de atribuição do subsídio de invalidez, cartão do deficiente e de acesso gratuito aos cuidados de saúde.

De acordo com a Rádio Macau, os deputados estão surpreendidos pelo facto de a proposta de lei (que já aprovaram por unanimidade na generalidade) ter artigos que prevêem que o Chefe do Executivo

possa mudar determinadas normas. É o que acontece com as formalidades do pedido de acesso ao subsídio (documentos a entregar pelos candidatos) e o período

de atribuição do apoio, que podem ser alterados por despacho.

São estas as questões que os deputados pretendem debater com o Governo na próxima reunião da Comissão que, segundo Chan Chak Mo, deverá acontecer durante esta semana. Fica ainda uma pergunta no ar: o regulamento administrativo é legal?

Dos direitos fundamentais

O regulamento administrativo de que estamos a falar chama-se “regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” e foi aprovado a 7 de Janeiro. É neste diploma que se define o tipo e os graus de deficiência que são reconhecidos em Macau e os critérios de avaliação do nível de invalidez que vão ser tidos em conta pelo Instituto de Acção Social (IAS) aquando da atribuição do apoio e do cartão.

Segundo juristas ouvidos pelo PONTO FINAL, uma norma que estipula quem é ou não portador de deficiência teria de ser determinada por lei e não através de um regulamento administrativo. Isto porque se trata de uma matéria que diz respeito à definição de um estatuto pessoal de um cidadão que, além de ser residente da RAEM, passa também, por exemplo, a ser considerado um deficiente motor profundo. A confirmar-se esta leitura (que não é consensual), o grau e tipo de deficiências que determinam a atribuição do subsídio de invalidez entram na esfera dos direitos, liberdades e garantias – matérias que, em respeito pelo regime de endramento das

fontes normativas, aprovado em 2009, têm de ser tratadas através de lei.

A notícia que este jornal publicou na semana passada sobre as dúvidas da Associação para o Desenvolvimento Infantil de Macau em relação aos critérios do Governo para avaliar os tipos de deficiência pode ajudar

a perceber de que forma o regulamento administrativo diz respeito à vida das pessoas. Eliana Calderon, coordenadora da associação que acompanha sobretudo crianças autistas, diz não estar certa de que distúrbios de ordem neurológica (como a dislexia ou o défice de atenção) estejam enquadrados no regime de classificação. O IAS garante que sim, mas inclui como um dos critérios que os beneficiários “tenham uma inteligência abaixo da média”. Ora, conforme foi explicado por Eliana Calderon, há autistas que apresentam elevados quocientes de inteligência.

Soluções possíveis

Não havendo um tribunal constitucional em Macau, como é que se sabe se um regulamento administrativo é ou não legal? Há duas hipóteses e as duas remetem para a justiça e para uma acção de particulares.

Vamos supor que um cidadão, que achava que reunia condições para ter acesso ao subsídio, ficou excluído do regime de classificação do IAS. Os representantes legais podem levar o caso ao Tribunal Administrativo, alegando que a decisão do Governo resulta de uma norma ilegal porque devia ser tida feita por lei e não por regulamento administrativo. Mas, neste cenário, a sentença do tribunal produz apenas resultado em relação ao caso que está a ser julgado: mesmo que os juizes digam que há ilegalidade, a decisão não tem efeitos gerais.

Para haver um pedido de impugnação de um regulamento administrativo é preciso que haja três decisões relativas a três casos concretos que digam que a norma é ilegal – a não ser que a questão seja levantada pelo Ministério Público. Acresce que estes processos são julgados, em primeira instância, pelo Tribunal de Segunda Instância – ou seja, só há recurso para o Tribunal de Última Instância.

De acordo com juristas contactados por este jornal, a solução mais prática e mais simples para o complexo regime legal da atribuição do subsídio de invalidez é copiar e colar: incluir na proposta de lei as normas que constam do regulamento administrativo. Assim, as condições de acesso ao apoio ficam definidas na lei (o Chefe do Executivo, se decidir alterá-las, terá de ter a aprovação dos deputados) e quase que dá por esquecer que existe a hipótese de haver um regulamento administrativo sobre direitos fundamentais.



the US-China Economic and Security Commission and its perceived anti-China bias may have been a factor.

The site published publicly available documents on big and small players in Macau's murky casino junkets - the companies who bring in the big-money gamblers who provide the bulk of Macau's gaming revenue.

It also featured profiles on major VIP room and junket operators and about VIP gaming in Macau.

Its closure comes amid reports in Macau that notorious 14K triad boss "Broken Tooth" Wan Kuok-koi will be released from jail on December 1 this year and is planning to re-enter the casino junkets business.

Wan was a junket boss before he was jailed 14 years ago for organised crime offences.

This article first appeared in the South China Morning Post print edition on Sep 16, 2012 as "Triad-busting" casino website is closed down

[real-national-interest](#)
19 Mar 2013

Message from Xi to Hong Kong: think of national interest
[\(/news/hong-kong/article/1193272/message-xi-hong-kong-think-national-interest\)](#)
18 Mar 2013

Mainland Chinese influx prompts Macau to mull visitor cap
[\(/news/china/article/1189367/mainland-chinese-influx-prompts-macau-mull-visitor-cap\)](#)
13 Mar 2013

Macau NPC deputies defend Portuguese pillbox on Macau
[\(/news/china/article/1188652/macau-npc-deputies-defend-portuguese-pillbox-macau\)](#)
12 Mar 2013

After reading this article, people also read

H7N9 bird flu found to spread through the air ([http://scmp.com/news/hong-kong/article/1244536/h7n9-bird-flu-found-spread-through-air](#))
May 25, 2013

Chinese students demand Biden apologise for 'insensitive' comments ([http://scmp.com/news/china/article/1243330/chinese-demand-apology-biden-insensitive-commencement-speech](#))
May 25, 2013

China's image takes a battering as majority of nations brand it a 'negative influence' ([http://scmp.com/news/china/article/1244498/china-takes-battering-poll-perceptions-25-nations-and-eu](#))
May 25, 2013

Outrage grows over scandal-tainted Malaysian leader ([http://scmp.com/news/asia/article/1244182/outrage-grows-over-scandal-tainted-malaysian-leader](#))
May 25, 2013

Tens of thousands of Hongkongers return from Canada ([http://scmp.com/news/hong-kong/article/1245494/tens-thousands-hongkongers-return-canada-post-finds](#))
May 25, 2013

VIEWED (#GT-MOST-POPULAR-UI-TAB51)

SHARED (#GT-MOST-POPULAR-UI-TAB52)

COMMENTED (#GT-MOST-POPULAR-UI-TAB53)

Tens of thousands of Hongkongers return from Canada
[\(http://scmp.com/news/hong-kong/article/1245494/tens-thousands-hongkongers-return-canada-post-finds\)](#)

Outrage grows over scandal-tainted Malaysian leader
[\(http://scmp.com/news/asia/article/1244182/outrage-grows-over-scandal-tainted-malaysian-leader\)](#)

Why living in Hong Kong as mainland Chinese is no piece of cake
[\(http://scmp.com/comment/insight-opinion/article/1242671/living-hong-kong-mainlander-no-piece-cake\)](#)

H7N9 bird flu found to spread through the air ([http://scmp.com/news/hong-kong/article/1244536/h7n9-bird-flu-found-spread-through-air](#))

Racist Hong Kong is still a fact
[\(http://scmp.com/comment/insight-opinion/article/1245226/racist-hong-kong-still-fact\)](#)



48 Right place Right time

Lo profile
Singer-songwriter Justin Lo shares how he discovered fame on his own terms without giving up his integrity. >>>

[\(http://ed-apac.doubleclick.net/6k-hv/83ded/0/0/%2afu/271581644-0-0-80237546-4986-300/600-54292033/54193175/1;-ssc=3#http://www.scmp.com/magazines/48hrs/48-hours-May-23\)](#)

Casinoleaks terá sido pressionado

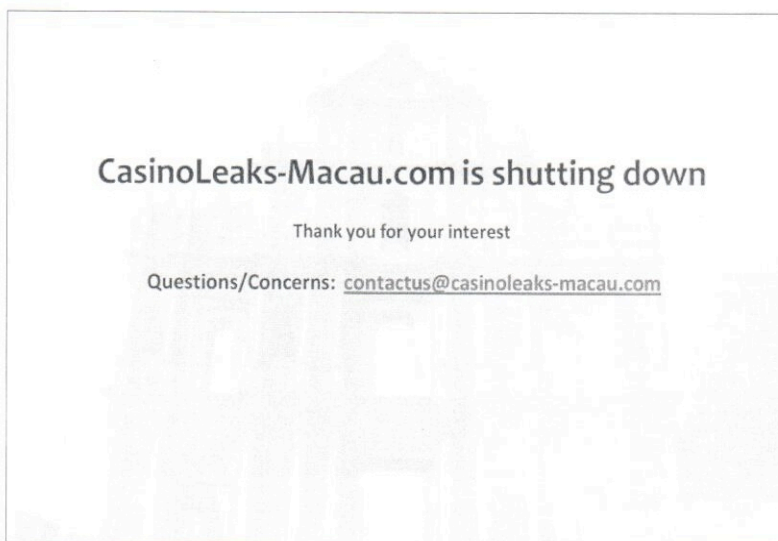
O South China Morning Post revela que o site Casinoleaks-Macau terá encerrado sob possibilidade de enfrentar um processo. Uma figura proeminente da indústria do jogo terá ameaçado levar os responsáveis do site a tribunal. O analista Ben Lee “esperava que uma autoridade norte-americana fosse capaz de lidar e ultrapassar qualquer tipo de pressão”.

Quatro meses depois de ter começado a publicar documentos que, afirmavam os responsáveis do site, iriam ajudar a tornar mais transparente a indústria de jogo do território, o site Casinoleaks-Macau encerrou a 31 de Agosto e não deu qualquer justificação. Agora, o South China Morning Post diz ter confirmado aquilo que foi sugerido por vários comentadores: os mentores do projecto terão recebido pelo menos uma ameaça de virem a ser processados, vinda de uma figura proeminente com negócios em Macau e em Hong Kong. O jornal não revela a fonte e não identifica a pessoa em causa.

O Casinoleaks era financiado e autorizado por um relevante sindicato americano, e dirigido por Jeff Fiedler, membro da Comissão Económica e de Segurança Estados Unidos – China. Fiedler é também director de projectos especiais da sede de Washington do Sindicato Internacional dos Engenheiros Operacionais. Em declarações ao South China Morning Post, Jeff Fiedler preferiu continuar a não comentar as alegadas pressões que terá recebido para encerrar o site. “Não teve o impacto de que estávamos à espera. Estamos ocupados com coisas mais importantes”, disse sobre a decisão de acabar com o projecto.

O analista da consultora IGamix, Ben Lee, já tinha dito ao PONTO FINAL que desconfiava das intenções do site Casinoleaks-Macau, aquando do seu encerramento. “O site era útil mas questiono a sua motivação. Era questionável aquilo que tencionavam atingir com a informação que conseguiram obter e divulgar”, disse, referindo-se aos alegados ataques à MGM. “Querida chamar à atenção para os negócios em Macau mas a única operadora que realmente atacou foi a MGM. Quando falou dos negócios da Neptune [empresa de junkets], só fez referência às relações com a MGM, nunca com as outras operadoras americanas que têm casinos aqui em Macau.”

Agora, Ben Lee mostra-se espantado com a possibilidade de uma eventual pressão ter ditado o fim do Casinoleaks-Macau. “Se essa foi a razão do encerramento, fico surpreendido. Esperava que uma autoridade norte-americana fosse capaz de lidar e ultrapassar qualquer tipo de pressão, e não que fechasse por causa de pressões de alguém de Macau ou da indústria do jogo”, aponta o analista de jogo.



“Se essa foi a razão do encerramento, fico surpreendido. Esperava que uma autoridade norte-americana fosse capaz de lidar e ultrapassar qualquer tipo de pressão, e não que fechasse por causa de pressões de alguém de Macau ou da indústria do jogo”, aponta o analista de jogo Ben Lee.

A informação avançada pelo South China Morning Post é, no entanto, pouco esclarecedora, acrescenta Ben Lee. As referências à dita alegada pressão legal são atribuídas a alguém com negócios em Hong Kong e Macau, o que representa um leque enorme de possibilidades. “Pode ser alguém de Macau ou alguém que opera em Macau. É muito vago aquilo que dizem.”

O diário da região vizinha sugere ainda que, pelo facto de o sindicato representado por Jeff Fiedler estar muito próximo do Partido Democrático nos EUA, o próximo passo seria começar a libertar documentos e informação sobre Sheldon Adelson, patrão

da Venetian que é também um dos maiores financiadores da campanha de Mitt Romney, candidato do Partido Republicano às próximas presidências dos Estados Unidos da América.

Quando foi lançado, em Maio, Casinoleaks-Macau propunha-se a “trazer transparência e responsabilidade a Macau” e proteger os sindicatos de trabalhadores americanos. “A falta de transparência em Macau, particularmente no que toca aos junkets e salas VIP, tem debilitado a credibilidade de todo o sistema”, podia ler-se na primeira publicação da página electrónica. “Vamos fornecer perfis extensos das maio-

res salas VIP de Macau e das empresas de junkets, algumas ligadas a alegadas figuras do crime organizado”, continuava.

Na altura, Fiedler explicou que o trabalho que iriam realizar distinguia-se do da WikiLeaks porque não estavam a divulgar documentos de acesso reservado. “Parece-me que há um enorme vácuo de informação. Estamos apenas a utilizar documentos públicos, corporativos, tanto de Macau como de Hong Kong, documentos da bolsa de Hong Kong e dos Estados Unidos. Simplesmente analisámos este documentos com mais atenção que as outras pessoas.”

● H.B.

Las Vegas Sands multada por esconder documentos

Um tribunal do Nevada decidiu multar a Las Vegas Sands em 25 mil dólares por dificultar o acesso a informação no caso que opõe a empresa ao antigo CEO da Sands China, Steve Jacobs.

Na sexta-feira, a juíza Elizabeth Gonzales considerou que a Las Vegas Sands teve “intenção de enganar o tribunal”, ao não fornecer à Justiça os documentos que haviam sido transferidos de Macau para os EUA.

Steve Jacobs foi despedido do cargo de director executivo da Sands China, a subsidiária em Macau do grupo da magnata dos casinos Sheldon Adelson, em Julho de 2010,

e meteu uma acção contra a empresa por despedimento sem justa causa. Em tribunal, Jacobs pediu para ter acesso a cópias de documentos, mas um advogado da Sands China disse que não podia transferir os dados para os Estados Unidos sem autorização do Gabinete de Protecção de Dados Pessoais. Mas estes estavam já em Las Vegas.

A juíza concluiu que as declarações do advogado da Sands são falsas e que, à custa delas, convocou nove audiências desnecessárias ao longo de um ano. Os 25 mil dólares serão, por ordem do tribunal, doados ao Centro de Apoio do Nevada do Sul. A Las Vegas Sands terá ainda de cobrir to-

das as despesas tidas por Steve Jacobs ao longo das nove audiências realizadas.

Recorde-se que o secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam, referiu que o Governo não vai isentar a Venetian Macau caso se confirme que a empresa violou a lei local ao transferir documentos para Las Vegas, sem autorização. O Governo vai ter “tolerância zero” para a Venetian caso o Gabinete de Protecção de Dados Pessoais (GDPP) conclua que a empresa violou a lei de Macau ao transferir para os Estados Unidos documentos e emails de Steve Jacobs. Jacobs está a processar Adelson, acusando-o de tráfico de influências.

Anexo 5 – “Edifício Cheng I vai disponibilizar 650 fracções” – *Rádio Macau*, 5/11/2012

6/19/13

Macau TDM



TV

Rádio

Programação TV

English News

- [Página Principal](#)
- [Programação](#)
- [Noticiários](#)
- [Entrevistas](#)
- [Programas](#)
- [Especiais](#)
- [Contactos](#)

Procurar

Edifício Cheng I vai disponibilizar 650 fracções
Segunda, 05/11/2012

Os candidatos à habitação económica começam amanhã a ser notificados para visitar as fracções modelo do Edifício Cheng I, junto à avenida do Conselheiro Borja. O edifício disponibiliza 650 fracções de modelo T2 e T3. Os preços dos apartamentos variam entre as 802.300 patacas e 1.283.000 patacas.

Segundo o presidente do Instituto de Habitação estes valores tiveram em conta factores como "a capacidade aquisitiva dos agregados familiares, localização dos edifícios, ano de construção do edifício, orientação e localização das fracções".

O valor médio do metro quadrado é de quase 20 mil patacas, mas Tam Kuong Man considera que os preços estão abaixo do mercado. Entre as 650 fracções 52 por cento "são inferiores aos preços médios de venda", assegura Tam Kuong Man.

Na conferência de imprensa, o presidente do Instituto de Habitação, questionado sobre a meta das 19 mil fracções, reafirmou que será cumprida. "Esperamos que no final deste ano estejam mais de 19 mil fracções construídas", afirmou.

Até ao final de Outubro, 4.331 agregados familiares estavam em lista de espera para habitação económica. A maioria em Macau. Na Taipa, apenas três agregados familiares estão em lista de espera.

Teledifusão de Macau | All rights reserved

[Contacte-nos](#)

[Termos e Condições](#) | [Contactos](#)

Joana Freitas
joana.freitas@hojemacau.com.mo

Agregados podem visitar casas em mais um edifício de habitação pública

Novos tectos concluídos

A partir de dia 20 estão abertas as visitas ao novo edifício de habitação pública Cheng I, na Ilha Verde. O Instituto de Habitação (IH) começa a enviar hoje os ofícios para os agregados familiares seleccionados. No total, o prédio tem 770 fracções disponíveis, ou seja 770 famílias poderão escolher entre apartamentos de tipologia 1, 2 e 3. O IH estima que seis agregados visitem as casas diariamente.

Ainda assim, são mais de 4300 as famílias que ainda se mantêm à espera de habitação. Segundo Cheang Sek Lam, chefe do departamento de assuntos de habitação pública, até ao final de Outubro, 4331 famílias estavam na lista de espera de habitação económica, com a zona de Macau a juntar a maioria. “Na zona da Taipa só restam três agregados familiares na

lista de espera, para os quais já foram enviados ofícios para escolha de habitação. Na zona de Coloane, já não existem agregados familiares na lista de espera.”

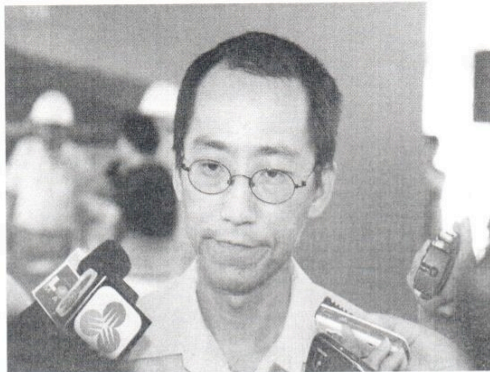
PREÇOS A CONSIDERAR

De acordo com os valores ontem publicados no Boletim Oficial, os apartamentos mais baratos no novo edifício vão custar 802 mil patacas (T2) e as mais caras um milhão e 200 mil patacas (T3). Os preços das fracções de habitação económica foram fixados pelo IH de acordo com a capacidade aquisitiva dos agregados familiares, a localização dos edifícios e ano de construção, referiu Tam Kuong

Man, presidente do IH. O Cheng I conta ainda com um centro de saúde.

Visto que, actualmente, na lista já não existem agregados familiares à espera de fracções de tipologia T1, estas não serão distribuídas antecipadamente, como acontece daqui a menos de um mês com as T2 e T3.

Este edifício é mais um para a conta das 19 mil habitações públicas prometidas pelo Governo até ao fim deste ano. O presidente do IH assegura saber que ainda há pessoas à espera de casa e afirma, por isso, que o Governo está a acelerar os trabalhos de construção dos prédios ainda em falta.



Cheang Sek Lam



Samuel Huang



David Forrest

Primeiro orador falou de corrupção em apostas desportivas

IPM acolhe conferências sobre jogo

Andreia Sofia Silva
andreia.silva@hojemacau.com.mo

O centro de investigação e ensino do jogo do Instituto Politécnico de Macau (IPM) acolhe até à próxima quinta-feira, dia 8, um ciclo de conferências sobre o impacto das mesas de jogo e também do jogo dito comercial. A “primeira conferência da Ásia-Pacífico para a investigação na área do jogo e jogo comercial” conta com cerca de 30 oradores oriundos de diferentes países e pretende trazer ao território uma abordagem transversal do assunto. “Trata-se de uma área com oportunidades de investimento muito significativas e que também gera muitos postos de trabalho. O jogo, enquanto negócio,

tem de ser estudado por académicos. O que queremos é trazer especialistas de diversas áreas para analisar as políticas, a prevenção dos impactos”, disse ao Hoje Macau Samuel Huang, director do centro do IPM e também coordenador da associação para os estudos de jogo da Ásia-Pacífico, que está a colaborar com o IPM neste primeiro ciclo de conferências.

CRIME CRESCENTE

David Forrest, académico da universidade de Salford, no Reino Unido, trouxe para iniciar o debate casos de corrupção no mundo das apostas desportivas, em diversos desportos colectivos. O académico considera que a corrupção neste âmbito tem tendência para aumentar. “Tem havi-

do um crescimento significativo, e a entrada de grupos criminosos organizados, com ligações à prostituição ou tráfico de drogas tem sido a tendência”.

Ao Hoje Macau, David Forrest considera que na Ásia há ainda mais probabilidades de acontecer este tipo de casos, dado o mercado ser maior e existir pouca regulamentação. “Num grande mercado valioso como este é fácil levar a cabo estas acções sem ser notado e ganhar muito dinheiro, manipulando os resultados das partidas de futebol. É um problema universal. Existem muitos entusiastas pelas apostas, existem vários mercados e muitos têm parâmetros ilegais sem qualquer regulação. Há várias redes criminosas, até na Ásia”, aponta.

Assine-o

TELEFONE: 28752401 | FAX: 28752405
E-MAIL: info@hojemacau.com.mo
www.hojemacau.com.mo



hojemacau

MACAU

Govt to miss target for public housing

Over 11,300 homes will be completed this year, but not all 19,000 the government hoped to finish

Tony Lai
tonylai@macaubusinessdaily.com



The Cheng I public housing complex in Ilha Verde will be fully ready only in 2014

The Housing Bureau has said over 11,300 of the 19,000 flats envisaged in the public housing plan will be ready this year, and estimates that the rest will be completed by the middle of 2014.

Bureau director Tam Kuong Man, speaking at a press conference yesterday about sales in the Cheng I public housing complex in Ilha Verde, said housing projects on Taipa and Coloane were in the final stages of construction.

“So I believe at the end of this year there will certainly be over 11,300 flats completed,” Mr Tam said.

He gave no direct answer when asked when the government expected to complete the rest of the 19,000 homes in public housing promised in 2007 by Edmund Ho Hau Wah, the

chief executive at the time.

The government had previously said all 19,000 homes would be completed this year.

“All the construction work has started and we have already spoken to the relevant public bodies in the hope of providing the flats as soon as possible to the households on the waiting list,” Mr Tam said.

But he said the Cheng I public housing complex, which will contribute 770 subsidised flats to the total of 19,000 homes, would not be completely ready until the middle of 2014.

On October 31, 4,331 households were on the waiting list for subsidised public housing, almost all of them waiting for homes on the peninsula.

Three had applied for a flat on Taipa.

Mr Tam said his bureau would take applications for one-bedroom subsidised flats again next year, but did not say exactly when.

It is estimated that over 2,000 one-bedroom subsidised flats are unsold because of low demand.

Sales on hold

The sale of 120 one-bedroom flats in Cheng I has been put on hold.

The other 650 homes there were sold for an average of 19,990 patacas (US\$2,504) per square metre of useable area.

The government says this is 51.1 percent cheaper than similar residential space in the private market.

It is also about 5 percent cheaper

than space in the Cheng Chong public housing complex nearby.

Mr Tam said this was due to Cheng Chong having larger flats.

The useable area of Cheng I's 524 two-bedroom flats and 125 three-bedroom units ranges between 46.21 square metres and 59.06 square metres.

The prices of two-bedroom flats range between 308,400 patacas and 1.09 million patacas.

The prices of three-bedroom flats range between 958,000 patacas and 1.28 million patacas.

The development covers 4,600 square metres and has two towers.

It has over 500 parking spaces.

Buyers can visit the show flat from November 20 and choose the flats they like from November 27.

Petition demands rent controls

Rent increases of up to 60 percent mean trouble for households, petitioners say

Vitor Quintã
vitorquinta@macaubusinessdaily.com

A group describing themselves as Macau residents are collecting names on an online petition seeking legal limits on increases in rents for housing.

More than 400 people have so far signed the petition, which calls for Chief Executive Fernando Chui Sai On to limit rent increases to the annual rate of inflation, which was 5.69 percent in September.

The group says a growing number of residents cannot afford to buy a home privately, are ineligible to buy subsidised housing and can therefore only rent accommodation.

Last year's census found that 24.5 percent of households rented their homes, 19 percent more than in 2001.

The petition says “many families are starting to have difficulties in managing housing expenses” because of “rent increases of 60 percent or more when household incomes are not seeing a corresponding increase”.

The median monthly rent paid by households reached 5,390 patacas (US\$675) last year, almost twice as much as a decade earlier.

Last month, in announcing new measures to cool the property market, Secretary for Transport and Public Works Lau Si Lo said the conditions for introducing rent controls were absent.

The petitioners believe rent controls would be appropriate in Macau, having been used in dozens of countries, including those with free-market economies such as the United States. “There is an urgent need to end to the wild speculation currently seen in the Macau rental market,” the petition says.

António Katchi, professor of public administration at the Macau Polytechnic Institute, has signed the petition.

Mr Katchi said the government should also set limits on the absolute amounts of rent charged, not just rent increases.



Petitioners say rents for private housing are being driven up by wild speculation

He said the government should extend the minimum period of security of tenure in leases.

Casimiro Pinto, a former candidate for the Legislative Assembly, has also

signed the petition.

Mr Pinto warned that unless the housing market was controlled, “the next generation may have to move to neighbouring regions”.

Anexo 8 – “Participação da Comitiva do Governo da RAEM na sessão do Exame das Políticas Comerciais no contexto da Organização Mundial do Comércio – Gabinete de Comunicação Social, 27/05/2013

NOTA DE IMPRENSA

Participação da Comitiva do Governo da RAEM na Sessão do Exame das Políticas Comerciais no contexto da Organização Mundial do Comércio

Uma comitiva do Governo da RAEM, composta por representantes do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, Direção dos Serviços de Economia e da Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio, participou na sessão do Exame das Políticas Comerciais de Macau no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC) que teve lugar em Genebra, Suíça, nos dias 13 e 15 de maio de 2013.

A OMC efetua periodicamente exames das políticas comerciais dos seus Membros num período determinado, consoante a dimensão económica de cada Membro, sendo examinadas as políticas comerciais da RAEM, de seis em seis anos. Conduzido sob a égide do Mecanismo do Exame das Políticas Comerciais (na sigla TPRM, em inglês), o exame tem por objectivo elevar o nível de transparência das políticas e práticas comerciais aos Membros conducente a uma melhor compreensão das políticas comerciais e situação atual do desenvolvimento económico de Macau.

Macau é membro-fundador da OMC, e a presente edição se trata do quarto exame das suas políticas comerciais desde o estabelecimento da OMC, representando ainda o seu terceiro exame efectuado, após a transferência da soberania de Macau. Os trabalhos preparatórios desse exame tiveram início em março do ano passado, com uma duração superior a um ano, tendo o Governo da RAEM elaborado e apresentado à OMC, o Relatório do Governo dentro do prazo estipulado bem como as respostas a um conjunto aproximado de setenta questões colocadas por catorze países membros daquela Organização previamente à data de realização do exame.

Segundo o Relatório do Secretariado da OMC, Macau prossegue uma política económica aberta, é um porto-franco, aplica isenção de direitos aduaneiros, aplicando restrições mínimas, em matéria de comércio e investimento. Paralelamente, o sistema económico da RAEM em que se baseia no sector dos serviços, tem demonstrado um desempenho satisfatório nos últimos seis anos.

Aquando da presente sessão, a representação da RAEM fez uma síntese do desenvolvimento económico e do ambiente comercial de Macau verificado desde o último exame bem como o progresso no aperfeiçoamento das políticas e práticas comerciais e respectiva regulamentação, em cumprimento das disposições da “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China” e, em conformidade com os princípios da OMC. Igualmente, foram abordados aos Membros presentes na sessão, a situação do crescimento económico e social de Macau, o papel das políticas comerciais e

outras relacionadas no decurso do seu desenvolvimento, bem como as oportunidades e os desafios futuros.

Os Membros da OMC reconheceram o aperfeiçoamento das suas políticas comerciais e ambiente de negócios, sendo de reafirmar os seguintes: a melhoria do regime na área da propriedade intelectual; uma maior liberalização, em matéria de serviços, particularmente no sector das telecomunicações; a promoção da facilitação do comércio, nomeadamente no sistema de desalfandegamento electrónico; e o aumento da transparência na área da gestão governamental. Além disso, a representação da RAEM respondeu favoravelmente às questões colocadas na sessão nos domínios da segurança alimentar, cooperação regional, políticas de concorrência leal, bem como regime de aquisição de bens e serviços da Administração.

Ainda na sessão, a representação de Macau reafirmou que o Governo da RAEM irá manter a continuidade da sua política de comércio livre e de economia aberta ao exterior, apoiando plenamente o sistema de comércio multilateral e a ronda de negociações de Doha da OMC, assegurando ainda o cumprimento integral dos seus compromissos assumidos no âmbito daquela Organização.